desafios para o século XXI

Marieta de Moraes Ferreira
Tania Maria Fernandes
Verena Alberti (orgs.)

Que desafios se apresentam para a história oral no século XXI? Será que ela pode modificar os modos de viver e de pensar no terceiro milênio? Quais os pontos comuns da história oral praticada em diferentes regiões do mundo? Que diferenças aparecem nas abordagens teórico-metodológicas?

Essas e outras questões estão tratadas nesse conjunto de textos apresentados por conferencistas de diferentes países no X Congresso Internacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1998.

Os autores são professores e pesquisadores reconhecidos mundialmente nas áreas de história, ciências sociais e literatura, com extensa reflexão no campo da história oral. Sua contribuição traz à tona novas problemáticas e aprofunda antigas questões.

HISTÓRIA ORAL

desafios para o século XXI

HISTÓRIA ORAL

desafios para o século XXI

Marieta de Moraes Ferreira
Tania Maria Fernandes
Verena Alberti (orgs.)

ISBN: 85-85676-84-1

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: *Mauro Campello*
Capa e Tratamento de Imagem: *Mauro Campello*
Foto: *Tania Maria Fernandes - Serra da Estrela, Portugal, maio de 1999.*
Copidesque: *Maria Cristina Ramos Brito*
Revisão: *Domício Antônio dos Santos e Edna Padrão*
Supervisão Gráfica: *Walter Duarte*

Catalogação-na-fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

F383h Ferreira, Marieta de Moraes (org.)

História oral: desafios para o século XXI. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro : Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

204p.

1.História. I.Fernandes, Tania Maria (org.). II.Alberti, Verena (org.)

CDD - 20.ed. – 302.2242

2000
Editora Fiocruz
Rua Leopoldo Bulhões, 1480, Térreo – Manguinhos
21041-210 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (0xx21) 598-2701 e 598-2702
Telefax.: (0xx21) 598-2509 e 598-2700
E-mail: editora@fiocruz.br

OS AUTORES

Alessandro Portelli

Professor do Departamento de Anglística da Universidade de Roma "La Sapienza" e membro do Conselho da Associação Internacional de História Oral (IOHA) de 1996 a 2000

Alexander von Plato

Diretor do Instituto de História e Biografia da Universidade Aberta de Hagen, Alemanha, e secretário da Associação Internacional de História Oral (IOHA) de 1996 a 2000

Alicia Rouverol

Pesquisadora do Programa de História Oral do Sul dos Estados Unidos, da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, EUA

Alistair Thomson

Professor da Universidade de Sussex, Inglaterra e membro do Conselho da Associação Internacional de História Oral (IOHA) de 1996 a 2000

Ana Maria Mauad

Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e secretária adjunta da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) de 1998 a 2000

Anne Kaminsky

Pesquisadora no Memorial e Museu de Sachsenhausen, em Oranienburg, Alemanha

Dora Schwarzstein

Diretora do Programa de História Oral do Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani", da Faculdade de Filosofía e Letras da Universidad de Buenos Aires, e membro do Conselho da Associação Internacional de História Oral (IOHA), de 1996 a 2000

Eugénia Meyer

Professora da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México

Friedhelm Boll

Pesquisador da Fundação Friedrich Ebert, em Bonn, Alemanha

Janaína Amado

Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília

José Carlos Sebe Bom Meihy

Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo e diretor da Regional Sudeste da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) de 1994 a 1998

Mark Roseman

Professor de História Moderna na Universidade de Keele, Inglaterra

Mercedes Vilanova

Professora do Departamento de História Contemporânea da Universidade de Barcelona e presidente da Associação Internacional de História Oral (IOHA), de 1996 a 2000

Michael Frisch

Professor do Departamento de Estudos Americanos da Universidade do Estado de Nova York, Buffalo, EUA

Philippe Joutard

Professor da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse (Toulouse 1)

Roberto DaMatta

Professor de Antropologia e detentor da Cátedra Reverendo Edmundo Joyce de Antropologia na Universidade de Notre Dame, Indiana, EUA

Selma Leydesdorff

Professora do Instituto para Estudos de Gênero Belle van Zuylen da Universidade de Amsterdam, Países Baixos

SUMÁRIO

Apresentação *11*

1. Abertura

Significado do X Congresso Internacional de História Oral
Mercedes Vilanova *19*

Brasil dois mil: um exercício de profecia
Roberto DaMatta *23*

2. Avaliações e tendências da história oral

Desafios à história oral do século XXI
Philippe Joutard *31*

Aos cinqüenta anos: uma perspectiva internacional da história oral
Alistair Thomson *47*

Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI
Alessandro Portelli *67*

Desafios do transculturalismo
Selma Leydesdorff *73*

3. História oral na América Latina

Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil
José Carlos Sebe Bom Meihy *85*

Desafios da história oral latino-americana
Dora Schwarzstein 99

Nós e o espelho
Janaína Amado 105

Balanço e novos desafios
Eugenia Meyer 113

4. Traumas na Alemanha

Introdução ao painel "Traumas na Alemanha"
Alexander von Plato 119

Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o Holocausto
Mark Roseman 123

O fardo de falar sobre a perseguição nazista na Alemanha
Friedhelm Boll 135

A integração de conhecimentos históricos na narrativa da própria vida: entrevista com prisioneiros dos campos soviéticos entre 1945 e 1950 na Alemanha
Anne Kaminsky 143

Competições entre vítimas
Alexander von Plato 155

5. Identidade da classe trabalhadora em uma economia global

A desindustrialização vista de baixo para cima e de dentro para fora: o desafio de se retratar a classe trabalhadora em palavras e imagens
Michael H. Frisch 167

Entre texto e fotos: contando a história de Linda Lord e do fechamento da Penobscot Poultry
Alicia J. Rouverol 179

Comentários sobre o painel "Identidade da classe trabalhadora em uma economia global"
Ana Maria Mauad 199

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne as conferências proferidas durante o X Congresso Internacional de História Oral, intitulado "História Oral: Desafios para o Século XXI", realizado no Rio de Janeiro em junho de 1998. Os textos ora divulgados, não incluídos nos anais do congresso, permitem que o leitor tenha acesso às discussões mais recentes sobre o panorama e as perspectivas da história oral no mundo.

A realização do X Congresso Internacional de História Oral, que contou com mais de trezentos congressistas provenientes de 25 países, representou um marco importante no movimento da história oral. Como já é sabido, a história oral desenvolveu-se inicialmente de forma significativa nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, regiões que sempre sediaram os encontros internacionais, limitando assim a participação de pesquisadores da Ásia, da África e da América Latina. Uma maior institucionalização do movimento da história oral, com a criação da Associação Internacional de História Oral (IOHA - International Oral History Association) em Gotemburgo, na Suécia, em 1996, e a opção por privilegiar a realização das conferências fora do eixo Europa-Estados Unidos abriram um imenso espaço de renovação e de democratização deste campo de trabalho. Como acentuou Mercedes Vilanova, presidente da IOHA, em sua palestra de abertura aqui publicada (parte 1), esse deslocamento geográfico promoveu uma maior participação dos grupos de pesquisa até então pouco articulados com o debate internacional.

O Congresso de 1998 representou a consolidação dessa nova tendência, ao integrar um número expressivo de pesquisadores da América Latina, que contribuíram para o desenvolvimento e a divulgação de novas temáticas, articuladas aos problemas e desafios sociais existentes na região. Entre essas temáticas, podemos citar: a questão agrária, em especial o Movimento dos Sem-Terra; a questão étnica e a mestiçagem; os contrastes

urbanos e a situação dos meninos de rua; as comunidades indígenas, o extrativismo e a problemática amazônica; novas manifestações religiosas; as ditaduras militares e o problema dos desaparecidos políticos, além de outras, é claro.

Mas, além da inserção de novas questões e abordagens ao campo da história oral, o evento permitiu o aprimoramento de temas já clássicos, como, por exemplo, as problemáticas de gênero, a imigração, as questões metodológicas, a subjetividade e a eloqüência do silêncio, além de conjunturas históricas especialmente investigadas através da história oral, como é o caso da Segunda Guerra Mundial.

Os textos aqui publicados exploram e discutem uma gama variada de questões. A palestra inaugural de Roberto DaMatta (parte 1) compara a situação do Brasil no mundo em dois momentos: na entrada do século XX e na entrada do século XXI. Enquanto há cem anos as características híbridas da sociedade brasileira não eram bem-vistas pelos intelectuais impregnados dos valores de "pureza" e "compartimentalização" do mundo civilizado, hoje nossa mestiçagem tornou-se uma vantagem perante os países que não conseguem conciliar o nacional com o étnico. Procurando instigar os debates de todo o Congresso, o eixo central escolhido por DaMatta tem relação com o próprio campo da história oral, um campo multidisciplinar e miscigenado por excelência, em que diferentes tendências e abordagens se tornam possíveis.

A questão da miscigenação acabou sendo retomada por vários conferencistas, ao mapearem os desafios da história oral no século XXI, especialmente pelos autores dos textos reunidos na parte 2. Para Philippe Joutard, a história oral pode ajudar a introduzir elementos de mestiçagem e de diversidade, de maneira a impedir um fechamento das identidades em si mesmas. No seu entender, a vinculação estreita entre história oral e identidade apresenta-se como um desafio perigoso e sua proposta é que a supervalorização das identidades seja objeto de atenção e cuidado, pois, do contrário, as identidades podem tornar-se mortíferas; assim, é necessário que elas se misturem, isto é, que seja reconhecida a necessidade de um aporte externo, estrangeiro.

Alistair Thomson, ao também enfocar os desafios para o século XXI, direciona suas reflexões para a compatibilização entre o aperfeiçoamento teórico, que deve embasar a metodologia da história oral, e seu compromisso de atuar como um instrumento de ação social. No seu entender, é fundamental garantir o envolvimento da história oral com propostas comunitárias que possam mapear a realidade e fornecer instrumentos de ação para

políticas de saúde, educação e assistência social. Seu texto proporciona ainda um painel de diferentes programas de história oral que cobrem essas áreas de trabalho e as possibilidades e riquezas daí resultantes.

Alessandro Portelli enfatiza a importância da história oral como uma ferramenta baseada na memória para questionar interpretações que, atualmente, estão empenhadas em retratar o século XX como o século dos horrores. No seu entender, a história oral é a metodologia que pode recuperar para o século XXI a visão de que o século XX produziu uma série de lutas importantes pela defesa da igualdade social. O desafio da história oral nesse sentido é mostrar, diferentemente do que costuma ser consagrado, que a memória não é apenas ideológica, mitológica e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades.

Selma Leydesdorff analisa os desafios do transculturalismo e chama atenção para o fato de o transculturalismo não ser igual ao transnacionalismo. Pessoas podem ser transnacionais, mas isso não significa que sejam transculturais. O reforço das identidades locais ou regionais contrapõe-se à rápida globalização de uma comunidade mundial de pessoas que criam cultura e mudam culturas - uma comunidade que se tornou transnacional -, mas isso não conduz obrigatoriamente à afirmação do transculturalismo. Como as formas complexas de relações culturais são um campo privilegiado para a metodologia da história oral, a autora sugere, como agenda para a IOHA e para os próximos congressos, o desafio de estimular a montagem de pesquisas transnacionais que melhor elucidem a complexidade das relações transculturais.

A parte 3, dedicada à história oral na América Latina, inicia-se com o texto de José Carlos Sebe Bom Meihy, que ressalta a aproximação entre o advento da história oral na região e as conjunturas políticas de redefinição democrática que se seguiram às ditaduras militares. Um ponto negativo relativo à história oral na América Latina consiste, segundo ele, na excessiva dependência aos pensamentos europeu e norte-americano, levando a uma espécie de colonialismo cultural que tem ofuscado o livre reconhecimento do sentido público e social da história oral entre nós.

Dora Schwarzstein e Janaína Amado são unânimes em defender o aprofundamento das bases teóricas para a pesquisa, lançando os problemas com os quais a história oral se vê envolvida hoje, no campo da historiografia como um todo. A alternativa, para Dora Schwarzstein, não está na busca da elaboração de marcos teóricos necessariamente distintos e "nacionais", e sim no aprofundamento das pesquisas nos países latino-americanos. Traçando um panorama da história oral na Argentina, ela chama atenção para

as diferentes realidades e experiências empreendidas nos países da região, defendendo a existência não de uma, mas de várias vozes da história oral na América Latina.

Janaína Amado relaciona a discussão com características próprias da construção da identidade latino-americana ¾ partida, bifurcada e problemática ¾, cujas dificuldades podem ser superadas quando abandonamos a dicotomia entre tentar ser o outro (o europeu) e escandalizar-se com a imagem deformada de nós mesmos. Para ela, a especificidade da produção latino-americana repousa na variedade não só temática como teórica, incluindo a própria utilização da história oral, ora entendida como metodologia, como técnica ou como disciplina, ora aplicada a pesquisas na universidade, ora utilizada por historiadores, ou ainda por profissionais de outras áreas.

Articulada com os textos anteriores, a linha de argumentação de Eugenia Meyer, ao refletir sobre a história oral na América Latina, é a de chamar atenção para a nossa originalidade, dada pelo fato de povos latino-americanos serem produtos de múltiplas mestiçagens étnicas e culturais. Partindo desse ponto, defende que é preciso reconhecer a necessidade de seguir caminhos próprios com meios próprios, de maneira a evitar a reprodução de modelos inadequados à nossa realidade. Assim, o grande desafio é encontrar alternativas para superar a imensa desigualdade social que separa os povos latino-americanos e recuperar os silêncios e os esquecimentos impostos pelas ditaduras do século XX, como um instrumento para garantir a marcha de consolidação democrática.

Na parte 4, o grupo de artigos sobre depoimentos de sobreviventes do Holocausto e prisioneiros em campos soviéticos da antiga Alemanha Oriental trata de questões clássicas da história oral, surgidas nos casos concretos estudados pelos autores. Mark Roseman discute as diferenças entre depoimentos de história oral e documentos de época, como cartas e diários, no caso da biografia de uma sobrevivente do Holocausto radicada na Inglaterra. Para ele, a possibilidade de confrontar o depoimento de Marianne Ellenbogen com registros de época mostrou que as "falhas de memória" são, na verdade, tentativas de manter um controle sobre o passado, como uma espécie de "distância psicológica" que os entrevistados colocam entre si próprios e a insuportável realidade.

O texto de Friedhelm Boll examina de modo bastante pungente diferentes razões do *silêncio* de um sobrevivente do Holocausto que se recusava descrever sua experiência: desde a impossibilidade mesma de comunicação, que o impedia de contar, em linguagem cotidiana, o que aconteceu, porque não acreditava que pudesse ser compreendido, até a enorme culpa

de ter sobrevivido. Essa culpa é, aliás, comum aos entrevistados que sobreviveram ao Holocausto, constituindo-se num dos fardos mais pesados que carregam ao se defrontar com seu destino.

Já os textos de Anne Kaminsky e Alexander von Plato tratam de outra dimensão da culpa, aquela que repousa sobre a sociedade alemã como um todo, englobando as "duas" Alemanhas: o trauma das mortes e da destruição causadas pelos regimes nazista e soviético. Como lidar com isso - com os milhares de mortos, refugiados, sem família, durante a guerra, e com os aprisionados depois de 1945 e transformados em vítimas do comunismo? Kaminsky discute a tomada de depoimentos em uma instituição destinada a guardar a memória de um campo de concentração que serviu posteriormente de campo de prisioneiros de guerra na zona soviética da ex-Alemanha Oriental. Percebe-se que os entrevistados mesclavam a seu depoimento informações obtidas *a posteriori*, procurando influenciar os entrevistadores, que, a seus olhos, eram os detentores da memória oficial.

Essa "competição entre memórias" (Michael Pollak fala de "memórias em disputa") também está na base do texto de von Plato, que destaca a rivalidade que se estabeleceu na Alemanha entre as vítimas do nazismo e as vítimas do regime soviético, com significados variados conforme o período - no imediato pós-guerra, durante a guerra fria, ou após a reunificação alemã. Nos dois textos fica claro que o uso da metodologia de história oral como recurso para elaborar (ou "digerir") o passado recente alemão exige todo cuidado da parte do intérprete e leitor das entrevistas.

A parte 5 traz para a discussão dois temas bastante atuais. De um lado, a associação da história oral à imagem fotográfica, que lança novos desafios, além daqueles que se apresentam ao uso de cada uma das fontes em separado. De outro lado, a globalização da economia, aqui analisada observando-se seu reflexo sobre a (re)construção da identidade da classe trabalhadora, a partir da combinação entre história oral e fotografia.

O texto de Michael Frisch centra suas reflexões no trabalho do fotógrafo Milton Rogovin, traçando um paralelo entre sua produção e a do brasileiro Sebastião Salgado. Suas preocupações voltam-se para a imagem de operários do setor siderúrgico de Buffalo, diante dos novos problemas que a economia globalizada e reestruturada lhes impõe. Michael Frisch detém-se ainda sobre a resistência de editores quanto à publicação de trabalhos em que imagens de trabalhadores estão associadas a narrativas dos próprios trabalhadores.

Alicia Rouverol discute, a partir da relação entre texto e imagem, o declínio industrial e o impacto deste sobre as classes populares, tomando como

exemplo uma indústria avícola fechada em um contexto de desindustrialização. O ponto de vista de suas reflexões é o da experiência de determinada operária, Linda Lord, incluída no processo de construção da pesquisa através de sua própria narrativa.

Comentando os textos de Michael Frisch e Alicia Rouverol, Ana Maria Mauad denuncia o papel durante muito tempo ocupado pela imagem, como "ancorada à palavra", seja ilustrando-a, seja servindo-lhe de legenda, e considera fundamental a intertextualidade para uma "compreensão integral da comunicação humana".

Dada a qualidade e importância do material aqui reunido, optamos por, após um rigoroso tratamento editorial, transformá-lo em livro. Assim, estão aqui publicadas todas as conferências feitas em plenário, à exceção da palestra de Devra Weber, proferida no painel "Desafios da história oral na América Latina", por opção da própria autora. Demais comunicações apresentadas em grupos de trabalho já foram publicadas nos anais do congresso[1], distribuídos por ocasião do evento.

Esperamos que a leitura dos textos que se seguem torne possível traçar um perfil de parte da discussão que vem sendo travada nos últimos anos na área da história oral.

As organizadoras

---

[1] Conferência Internacional de História Oral; 10:1998: Rio de Janeiro. *Oral History: Challenges for the 21st Century;* Xth International Oral History Conference, proceedings. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/Fiocruz, 1998, 3 v.

1

Abertura

SIGNIFICADO DO X CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ORAL*

Mercedes Vilanova

Como presidenta da Associação Internacional de História Oral (IOHA International Oral History Association) tenho o prazer de dar as boas-vindas a esta histórica conferência internacional, a primeira na América do Sul. Uma boa coisa desta conferência é que posso falar em minha própria língua, o que significa que não terei de traduzir como, por exemplo, quando estou na Europa – algo que os que falam inglês raramente têm de fazer. Não terei de traduzir porque, espero, nesta platéia a maioria das pessoas possa me compreender.

Nestas breves palavras, desenvolverei três linhas de reflexão em torno do significado deste momento presente, da transição que implica esta conferência, orientada para o terceiro milênio; e dar minha própria visão da Associação Internacional, que estarei presidindo durante poucos dias mais.

Este momento é importante porque, pela primeira vez, nos reunimos sob os auspícios de três instituições: a Associação Brasileira de História Oral, o CPDOC da Fundação Getulio Vargas e a IOHA que deu todo o apoio de que foi capaz. É a primeira vez que se dá uma participação deste tipo. Passamos de um comitê de pessoas designadas por cooptação, que tomavam as decisões arbitrariamente, a reger-nos por estatutos e a aceitar o compromisso de nos submetermos às decisões da Assembléia Geral dos membros da IOHA. Mas, além disso, os organizadores desta conferência quiseram ampliar o debate a todos os participantes, e amanhã, depois da intervenção de Philippe Joutard, manteremos uma sessão de debate aberta a todos que quiserem participar.

Talvez o melhor e mais novo deste momento esteja no *grand large* de que nos falará Philippe Joutard amanhã. *Grand large* que traduzo livremente

* Tradução de Paulo Martins Garchet.

como "horizonte insondável" ou, significativamente, por "hemisfério sul". Pela primeira vez temos a oportunidade, a partir da IOHA, de contemplar conjuntamente uma visão descentralizada e poliocular do mundo, que se liga diretamente com este futuro que temos na virada da esquina.

Mais ainda, creio que este momento é decisivo para todos nós porque, também pela primeira vez em nossas reuniões, o espanhol e o português são idiomas oficiais reconhecidos pela IOHA. Estamos, pois, começando a praticar a mestiçagem cultural e começamos a reconhecer nossas respectivas identidades culturais. Deixamos de ser provincianos para iniciar uma caminhada cosmopolita, empreendedora, dinâmica, alegre e mais efetiva; se me permitem uma metáfora, estamos jogando futebol como os nigerianos que derrotaram ontem a seleção da Espanha... E ainda outro exemplo futebolístico nestes momentos de Copa do Mundo, a IOHA queria ser como o Maracanã, este maravilhoso estádio circular do Rio, com uma entrada única para todos os espectadores, o que não é aceito pela FIFA, que prefere estádios divididos em classes sociais e, por isso, com entradas e preços muito distintos...

Minha segunda linha de reflexão se refere aos desafios do futuro que a transição que estamos vivendo implica. Transição que, me parece, percebe-se claramente em três âmbitos. Escolhemos a América para nos reunirmos porque sabemos que estes são países em que é preciso investir atenção e esforços, países que estão sub-representados na IOHA. Ao eleger o Rio para sede da X Conferência não o fizemos para reparar o passado, mas porque sabemos olhar para o futuro.

Além desta aventura, ou nesta viagem da história oral em direção às fronteiras do indizível, da des-capacitação, ou da linguagem escrita, deveremos adotar o multiculturalismo como realidade iniludível; o *grand large*, nesse sentido, é a humanidade sem deixar ninguém no esquecimento, e principalmente os menos favorecidos.

Em terceiro lugar, esta hibridação ou futuro deve implicar forçosamente as gerações mais jovens que a minha. Quando aceitei assumir a presidência da IOHA em Gotemburgo, o fiz por dois motivos. Em primeiro lugar, para apoiar com todo meu coração o desenvolvimento da IOHA na América; sentimento que tem em mim raízes muito fundas. Quando, em Barcelona, em 1989, fundamos a revista *Historia y Fuente Oral*, o fizemos como uma resposta à exclusão que espanhóis e latino-americanos havíamos sofrido na Conferência de Oxford de 1987; e o fizemos para favorecer o diálogo, para integrar e não desunir o movimento. E, em segundo lugar, aceitei a presidência para passar a tocha ou, se me permitem expressão tão odiosa, para

passar a liderança à geração mais jovem, e espero que isto ocorra no decorrer desta conferência. De fato, vivemos já em plena transição. Durante estes anos, trabalhei com dois vice-presidentes que representam justamente a incorporação dessa nova juventude. Quero agradecer publicamente, aqui, o esforço, a dedicação e a amizade de Alistair Thomson, que generosamente aceitou ser o editor de nosso boletim *Words and Silences*, apoiado por Graciela de Garay, que se ocupou da edição de *Palabras y Silencios*. E quero, naturalmente, agradecer a Marieta de Moraes Ferreira, que aceitou o desafio de organizar esta conferência.

Sei que há muitas ausências significativas nesta sala. A que mais me dói é a de Sven Ek e Birgitta Skarin Frykman, organizadores da IX Conferência Internacional. Em minha despedida de Gotemburgo, admiti que seria difícil superar o que eles haviam feito; pois bem, Marieta o conseguiu, no mínimo em três aspectos: pela elegância dos Anais; por sua acomodação generosa a todas as eventualidades, e pelo esforço de organização que implica manejar três idiomas simultaneamente. Aconteça o que acontecer no Rio, a IOHA estará em boas mãos porque, graças ao esforço de todos nós, temos plantado uma semente original nesta terra que cruza fronteiras, inclusive sob os mares.

Para concluir, quero apontar que nossos trabalhos no Rio terão muito a ver com os ecos de gestos, vozes e atos, como as ondas sempre presentes da memória. Não podia imaginar que, quando em 1975, com Wila Baum, convocamos em San Francisco uma mesa- redonda intitulada "Oral history as a new methodology for historical research", as vibrações deste primeiro encontro nos levariam à plenitude de hoje. Com maior força ainda, as ondas que serão geradas nesta conferência que agora iniciamos nos levarão, com seu estrondo e seus silêncios, ao terceiro milênio, que queremos novo por sua qualidade de vida, participação e solidariedade.

Finalmente, um anúncio de interesse para todos. Se até agora havia sido difícil encontrar quem quisesse organizar nossos encontros internacionais, chegaram-me já três petições escritas, uma do México, da UNAM, outra da Espanha, da Universidade de Granada, e outra da Turquia, da Universidade Bogaziçi de Istambul. Também a Universidade de Salzburgo se ofereceu como sede de nosso próximo encontro. Talvez nesta conferência a IOHA adote a decisão de celebrar os encontros cada vez em continentes distintos. Se assim for, África, Ásia e Austrália são desafios que esperamos enfrentar no próximo milênio. Muito obrigada.

BRASIL DOIS MIL: UM EXERCÍCIO DE PROFECIA

Roberto DaMatta

Quero, primeiramente, agradecer aos organizadores deste congresso a honra que me reservaram convidando-me a pronunciar sua conferência inaugural. Honra que agradeço e que imediatamente acasalo à responsabilidade, pois entendo que uma conferência inaugural deva ser se não inspiradora e instigadora dos temas a serem debatidos pelos especialistas aqui reunidos, pelo menos auspiciosa no sentido de tratar de alguma questão que possa despertar interesse.

E se o convidado que vos fala é um antropólogo social, então o tema deverá estar situado em algum espaço comum tanto à disciplina dos espaços sociais particulares, daquilo que nós, antropólogos, chamamos de cultura, quanto aos estudos do que é localizado no tempo e interessa à história.

Quero, pois, à guisa de profetizar um futuro muito próximo, discutir o que considero um problema persistente na sociologia brasileira. Uma questão que surge, tanto nos estudos do Brasil enquanto sociedade e tradição, quanto nos estudos históricos.

Quero me referir a uma profunda desvalorização do Brasil pelos estudiosos brasileiros. Uma visão negativa de nós mesmos que, mesmo quando o autor do trabalho diz que ama o Brasil, nos faz imaginar o que seria do trabalho se ele não o amasse... Uma posição que faz com que toda comparação seja feita, já sabemos, para exaltar o outro e para dar valor positivo ao que vem ou o que está fora.

O pano de fundo para o que vou aqui expor, portanto, diz respeito a esse fato. Realizar uma leitura positiva de sua própria sociedade parece ser uma das maiores impossibilidades para todos nós e para as elites brasileiras em geral. E por leitura positiva eu não me refiro a meras boçalidades nacionalis-

tas de que fomos testemunhas durante a ditadura de Vargas ou durante os governos militares. Não estou aqui para insultá-los.

Quero me referir, isso sim, à possibilidade de dispor algum modelo neutro-positivo de operação para o Brasil. Um modelo que, sem excluir os constrangimentos e o ceticismo obrigatório de uma autoconsciência crítica, considere a visão positiva de certos processos, mecanismos e valores sociais que deveriam ser discutidos para serem preservados.

Em outras palavras, quero aqui refletir rapidamente sobre um assunto, tabu para todos nós, qual seja: quais as vantagens ideológicas do Brasil nessa virada de milênio.

Talvez esse exercício seja básico para a construção daquilo que temos sempre esquecido quando falamos sobre nosso sistema político, nossa "concentradíssima" concentração de renda e nossa história, a saber: a distinção entre a crítica e a condenação.

I

O Brasil entrou no século XX com o pé esquerdo, mas – apesar dos pessimistas e dos "brasilianistas" – pode sair dele com o pé direito. Mais preparado do que nunca para os desafios do século XXI.

Na virada dos 1900, 12 anos após uma gradual, segura e tardia libertação de sua multidão de escravos, o Brasil negava a si mesmo como sociedade e duvidava profundamente de sua integridade nacional.

Para muitos, éramos uma sociedade doente, feita de "raças inferiores" – o "branco" português, o "índio" e o "negro" – que não tinha capacidade para gerenciar sua imensa riqueza e seu próprio destino. Nosso maior defeito era ser aquilo que ninguém poderia corrigir por meio de leis copiadas de fora: éramos uma sociedade híbrida, um sistema inapelavelmente misturado e mestiço.

Se a nossa elite tinha um denominador comum, tão dividida que sempre foi por seus interesses políticos, essa unanimidade era (que quase digo, tem sido...) a leitura do Brasil como uma coletividade enferma e constituída de coisas fora do lugar. A elite podia discordar em tudo, menos do seu profundo desamor pelo Brasil.

Tal auto depreciação, consolidada após a frustração da experiência republicana que autoritariamente pensava poder mudar (eunificar) por meio de uma modernização institucional, feita por decreto, se exprime nitidamente

na tristeza de Paulo Prado, no Jeca Tatu de Monteiro Lobato, no profetismo negativo de Coelho Neto, na visão das coisas fora do lugar de Olavo Bilac, no soturno pessimismo de Sílvio Romero e, sobretudo, na perplexidade épica e igualmente negativa dos *Sertões* de Euclides da Cunha.

Para todos esses gigantes, o Brasil só escaparia do fracasso histórico, ao qual estava racial, climática, dietética e historicamente predestinado, por um esforço de autoconsciência que era ao mesmo tempo diagnóstico sociológico, programa político e exercício flagelatório. No limite, o Brasil era definido pelo que não era e pelo que não tinha – por um conjunto de ausências sociais e históricas, que fazia nossa elite lamentar até mesmo a falta de guerras civis e revoluções sangrentas.

Naquela época, o heterogêneo, o múltiplo, o polissêmico e o ambíguo representavam exclusivamente a "doença" e o "atraso".

Num momento de consolidação do Estado-nacional capitalista e de triunfo do individualismo, do mercado, da industrialização e da técnica, nada era mais caro ao chamado "mundo civilizado" ou "adiantado" do que a idéia de pureza e de compartimentalização. Para essa mentalidade, o maior sintoma de atraso era a convivência num mesmo sistema de dois ou mais códigos culturais que liam o mundo de modo diferenciado. Para ela, o básico era que o Estado-nacional tivesse um só chefe e uma só cara, funcionando como um indivíduo dotado de um conjunto de traços similares. Tal ideal marcou a trágica história do século XX, exprimindo-se em brutal totalitarismo de esquerda e de direita, em duas sangrentas guerras mundiais e em odiosos holocaustos, cuja ideologia, convém lembrar, tinha como objetivo a "purificação racial".

II

Como, portanto, lidar com o Brasil num momento em que o prestigioso e modelar Ocidente pregava a pureza e a compartimentalização étnica? Como individualizar esse Brasil constituído de escravos e senhores? Como conciliar o ideal burguês de igualdade com um universo social marcado pela mais profunda desigualdade? Como orquestrar a massa de negros e mestiços analfabetos com uma elite cosmopolita e sofisticada – estrangeiros dentro do Brasil – ,cujo modelo era uma família imperial branca, que falava com sotaque e estava acima das leis?

No início do século XX, então, o Brasil tinha o sério problema de conciliar a heterogeneidade de sua experiência histórica com um modelo civilizatório que não contemplava como positivo o hibrismo. Um modelo, ademais, que

propunha ao mundo colonizado um projeto de desenvolvimento que simplesmente deveria repetir a história dos países centrais.

Mas como ser como a França, a Inglaterra e, sobretudo, os Estados Unidos, sem franceses, ingleses e norte-americanos e se a experiência brasileira juntava paradoxalmente a América com a África e com a Europa, de modo especial, pois, além de sua massa de escravos, o Brasil também foi inesperadamente transformado em metrópole e teve rei e imperadores, um dos quais fez a nossa independência nacional? Experiência, aliás, à espera de uma avaliação mais detida que amplie os achados clássicos de um Oliveira Lima, mas que certamente perdura na consciência popular. Pois a elite pode ter esquecido de um d. João VI fora do lugar, mas o povo sempre se lembra do luxo da corte surgida no Rio de Janeiro em 1810, recriando no carnaval não o poder do dinheiro na nobreza, mas a nobreza que, englobando o poder, inventa um universo movido a "luxo". Esse "luxo" que é uma categoria social importante para entender não só o carnaval como uma tradição e um ritual, mas o Brasil como um estilo de vida.

Por outro lado, como contemplar o ideal de vir-a-ser como o colonizador "branco" se o Brasil era profundamente "mestiço"? Se ele não gerenciava suas diferenças pela lógica do conflito que dizia "sim" ou "não" , mas era uma sociedade governada pela ambigüidade, pela complementaridade e pela gradação que contempla o contexto e o "mais ou menos"? Como conciliar o nosso ideal hierárquico dado no princípio do "desiguais, mas juntos" com a proposta burguesa do "iguais, mas separados"?

Sabemos que o ideal de "branqueamento" e as políticas de extermínio de índios contemplou esse modelo civilizatório de integração nacional absoluta, apresentada por meio de um código racista. Países com maioria de população branca podiam partir para uma política agressiva de isolamento étnico como solução para sua unidade nacional. No caso do Brasil, porém, a magnitude da mistura tornava impossível negar a multiplicidade étnica que de fato constituía a sociedade brasileira. Realmente, como separar legalmente o que práticas sociais seculares haviam juntado? Como eliminar os intermediários que despolarizavam uma sociedade jurídica e politicamente polarizada se esses mediadores eram a própria razão de ser do sistema?

Se, como disse Tocqueville, os "hábitos do coração" dos Estados Unidos eram a igualdade e o individualismo, no caso do Brasil eles se localizavam numa multidão de espaços intermediários: adros, praças, carnavais, procissões e crenças sincréticas que afirmavam que tudo era bom e ruim, que tudo se salvava e poderia ser também condenado. Se o espaço cósmico da América calvinista é dual – salvação ou danação –, nós, brasileiros, elegemos uma terceira via como centro do além: o purgatório, lugar típico da passagem e da inclusão.

Impedido, pois, de realizar um projeto de purificação racial, o Brasil criou – a despeito dos programas de suas elites e às vezes com eles – um forte quadro de valores contra-hegemônicos. Valores híbridos e relativamente antiburgueses que sustentaram suas mais diversas experiências políticas. Como tudo que é histórico ou sociológico, a impossibilidade de imitação foi uma vantagem. Foi ela que criou um estilo brasileiro de ser e de viver. Foi ela que primeiro proporcionou a autovisão – articulada primeiramente pela obra originalíssima de Gilberto Freyre (profundamente influenciada e constituída pela história oral) – de que, apesar de tudo, a mestiçagem cultural era uma experiência positiva. Não podíamos ser brancos, tampouco ser uma sociedade hegemonicamente articulada por leis universais. Mas podíamos ser mulatos e usar a nossa indefinição como vantagem. E foi assim que, sabendo ou não, saímos da escravatura sem guerra civil. Foi assim também que passamos pela onda racista e totalitária do século XX. Nosso sectarismo político não nos fez matar parentes e amigos que eram nossos eventuais inimigos. Fomos autoritários, mas não chegamos ao nazismo; fomos racistas, mas não segregacionistas.

O modelo burguês sempre foi atuante, mas não deixou de ser amaciado pela experiência histórica de coletividade que era igual pela metade, mas que, não obstante, tinha fascinação pelo encontro e instituía a ambigüidade, a mistura e intimidade – vale dizer, a relação – como valor social.

Hoje, quando a globalização faz o mundo encolher e dialeticamente traz à tona as diferenças étnicas e religiosas, como comprovam os conflitos na Índia, no México, no Peru, na ex-União Soviética, na Bósnia e, certamente, na Europa etnicamente purificada e nos Estados Unidos dos livres e iguais, podemos ler como potencialmente positiva a experiência brasileira.

Em todos esses países consolidados em torno do ideal burguês do individualismo e do mercado, articulados por uma cultura cívica aceita por todos e gerenciada pelo Estado, o que se observa hoje é a dificuldade de orquestrar o étnico e o nacional. Como se houvesse um combate entre o Estado-nação e as etnias que estão sob o seu governo, há em todos esses "países adiantados" uma disputa de lealdades. De um lado, os valores locais que falam em cor, experiência histórica e religião; do outro, os estilos administrativos e os valores da cultura cívica que falam em lealdades nacionais, fundadas em leis que teoricamente valem para todos. O resultado é uma crise configurada pelos limites do civismo fundado no ideal da igualdade e do mercado, um civismo que não parece ter capacidade de resistir aos laços étnicos primordiais e a valores religiosos e étnicos que as teorias da modernização julgavam superados.

Se, portanto, o século XXI for marcado pelas viagens, pela imigração e pela presença étnica, o Brasil, que mais uma vez "moderniza" o seu Estado-naci-

onal, terá uma enorme vantagem. Primeiro, porque a sociedade não está colada ao Estado e aos valores cívicos que ele representa, tendo a capacidade de a ele sobreviver, como demonstra a experiência dos últimos vinte anos: uma corrupção desenfreada, uma impunidade deslavada e uma inflação catastrófica. Depois, porque o Brasil tem uma vasta experiência no que diz respeito à orquestração das diferenças sociais. Se é verdade que ele articulou essa experiência de modo injusto no passado, é também legítimo afirmar que nem por isso essa demarcação foi segregacionista ou exclusivista no limite. Temos preconceitos, mas não temos ódio racial no Brasil. Nosso capitalismo, sendo de Estado e de casas-grandes, não foi cívico nem filantrópico, mas teve preocupações sociais que até hoje se realizam no plano de solidariedades pessoais profundas. Finalmente, temos a vantagem de estar reconstruindo o Estado. Para nós, portanto, não se trata de adaptar a nação à sociedade, mas de fazer chegar os anseios da sociedade ao Estado-nacional moldado pela ética e pela norma burguesa.

O mundo do ano 2000 será sem dúvida globalizado, nacionalizado, cívico e universalista, mas também será um universo no qual os valores étnicos terão enorme presença e visibilidade. Será um mundo simultaneamente homogêneo e heterogêneo. Um universo, portanto, muito mais brasileiro do que poderiam imaginar os nossos teóricos. Nele, certamente, vamos encontrar dimensões universais e também uma multidão de intermediários e mestiços: "mulatos culturais" que viverão entre nações e etnias, explicando as diferenças, intermediando disputas, criando sociedades híbridas e sistemas a meio caminho. Será certamente muito mais um mundo de "mulatos" do que de "puros", um sistema que só poderá operar com a presença dos que têm simpatia pela diferença, pelo hibridismo e pela multidão de "outros" com que todos irão conviver.

Nossa experiência com a mestiçagem, nossa crença de que a virtude está no meio, nosso ideal de fazer como dona Flor – casar com os dois e tirar partido de tudo – pode, ao fim e ao cabo, dar certo. Pois os maiores problemas dos "países adiantados" serão as etnias que militam contra seus códigos nacionais. No Brasil, porém, não poderá haver código nacional eficiente sem levar a sério esses intermediários que estão dentro dos nossos corações. Esse será o nosso desafio, tais são as nossas potencialidades.

2

Avaliações e tendências da história oral

DESAFIOS À HISTÓRIA ORAL DO SÉCULO XXI*

Philippe Joutard

Desafios à história oral do século XXI é um tema vasto, complexo e difícil, o que me leva a pedir que sejam indulgentes. O que vou sugerir é um ensaio para provocar a discussão e aprofundar a reflexão ao longo destes quatro dias – e para além deles –, sabendo que, neste campo, como sempre ocorre na história, as certezas não nascem de posições individuais, mas do diálogo e do trabalho conjunto. Diria mais, até, as certezas precisam saber ser modestas.

São cinco os desafios que vejo, à imagem dos cinco continentes, mas há um em particular que já superamos, o que me alegra profundamente.

A X Conferência: o grande oceano

O desafio já superado é o do grande oceano. Nossa conferência internacional se realiza, pela primeira vez, fora da Europa, no Brasil, este belo país da América Latina; e não é uma conferência qualquer, é a 10ª – se formos sensíveis ao simbolismo dos números.

Mais que justo, quando se considera a contribuição da América Latina para a história oral, nas suas origens com os admiráveis *Los Hijos de Sanchez*, que todos lemos, e que continuou depois de 1956, quando os arquivos sonoros do Instituto Nacional de Antropologia do México recolheram as lembranças dos cabeças da revolução mexicana.

Mais que justo, quando todos conhecemos o trabalho feito pela Fundação Getúlio Vargas, no Brasil, lançando, a partir de 1975, um grande programa de história oral destinado a recolher os testemunhos dos líderes políti-

*Tradução de Paulo Martins Garchet.

cos posteriores a 1920. A esta mesma fundação devemos a organização deste encontro – e, mais particularmente, ao CPDOC, a Marieta de Moraes Ferreira e todos que a ajudaram, cuja iniciativa saúdo. Todos lhes agradecemos.

Seu país é, também, toda a riqueza da tradição oral na confluência de três continentes e de três civilizações, tradição oral que tanto inspirou diversos de vossos grandes escritores: José Lins do Rego, Guimarães Rosa e, evidentemente, Jorge Amado. A este respeito, não resisto ao prazer de lhes dar "em primeira mão", um fragmento de pesquisa oral recolhido por nossa colega brasileira, Tânia Almeida Gandon, autora deste belo trabalho sobre a memória da gente de Itapuã.[1] Ela entrevistou Jorge Amado por telefone, e ele lhe respondeu: "Lamento não poder lhe dizer em luso-brasileiro: 'não me acho um escritor tão bom assim, mas sou um excelente tradutor da linguagem oral do povo da Bahia'."

Não desejo fazer o papel do Velho Guerreiro em um colóquio inteiramente voltado para o século XXI. Porém, nós o sabemos, a memória se declina no presente e é o impulso de ação para o futuro. Hão de me permitir, portanto, evocar nosso itinerário comum não por espírito nostálgico e refúgio no passado, mas para dele extrair o segundo desafio. Quanto chão andado desde nosso primeiro encontro, que teve lugar em Bolonha, em 1976, mas que havia sido precedido da mesa-redonda preparatória no XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, intitulada: Oral History as a New Methodology for Historical Research (História Oral como Nova Metodologia para a Pesquisa Histórica). Relembro, a título de informação, nossas oito outras conferências: Colchester, em 1978; Amsterdam, em 1980; Aix-en-Provence, em 1982; Barcelona, em 1985 – à qual nossa presidente acaba de aludir; Oxford, em 1987, onde foi notada a importância da presença da América Latina; Essen, em 1990; Siena em 1992; e, finalmente, Gotemburgo, em 1996.

Através destas conferências, mas, também, através de outros encontros como o da Universidade de Colúmbia, em outubro de 1994, e de nossas publicações internacionais, delineiam-se já as linhas mestras deste campo histórico, de onde tiro o segundo desafio posto para o século XXI.

---

[1] Ver a comunicação: A voz de Itapuã: dinâmica de um discurso de identidade cultural, In: *Oral History: chanllenges for the 21st century*, Atas, Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas; Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 1998, p. 1.354-1.358.

Permanecer fiel às inspirações iniciais

Estamos persuadidos de que a história oral não está mais em suas primícias. Chegou já à primavera e é cada vez mais reconhecida e compreendida nos círculos acadêmicos mais tradicionais. Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados. Em contrapartida, como em todo fenômeno que atinge a maturidade, o risco de perda de vitalidade, de banalização é real. Seu segundo desafio é o de permanecer fiel à sua inspiração inicial.

Neste segundo desafio é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono. Irei desenvolver estes três pontos sucessivamente.

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os "derrotados". Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história. Já conhecemos o papel representado pela história oral no desenvolvimento de uma verdadeira história das mulheres, Gender History (História de Gênero), que foi um dos grandes temas do último congresso internacional de ciências históricas de Montreal. Não tenho preocupação quanto a este ponto: o lugar e a importância das mulheres no progresso da história oral representam uma garantia. Mas, há, ainda, o mundo operário e o camponês – e o dos emigrantes. É preciso ir além, e seguindo os conselhos de nossa presidente, em sua comunicação ao congresso de Montreal, dar a palavra – amplamente – aos analfabetos e ao mundo da pobreza extrema:[2] todos os que tiveram esta experiência conhecem a qualidade de certos diálogos, a justeza do tom e a riqueza dos testemunhos. Há, porém, além desses, o mundo dos deficientes, das crianças; tudo que é humano é nosso, e é preciso fazer recuar as fronteiras.[3] Nossa conferência dá vários exemplos em todos os campos que acabo de evocar.

Não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o "indescritível", toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas "muito insignificantes" – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de

---

[2] Ver: El combate en España por una historia sin adjectivos con fuentes orales, *Historia y Fuente Oral*, v. 14, 1995, p. 113-116.

[3] Ver toda uma série de exemplos no texto: Al Margen: La Historia de la Discapacidad. *Historia y Fuente Oral*, v. 13, 1995, p. 5-95.

transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional. Apelo aqui para a experiência pessoal dos universitários. Um relatório escrito de uma de nossas assembléias consegue traduzir o que realmente se passou? De minha parte, tendo tido, durante vários anos, funções de gestão, como responsável pelo sistema educativo de uma região,[4] saí desta experiência reconfortado com a idéia de que, mesmo sendo abundantes, os arquivos escritos são insuficientes para descrever e, sobretudo, se compreender uma realidade tão complexa quanto a história da educação, e de que precisam ser complementados por grandes pesquisas orais que teremos a oportunidade de realizar. Uma história oral das elites é, portanto, de grande utilidade e, de novo, ressalto que nossa conferência oferece múltiplas evidências, quer se tratem de arquitetos do México, de jornalistas brasileiros ou de intelectuais franceses.[5] Devo acrescentar, sobre este ponto, que a história oral é uma via de acesso privilegiada a uma história antropológica e deve continuar a sê-lo.

Porém, para que a pesquisa oral desempenhe plenamente seu papel, precisa reconhecer seus limites e, até, fazer deles uma força. Explico-me: estou convencido de que a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, haja ou não arquivos escritos; mas devemos, em contrapartida, reconhecer seus limites e aquilo que seus detratores chamam suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Estes mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses.

Sem contradição nem provocação, estou, de fato, convencido de que tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas veiculam, são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificaram exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real (mesmo

---

[4] O que chamamos na França *recteur d'académie*, que, ao contrário de outros países, não dirige uma universidade, mas os ensinos primário e secundário.

[5] Comparar: Oral History: Challenges for the 21st century, op. cit. grupo de trabalho 7; trajetórias de intelectuais, p. 321 e as comunicações de: Abreu, A. A. e de Ferreira, M. de M. Ver, também, os videoteipes de Gracicla de Garay, Traición o Modernidad: Reto de Una Generación, no marco do Proyecto Historia Oral de la Ciudad de México, Testimonios de sus Arquitectos (1940-1990).

em um nível intelectual bem elevado). O que os historiadores positivistas consideram radicalmente como o ponto fraco do testemunho oral não apenas nos permite compreender melhor o "vivido" dos testemunhos, mas também conhecer os motores da ação. Esses "erros" nos apresentam uma forma de verdade superior. Um único exemplo, mas de peso: através da história oral colhemos, freqüentemente, os "rumores". Façamos o levantamento, em nossas diversas histórias nacionais, de todos os acontecimentos importantes que foram deslanchados por rumores. Permitam que tome apenas um exemplo de minha própria história nacional: um dos atos decisivos da Revolução Francesa, a abolição dos privilégios na noite de 4 de agosto de 1789 – data bem conhecida de quantos por ela se interessam –, é resultado de um gigantesco rumor que deu lugar a numerosos movimentos camponeses e que chamamos de "la Grande Peur" (O Grande Medo).[6]

Nesta ótica, são necessários o tratamento crítico e a distância não só para sinalizar as distorções em relação à realidade passada, mas também para interpretá-la. Como interpretar o silêncio e o esquecimento? Para nos ajudar, é indispensável a análise da totalidade do documento: hesitações, silêncios, lapsos... Assinalemos, ainda, o interesse da gravação em vídeo, que permite capturar também gestos e expressões. Inútil dizer, estamos todos convencidos de que o documento original é a gravação e que a transcrição não passa de acessório, não podendo substituir a audição de fitas gravadas ou, ainda melhor, a visão dos videoteipes.

Quanto às situações de extremo abandono, teremos um belo exemplo com o painel sobre traumas na Alemanha, coordenado por Alexander von Plato. Não preciso insistir em lembrar quanto a pesquisa oral é o meio privilegiado para compreender os mecanismos do mundo da concentração. A melhor história sobre a solução final na França é *Shoah*, o filme inteiramente composto de testemunhos de Claude Lanzmann, que se recusou até a recorrer aos documentos escritos. O horror não terminou com o fim do nazismo, ou com a queda do muro de Berlim e, infelizmente o sabemos, perpetua-se em novos genocídios, o que vale dizer que a história oral tem, mais que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer história diante da memória de testemunhos fragmentados que têm o sentimento de uma experiência única e intransmissível: é preciso combinar respeito e escuta atenta, de uma lado, com procedimentos históricos, não importa quanto isto nos seja penoso.[7]

---

[6] Descrito em belíssimo livro que se tornou um clássico da historiografia francesa, *La Grande Peur*, de G. Lefebvre, publicado em 1932 pela Armand Colin.

[7] Um belíssimo exemplo é dado por Pollack, M. *L'Expérience Concentrationnaire*, Paris: Metaillé, 1993.

Não me estenderei muito mais porque estou, aqui, pregando a convertidos e não tenho dúvidas de que os sentimentos que levaram muitos de nós a nos lançarmos neste campo, há vinte ou trinta anos, são exatamente os mesmos que hoje movem os que iniciam suas primeiras pesquisas.

Nossa diversidade, uma oportunidade

O terceiro desafio é de ordem metodológica. Fiquem tranqüilos, não irei lembrar a discussão em torno do próprio termo história oral, que sempre reaparece em nossos encontros: sobre este ponto permito-me sugerir como referência os comentários que fiz em meu relatório para o congresso internacional de Montreal[8] e, ainda, o que consta das comunicações a esse congresso, e que foram publicados no volume 14 da *Historia y Fuente Oral* (de Dora Schwartein, de Pietro Clemente ou de Jean Pierre Wallot).[9] O termo história oral é equívoco e ambíguo, impreciso, mas é simples e, sobretudo, tem agora a antigüidade a seu favor. Devo acrescentar que sua ambigüidade não me desagrada: o ser equívoco e de múltiplos sentidos não reflete a imagem da realidade que procura alcançar? Desconfio, na história, dos conceitos muito simples, muito geométricos. Pior para as discussões teóricas, das quais nos privaremos! Em contrapartida, gostaria de abordar um problema mais simples, teoricamente, mas que na prática é mais complexo, e que não pode se agravar.

Em três décadas de história oral multiplicaram-se os empreendimentos mais diversos. O crescimento é exponencial e não se trata de um problema meramente quantitativo, mas qualitativo, também. E o movimento se amplia. Nos Estados Unidos, Dunaway já anotou quatro gerações de "oralistas";[10] na Europa ocidental e na América Latina serão duas, ou três, conforme o país. Além dos que podemos atribuir-lhe, há muitos outros, e a diversidade não é tanto de países como de tipos de projeto.

Há as instituições locais, os grupos religiosos, étnicos, ideológicos, as empresas que buscam coligir sua memória oral para reforçar sua identidade, os

---

[8] *Histoire orale: bilan d'un quart de siècle de réflexion méthodologique et de travaux*, atas do XVIII Congresso Internacional de Ciências Históricas. Montreal: 1995, p. 214-215, reproduzido em *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, v. 15, 1996, p. 166-167.

[9] La Historia Oral en América Latina; Debate sobre fuentes orales en Italia; Archivistica e Historia Oral. *Historia y Fuente Oral*, p. 48-49, 90, 8-9.

[10] La Inter Disciplinariedad de la Historia Oral en Estados Unidos. In: *Historia y Fuente Oral*, p. 14, p. 27-31.

pedagogos preocupados em iniciar seus alunos na história, os jornalistas tentando fazer compreender tal ou qual realidade social ou evento, os arquivistas e curadores de museus interessados em completar seus acervos de arquivos – ou que receberam uma encomenda pública – e, finalmente, o mundo universitário e acadêmico, que coloca um problema histórico a ser resolvido e procura a resposta nas fontes orais – isoladamente ou, no mais das vezes, em conjunto com outros documentos.

No próprio campo dos universitários e arquivistas há a história oral das ciências políticas, de um lado, para quem a fonte oral é complemento dos documentos escritos, especialmente interessada em interrogar os atores – antigamente, os principais, agora, e cada vez mais, também os atores medianos e da base. De outro lado, a história oral antropológica. A segunda tem amplo domínio e influenciou a primeira, seja pelas conversas com os homens e mulheres do campo, seja pelo tipo de assunto. Há também o caso particular daqueles que procuram recolher a tradição oral, quer dizer, não a memória pessoal da testemunha, mas aquilo que lhe foi transmitido. Sabemos a importância desta tradição oral, como documento da história na África, mas acredito estar particularmente bem colocado para vos dizer do interesse que ela pode ter nas civilizações com forte base escrita.

Mas a grande divisão ideológica e epistemológica está em outro lugar: contrapõe, de um lado, uma história oral militante, radicalmente alternativa; de outro, uma história oral acadêmica. A primeira ambiciona fazer história do ponto de vista dos que estão embaixo e dos excluídos; intervir, interpretar, distanciar-se – como o fazem os historiadores – é quase um sacrilégio, uma tomada ilegítima de poder. Os historiadores acreditam que a melhor homenagem que se pode prestar à memória dos excluídos é transformar sua memória em história. Se quisermos tirar melhor partido da pesquisa oral e extrair toda sua riqueza, não poderemos deixar de utilizar plenamente os procedimentos históricos.

Eis aqui o terceiro desafio: será possível evitar a fragmentação da história oral? Haverá um diálogo possível entre empreendimentos diversos e com metodologia variável, ou será o estatuto do testemunho oral radicalmente diferente? E entre os militantes de uma "história alternativa" e os historiadores acadêmicos, que respeitam seus interlocutores mas buscam um certo distanciamento e a construção de um verdadeiro discurso histórico? Desta diversidade, que às vezes beira a explosão, será possível obtermos uma oportunidade e um enriquecimento recíprocos?

Assistindo-se a alguns de nossos debates, pode-se duvidar. É caso de desespero? Por princípio e por método, diria que não. Mas minha resposta não basta. Devo argumentar e propor alguns princípios para tal enriquecimento.

Primeiro princípio imperativo: se me for permitida esta metáfora em um país de tradição católica, mas que, contraditoriamente, pratica o sincretismo com a umbanda, é preciso rejeitar as excomunhões recíprocas. Todos os empreendimentos têm sua utilidade e sua forma de legitimidade. Trazem à luz memórias orais distintas, mas todas têm interesse, com a condição de que não se perca de vista essa diversidade, e de que não haja mistura de gêneros. Não se pode esperar o mesmo resultado de uma pesquisa universitária – que segue uma problemática determinada e um questionamento preciso na constituição de um acervo de arquivos orais – como a que há muito é feita na Universidade de Colúmbia, e de todos os registros, ora em andamento, de testemunhos de sobreviventes dos campos de extermínio – onde se trata de um trabalho de militância em defesa da identidade de um grupo. Acredito que mesmo as pesquisas mais modestas podem nos dar muito. Tomarei um único exemplo: o trabalho pedagógico que tive a oportunidade de apreciar graças aos empreendimentos de minha esposa com suas turmas do liceu de Aubagne, perto de Marselha. Entrevistando seus avós, mesmo desajeitadamente e sem a sutileza dos entrevistadores profissionais, as crianças podem obter confidências inestimáveis. Às vezes, a ligação de parentesco sequer é necessária, bastando a distância de duas gerações e que a pessoa idosa sinta a necessidade de transmitir uma experiência de vida ou uma tradição.[11] Posso testemunhar, de minha parte, que o historiador "profissional", "acadêmico" tem muito a lucrar com as gravações escolares – e não apenas para a didática da história. Digo isto sem nenhum espírito demagógico.

A partir do momento em que cada um explicite claramente seus pressupostos, seus objetivos e seu método, sem que ninguém esteja convencido de que o seu é o único método que chega à verdade, será possível um diálogo e poder-se-ão utilizar os documentos recolhidos por outrem. Este é o segundo princípio.

Vou ainda mais longe: espero que o século XXI permita o máximo de análises cruzadas sobre os acervos de pesquisas orais das mais diversas proveniências. Mas, ao formular este desejo, não escapo à questão posta por Jean-Pierre Wallot, o diretor dos Arquivos do Canadá, durante nossa reflexão de Montreal: "Até que ponto o testemunho oral se presta a uma utilização fora de contexto e não prevista por seus criadores?"[12] E sequer abordo aqui os problemas jurídicos extremamente complexos: suponho que estejam acertados pelo momento.

---

[11] Ver Joutard, G. *L'enquête orale en classe. Historiens et Géographes*, julho de 1981 e os videoteipes: De L'Orient à l'Occident, un jour, elles ont eu vingt ans (1984), et Le Vent de l'exil (1987), Productions C.R.D.P. de Marselha.

[12] Archivistica e Historia Oral . *Historia y Fuente Oral*, vol. 14, p. 19.

Para levar a interrogação ainda mais longe, evocarei o caso seguinte: é possível, doravante, que um pesquisador faça um trabalho baseando-se predominantemente em fontes orais sem que ele mesmo jamais tenha feito uma única pesquisa. Poderemos considerá-lo um "historiador oral"? Por mim, tenho o ímpeto de responder pela negativa porque para se entender até que ponto a entrevista é uma construção a dois, onde a participação do entrevistador é determinante, é preciso que se tenha feito entrevista, quando mais não seja para mensurar os constrangimentos do exercício, o que ele revela e o que não revela.

Responderia afirmativamente à pergunta de Wallot, na condição, precisamente, de que se conheçam os constrangimentos da entrevista e seus objetivos. A utilização de documentos desviados de sua função e fora de contexto tornou-se, na historiografia contemporânea, um meio de vencer o silêncio e de atingir as realidades difíceis de serem percebidas. Penso no historiador das mentalidades que na França, por exemplo, utiliza um testamento para revelar outras realidades bem distintas da riqueza de uma família, ou das práticas de sucessão: citaria, entre outras, o grau de alfabetização, a cultura literária, a cultura material, a piedade, a descristianização. Vou mais longe, ainda: é uma nova oportunidade para a história oral de poder se beneficiar de uma certa profundidade histórica e de poder fazer um cruzamento de fontes orais, não mais de um mesmo período apenas, mas de épocas distintas, talvez por uma mesma pessoa, com mais freqüência por um grupo. Vêm-me à mente, para o primeiro caso, certos chefes da resistência francesa que deram seus testemunhos ao saírem da guerra, nos anos 1945-1950. Vinte ou vinte e cinco anos depois foram interrogados por jovens pesquisadores. No crepúsculo de suas vidas desejam, freqüentemente, fazer um balanço; escrevem suas memórias, ou são novamente requisitados por uma nova geração de pesquisadores, ou dentro de colóquios organizados para o cinqüentenário do fim da guerra.[13] Uma comparação sistemática é de grande interesse metodológico para estudar o funcionamento da memória, sua evolução, a relação do presente com o passado.

Há um campo que é particularmente interessante de se seguir: o da tradição oral. Até agora foi possível esboçar alguns comparativos graças às pesquisas dos folcloristas do século XIX e do início do XX, mas tratava-se de traços escritos; hoje, é possível estabelecer uma história desta tradição oral, que tantas vezes se considera imóvel ou, simplesmente, em degradação. E o

[13] Dominique Veillon, pesquisadora do Institut de l'histoire du temps présent em Paris, aborda bem isto em um texto inédito, para sua tese de habilitação, a propósito de Jean-Pierre Lévy, um dos chefes do movimento de franco-atiradores da resistência.

que se vê é o que se pressentia: que a tradição oral é discurso dinâmico, constantemente em contato com a atualidade mais contemporânea e, assim, integralmente originária da história. Esta historicidade da tradição oral é um dos campos mais promissores dos próximos anos, na medida em que, nos grupos e sociedades onde está viva (e que são mais numerosos do que se acredita), é um documento histórico de primeira ordem. Acrescento que uma comparação entre as diversas dinâmicas das tradições orais segundo as civilizações daria muitos frutos. É claro que um lugar particular deve ser reservado às tradições orais de conteúdo histórico, tão importantes para as civilizações africanas, mas, já o disse, também significativas em outros lugares. A este propósito, seria a ocasião de reforçarem os laços com os africanistas, que têm uma longa experiência na matéria, e com quem lamento não mantermos diálogos mais freqüentes.

Torno a dizer: uma das tarefas dos "oralistas" do século XXI será oferecer a possibilidade de utilizar este novo patrimônio acumulado ao longo de meio século. E volto-me para nossa presidente: não seria uma das tarefas da Associação Internacional de História Oral, nos anos vindouros, facilitar tal utilização? Nossos amigos arquivistas já refletiram sobre os problemas de conservação e de indexação desde o congresso internacional de Paris, cujo tema foram as fontes não escritas.[14] Com sua ajuda, poderíamos avançar em pelo menos dois pontos: as questões jurídicas e uma classificação segundo o tipo de empreendimento.

Para lançar o movimento, porém, os historiadores devem executar suas funções conduzindo, paralelamente, um trabalho de tipo historiográfico. Gostaria de fazer uma sugestão: tomar-se um assunto sobre o qual haja numerosos trabalhos de história oral e, por conseguinte, várias pesquisas de origens diversas, feitas em diversas épocas e com perspectivas distintas; interessar-se por ele, não por seu conteúdo, prioritariamente, mas pela historiografia e pela epistemologia. Tenho até um tema a lhes propor, bem delimitado no tempo e bastante rico, sem que tenhamos, por isso, de recear sua dispersão, e que não interessa a um único país apenas – ainda que faça parte de uma de nossas histórias nacionais – porque tem, também, uma dimensão internacional muito forte, particularmente devido à intervenção dos combatentes estrangeiros e, mais tarde, ao exílio. Sem dúvida, já adivinharam: refiro-me à guerra civil espanhola; basta reler os programas de nossos grandes encontros e verão que é raro não encontrar uma, duas ou

---

[14] Com este congresso em vista, os arquivistas franceses haviam refletido sobre a questão em dois encontros preparatórios, em 1985 e 1986, cf. Directions des Archives de France, *Actes dy XXII^e Congrès National des Archivistes Français*. Paris: Archives Nationales, 1986, e *Actes du XVIII^e Congrès National des Archivistes Français*. Paris: 1987.

três comunicações sobre o assunto – e não só de espanhóis. Para tomar um único exemplo, que ilustra bem meu objetivo, em nosso último congresso de Gotemburgo, Dora Schwarzstein estudou a construção da identidade entre os republicanos espanhóis exilados na Argentina, e Javier Cervera Gil, "a quinta coluna": não se trata apenas de história política, mas antropológica, também. Neste mesmo ano, encontraremos ainda três comunicações sobre o mesmo período. Volto a ressaltar, não estou propondo um novo encontro sobre a guerra civil espanhola. Ela serviria de ocasião para levar a comunidade dos historiadores "oralistas" a refletir sobre o patrimônio oral já existente, sobre este tema e sua possível utilização no século XXI. Recensear todas as pesquisas sobre o assunto, agregando-lhes os documentos orais; compará-las; analisar as diferenças e os pontos comuns; tentar novas utilizações de documentos mais antigos: eis algumas tarefas que poderíamos abraçar neste tipo de encontro.

História oral e nova tecnologia

O quarto desafio impõe-se por si só (Paul Thompson já o evocara na sessão de abertura da conferência de Gotemburgo):[15] é a boa utilização das novas tecnologias pela história oral. Será necessário lembrar um ponto da história? As premissas da história oral na Universidade de Colúmbia estão ligadas à descoberta do gravador, que nos permitiu capturar a voz, em vez de nos contentarmos com as notas escritas, integrando, assim, em nossa análise, os silêncios, as hesitações, os lapsos. Diferenças consideráveis em relação às pesquisas etnológicas do início do século.

Este quarto desafio não deixa de estar ligado ao anterior. É, sem dúvida, graças às redes informatizadas que podemos facilmente indexar e reencontrar numerosos acervos de arquivos orais, localizar as pesquisas em andamento, dialogar uns com os outros. Para quando, sra. Presidenta, a abertura de um *site* de nossa associação na Internet, com um fórum? Encontro grande dificuldade para obter informações sobre os diferentes projetos de história oral a partir dos grandes motores de pesquisa – Excite, Hotbot, Altavista ou Yahoo. Não que nos faltem referências: elas existem em grande número, um número, às vezes, grande demais, mas estão perdidas, em meio a assuntos os mais variados e inesperados. Porém, um *site* nosso, ainda que útil, é secundário em relação à própria evolução das entrevistas.

Com o desenvolvimento da imagem digital e a facilidade cada vez maior da tomada de imagens e de sua flexibilidade, que, no limite, torna desnecessário

---

[15] *Sharing Oral History: Archives and New Technology.*

o trabalho do cinegrafista, coloca-se o problema da multiplicação de entrevistas sistematicamente filmadas. Várias grandes coletas já a utilizam; por exemplo, no caso dos testemunhos dos deportados (ver o empreendimento de Spielberg). Já vemos hoje várias sessões de nossos encontros consagradas à apresentação de vídeos. Percebemos o grande interesse que têm: ao lado da palavra, a linguagem das mímicas, das expressões e dos gestos; mas ressaltamos, também, todos os seus constrangimentos: uma intervenção ainda maior do entrevistador e, em conseqüência, o caráter cada vez mais construído do testemunho. Para os entrevistados mais frágeis, bloqueios adicionais. As dificuldades de interpretação são maiores: se já temos grande tendência para nos limitar ao conteúdo, raramente fazendo o estudo dos silêncios ou das hesitações, o que esperar, então, de mímicas e gestos?

As novas tecnologias também multiplicam os documentos orais que não decorrem exatamente de história oral, mas aos quais precisamos dar atenção: os audio-livros, as videocartas e, mais além, como integrar o conteúdo dos inúmeros fóruns da Internet, ou das páginas de simples particulares na Web? Paradoxalmente, voltamos à escrita, mas a uma escrita muito mais amplamente difundida, mesmo que hoje envolva apenas uma minoria.

Neste trabalho, posso apenas enumerar certos problemas, sem ter condições de aferir todas as suas conseqüências. O ponto importante é estar em permanente estado de vigília. É uma banalidade afirmar que a técnica, não importa quão sofisticada seja, vale apenas pela utilização que lhe dão os homens e as mulheres. É preciso, de novo, estarmos atentos a suas limitações, e conhecê-las bem, para delas não sermos vítimas. Por que não criar, dentro da estrutura da Associação Internacional de História Oral, uma célula de vigia que tenha por função manter-se a par de todas as evoluções tecnológicas que possam influenciar de alguma maneira o campo da história oral? Chamo atenção para o fato de que a IASA (International Association of Sound and Audiovisual Archives) está organizando seu congresso anual de novembro de 1998 em torno do tema *Improving access to sound and audivisual collections: how to respond to the challenges of new media technology*? (Aprimorando o acesso às coletas sonoras e audiovisuais: como responder aos desafios da nova tecnologia de mídia?).

História oral e identidade

O último desafio talvez seja o mais delicado, e nos envolve tanto individual quanto coletivamente, não apenas como historiadores ou historiadoras, mas principalmente como cidadãos e cidadãs. Explico-me.

Houve, desde o início, uma estreita ligação entre história oral e identidade. No índice dos 12 primeiros números de *Historia y Fuente Oral*, este termo aparece em terceiro lugar, logo após "metodologia" e "mulheres". Na última conferência, de Gotemburgo, encontram-se 31 comunicações – em um total de 138 – diretamente ligadas ao tema; mais que um quinto (22%). Aqui, no Rio, esta presença é ainda maior: 56 intervenções (entre 175) tratam do assunto, não apenas nos sete grupos de trabalho,[16] mas dispersas em outros lugares, o que perfaz pouco menos de um terço (32%). Esta forte posição e sua progressão não são de surpreender: a memória é um elemento constitutivo da identidade. Assistimos, hoje, ao crescimento da força de todas as identidades, de sexo, de grupo, de religião, de nações, o que seria uma reação à globalização e a uma certa uniformização cultural (ao menos superficial).

Numerosos empreendimentos de história oral participam deste crescimento de força, que eles exprimem e reforçam, alternando-se como causa e conseqüência do movimento identitário.

Este fortalecimento das identidades, perfeitamente compreensível, pode ser a melhor ou a pior das coisas. Porque há identidades abertas e identidades fechadas e, sejamos realistas, espontaneamente a identidade se fecha, porque defende o que acredita ser sua "integridade", reage contra tudo que lhe parece estrangeiro, é exclusivista, e o perigo da xenofobia e do racismo não está distante. É em nome da memória e da identidade que os protestantes e católicos irlandeses vêm se matando, há décadas, e que ocorreram os enfrentamentos que conhecemos na antiga Iugoslávia. Foi em nome das identidades nacionais que houve as primeiras grandes hecatombes do século XX – refiro-me à Primeira Guerra Mundial. Sobre este ponto, estamos na linha de frente, a história oral tem pesada responsabilidade: manejamos a "dinamite" e, até, o "nuclear". Trazer à luz o patrimônio oral, instrumentalizado, pode contribuir para fortalecer as identidades simplificadoras, maniqueístas, que excluem, portadoras do ódio e da morte. Tenho a ilusão de acreditar que podemos ajudar as identidades fechadas a se abrirem, desempenhando nosso papel pleno de historiadores e historiadoras, e não o de simples memorialistas.

O memorialista se contenta em escutar, recolher fielmente, sem jamais intervir nem tomar a mínima distância; seu silêncio vale aprovação, para não dizer adesão. O historiador não deixa de ouvir e recolher, mas sabe que deve se

---

[16] Fiz esta contagem a partir das atas do encontro distribuídas no início da conferência. Trata-se dos seguintes grupos de trabalho: Identidade, trabalho e migração; Tradição oral, arte e identidade étnica; História de gênero 1 e 2; Identidade e trabalho; Religião e identidade, *Oral History: Challenges for the 21st Century*, p. 97-174, 215-264, 685-764, 1.359-1.404, 1.405-1.462, 1.665-1.714, ao qual podemos acrescentar *Ethnicity* 2, p. 1.291-1.358.

distanciar, que a simpatia necessária, virtude cardeal do bom entrevistador, não deve cegá-lo nem privá-lo da lucidez. O cruzamento das fontes, o necessário espírito crítico não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou aos grupos. A história relativiza, na melhor acepção do termo; ela desafia a idéia simplista de uma memória e tradição oral – sua expressão mais formalizada – puras, originais, sem nada a dever, que exprimem a alma de um grupo. A história mostra, ao contrário, que estas são construções que evoluem, integram elementos exteriores, estrangeiros, que são até mais dinâmicas, que são capazes de mestiçagens culturais. Relativizar não significa diminuir nem, menos ainda, desprezar. Fazer compreender, a uns e outros, que se reconhece a parte da verdade que exprimem, mas que sua verdade não é a verdade global é ajudá-los a abrir suas identidades. Para facilitar a aceitação deste discurso, nós, os historiadores, devemos também reconhecer o caráter parcial da verdade que trazemos à tona: estamos longe de exprimir o real em toda sua diversa complexidade – cada um de nós, individualmente, é claro, mas também a comunidade dos historiadores em sua totalidade. Artistas e escritores têm uma outra visão da realidade que é uma outra forma de verdade. Um encontro como o que propus a respeito da guerra civil espanhola mostraria isto claramente.

Empreguei há pouco a expressão mestiçagem cultural; não foi por acaso. Jovem historiador, li apaixonadamente, há quase quarenta anos, o belíssimo livro sobre o país que nos acolhe, livro pioneiro de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* (1933), traduzido para o francês, em 1952, com o título *Maître et esclave*,[17] tradução em que se perdeu parte do sentido, muito mais rico, do original, e que não revela o conteúdo de um livro de múltiplos sentidos. Esta obra revela quanto da profunda riqueza deste país nasceu de sua mestiçagem. Não estamos longe de nosso último desafio. Prestei bastante atenção, durante nossa discussão, ao uso do termo mestiçagem por Alessandro Portelli. A mestiçagem, originalmente, é o resultado de uma opressão sexual agregada a todas as demais opressões engendradas pela barbárie da escravidão. Mas, de certa maneira, a mestiçagem cultural é uma revanche dos fracos contra a mestiçagem genética, pois consiste em reconhecer pleno valor à cultura do escravo que influencia, às vezes de forma determinante, a cultura do senhor. Daí que as ideologias mais racistas – o nazismo, por exemplo – execram a mestiçagem cultural e acusam, por exemplo, a arte moderna de ser decadente porque é mestiça e, particularmente, influenciada pela arte africana.

---

[17] Introduzido na França pelo grande etnólogo Roger Bastide, que os brasileiros conhecem bem, e com prefácio de Lucien Febvre, um dos fundadores do *Annales*.

Para que as identidades não sejam "mortíferas", quer dizer, portadoras da morte, é preciso que saibam mestiçar-se, ou seja, reconhecer a necessidade de contribuições exteriores, estrangeiras. A história oral, que por seu permanente recurso à memória é um poderoso vetor de identidade, pode ajudar as identidades a efetuar esta mestiçagem necessária, antídoto do fechamento: em primeiro lugar, ela demonstra que em suas próprias construções as identidades já são mestiças, e que basta, portanto, que permaneçam fiéis a esta origem; assim, ela pode ajudá-las assumindo completamente sua própria mestiçagem, suas ambigüidades (a ambigüidade do próprio nome "história oral") e sua diversidade.

Faço votos, em todo caso, que durante estes quatro dias possamos aceitar nossa diversidade, aferir suas possibilidades e dela tirar o máximo proveito.

AOS CINQÜENTA ANOS: UMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL DA HISTÓRIA ORAL*

Alistair Thomson

Segundo a tradição registrada pela North American Oral History Association, "a história oral, como técnica moderna de documentação histórica, foi estabelecida em 1948 quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de pessoas importantes da vida americana". Este ensaio explora, cinqüenta anos depois, temas relevantes da história oral. Enfoca quatro desdobramentos que estão no cerne das atuais preocupações dos historiadores orais, tirando lições de projetos de todo o mundo. Em primeiro lugar, os acadêmicos reconhecem hoje que o processo de entrevista opera dentro de sistemas de comunicação culturalmente específicos, de modo que não há, necessariamente, uma única, ou universal "maneira certa", de se fazer história oral. Em segundo, novas reflexões sobre memória e história apresentaram outras oportunidades e dilemas à interpretação dos testemunhos orais. Em terceiro lugar, uma crescente ênfase dada à importância do ato de recordar para o narrador ampliou a prática da história oral, permitindo-lhe ser mais que uma metodologia de pesquisa. Finalmente, à medida que novas tecnologias multiplicam os modos de registrar entrevistas e apresentar história oral, os acadêmicos trazem para o centro de suas preocupações as maneiras como as memórias das pessoas são usadas, ou abusadas, na apresentação pública. Esta pesquisa não apresenta conclusões nem recomendações definitivas; o que se pretende é sugerir indicações para um debate continuado.[1]

---

*Anteriormente publicado em The Journal of American History, September, 1998, p. 1-15. Tradução de Paulo Martins Garchet.

[1] Esta pesquisa se beneficia do levantamento que eu e Robert Perks realizamos durante a preparação de uma antologia internacional dos escritos publicados anteriormente sobre teoria e prática de história oral: Perks, R. e Thomson, A. (eds.). *The Oral History Reader.* Nova York: 1998.

A "maneira certa" de fazer história oral?

Atendendo à feroz crítica de cientistas sociais positivistas e historiadores documentalistas tradicionais, alguns dos primeiros manuais de entrevistas procuraram legitimar a história oral advogando um modelo "científico" para a entrevista de pesquisa: o entrevistador deveria usar um questionário consistente e cuidadosamente estruturado de modo a facilitar a análise comparativa; ele, ou ela, deveria controlar o enfoque e o fluxo da entrevista, mantendo, porém, uma presença neutra e objetiva, evitando, assim, afetar adversamente as histórias contadas; deveria conduzir entrevistas individualmente e fazer o mínimo de interrupções possível.[2]

Na prática, os historiadores orais geralmente achavam difícil fazer as entrevistas seguindo um conjunto único de técnicas ou regras. Como escreveu, em 1970, Charles T. Morrissey, o pioneiro da história oral norte-americana: "reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é ... como cortejar seguindo uma fórmula ... Há o perigo de se confiar demais nos instrumentos, e de menos na intuição, à antiga, sobre quais instrumentos usar em que situação ... as técnicas e outros aspectos da história oral variam conforme o tipo de pessoa que se estiver entrevistando." Ainda assim, Morrissey resumiu sua experiência pessoal em entrevistas sobre as presidências de Harry S. Truman e John F. Kennedy em conselhos práticos para entrevistadores da história oral: a importância da preparação; a necessidade de estabelecer *rapport* e intimidade, de ouvir e de fazer perguntas abertas, de refrear os impulsos de interromper; a importância de permitir pausas e silêncios, de fugir dos jargões, de evitar ser inquisitivo e de minimizar a presença do gravador.[3]

À primeira vista, parece difícil discordar de conselhos de tanto bom senso. Contudo, os historiadores orais vieram a perceber, nos últimos anos, o fato crucial – derivado, em parte, da antropologia e de estudos sobre as comunicações e promovido por pesquisadoras feministas – de que a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos. Em outras palavras, não existe uma única "maneira certa" de entrevistar, e a maneira que o "bom senso" indica como "certa" para entrevistas com membros da elite política branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais.

---

[2] Ver, por exemplo, Thompson P. *The Voice of the Past: Oral History.* Oxford: 1978; e Baum, W. K. *Oral History for the Local History Society*, Nashville: 1969.

[3] Morrissey, C. T. On Oral History Interviewing. In: Perks e Thomson (eds.). *Oral History Reader*, 1970, p. 107-108.

As experiências de história oral em contextos fora do mundo ocidental confirmam a opinião de que as técnicas desenvolvidas no Ocidente podem ser incompatíveis com sistemas e relações de comunicação autóctones. Na Conferência Internacional de História Oral realizada em Nova York, em 1994, o historiador oral cingapuriano Daniel Chew argumentou que as perguntas incisivas, que são parte integrante de uma entrevista ocidental, podem ser inadequadas – e até impossíveis, na verdade – em um contexto asiático, onde poderiam infringir fortes expectativas culturais a respeito da deferência devida à autoridade dos mais velhos. Escrevendo sobre compilação de testemunhos orais em países em desenvolvimento, Hugo Slim e Paul Thompson caracterizam a entrevista individual como potencialmente um "encontro perigosamente íntimo" e argumentam que a recordação em grupo pode ser uma abordagem mais aceitável e conhecida em determinadas sociedades. Fundando-se no trabalho de antropólogos, explicam que os pesquisadores precisam ter em mente as hierarquias locais e as "normas relativas a rodízios, ordem de discussão dos tópicos, ou vários rituais pertinentes às narrativas de histórias", que podem divergir substancialmente da etiqueta da conversação nos países ocidentais. Em algumas sociedades africanas, há uma estação própria para contar histórias (o entrevistador bem preparado chega no inverno) e contá-las gera uma expectativa de recompensa ou prêmio. Circunstâncias objetivas podem, também, ditar a boa prática para uma sociedade particular: os historiadores orais namibianos recebem a orientação de usar lápis e papel para registrar suas entrevistas visto que, freqüentemente, faltam-lhes condições para ter um gravador de áudio ou videoteipe. Em alguns contextos, uma identificação como membro do grupo (*insider*) pode ser pré-requisito para uma entrevista bem-sucedida. Belinda Bozzoli, historiadora e socióloga sul-africana, descobriu que as anciãs da aldeia de Phokeng sentiam-se mais confortáveis e se abriam mais quando entrevistadas por uma assistente de pesquisa, Mmantho Nkotsoe, porque ela era " 'uma menina de Mabeskraal', a aldeia próxima". "Assim, o que poderia parecer uma deficiência de Mmantho para os positivistas (seu envolvimento subjetivo com as vidas das informantes e a percepção que estas tinham dela como uma pessoa com significado particular em suas vidas)", escreve Bozzoli, "provou-se sua maior vantagem."[4]

---

[4] Chew, D. Thoughts on the International Oral History Movement, trabalho apresentado na Conferência Internacional de História Oral, Nova York, 1994, anotações feitas por Alistair Thomson (em poder de Alistair Thomson); Slim, H. e Thompson, P. com Bennett, O. e Cross, N. Ways of Listening, In: Perks e Thomson (eds), *Oral History Reader*, 1993, p.114-15. Para a orientação aos historiadores namibianos, ver Hayes, P. Speak for Yourself. Windhoek: 1992; Bozzoli, B. Interviewing the Women of Phokeng, In: Perks e Thomson (eds.). *Oral History Reader*, 1986, p.147.

Slim e Thompson concluem que é "fundamental ter em mente estas diferentes dimensões conceituais e culturais das entrevistas e da informação histórica":

> Uma parte vital de qualquer preparativo para um projeto de testemunho oral é obter informações sobre o que o antropólogo britânico Charles Briggs descreve como "repertório comunicativo" das pessoas: suas formas particulares, seus eventos especiais, suas categorias de fala e seus tabus. A regra mais fundamental é ter sensibilidade para com os modos habituais de fala e comunicação e permitir que as pessoas falem segundo seus próprios termos.

É igualmente necessário que o historiador oral esteja atento às nuanças culturais quando realiza entrevistas dentro de sua própria sociedade, que dificilmente será culturalmente homogênea. Os entrevistadores precisam ter sensibilidade para com os padrões de relacionamento e comunicação de subculturas definidas por gênero, classe, raça e etnia, região, sexualidade, deficiências e idade. Janis Wilton escreve que há forte resistência entre as pessoas mais velhas da comunidade chinesa na Austrália, homens e mulheres, a se referirem a experiências negativas de racismo em suas entrevistas, em parte porque tal franqueza pode solapar uma aceitação social conquistada a duras penas e, em parte, também, devido a uma preferência cultural por não falar mal do passado. Em entrevistas com refugiados cambojanos na Nova Zelândia, Nicola North também encontrou "diferenças culturais sutis que influenciam a franqueza de informações", em particular devido à insegurança dos refugiados com as revelações. Quando Akemi Kikumura entrevistou sua própria mãe, uma *issei* que emigrara para os Estados Unidos em 1923, percebeu que ela só falaria sobre certos aspectos significativos de sua vida com outro membro da família, porque "a gente não revela a alma para um *tanin* (pessoa que não é parente)".[5]

Numa perspectiva feminista, Kristina Minister afirma que "o método de história oral continua a se assentar sobre a premissa de que os entrevistadores conduzirão as entrevistas da maneira como os homens conduzem entrevistas". Ela argumenta, por exemplo, que os padrões de conversação das mulheres norte-americanas não são iguais ao padrão masculino de rodízio nas

---

[5] Slim e Thompson com Bennett e Cross. Ways of Listening, p. 114-15; Wilton, J. Identity, Racism, and Multiculturalism: Chinese-Australian Responses, In: *Migration and Identity*, Benmayor, R. e Skotnes, A. (eds). Oxford: 1994, p. 85-100; Nicola North. Narratives of Cambodian Refugees: Issues, In: the Collection of Refugee Stories. *Oral History 23* (outono de 1995), 34; Akemi Kikumura, Family Life Histories: A Collaborative Venture, In: Perks e Thomson (ed.), *Oral History Reader*, (1991) p. 141.

entrevistas, e que, com estas mulheres, uma estratégia de entrevista mais interativa propiciará comunicação e narrativas mais eficazes. O historiador oral escocês Graham Smith argumenta que as mulheres da classe operária das gerações de sua mãe e de sua avó na cidade de Dundee estão habituadas a falar de suas vidas em grupos de mulheres – no local de trabalho, na vizinhança, na lavanderia – e há maior possibilidade de que venham a se abrir e instigar as memórias, histórias e interpretações umas das outras em entrevistas em grupo. Se houver um conselho universal sobre entrevistas de história oral, este será que o entrevistador precisa estar constantemente alerta para perceber qual a boa prática de entrevista em culturas e circunstâncias particulares.[6]

"Memórias não confiáveis" vistas como recurso, em vez de problema

A história oral, definida por Ronald J. Grele como "entrevistas com participantes, testemunhas oculares dos eventos do passado, visando a reconstrução histórica" é um valioso método de pesquisa, imprescindível para a história do século XX.[7] Ela permite acesso à experiência não documentada – inclusive as vidas de líderes que ainda não escreveram suas autobiografias – e, mais importante, às "histórias ocultas" dos marginalizados: trabalhadores, mulheres, indígenas, minorias étnicas e membros de outros grupos oprimidos, ou excluídos. As entrevistas de história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados, tais como relações pessoais, vida doméstica e a natureza de organizações clandestinas. Elas oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais, de eventos passados: qual a sensação de casar-se, de estar na linha de fogo, de enfrentar a morte em um campo de concentração. Os historiadores orais são singulares em sua capacidade de questionar seus informantes, de fazer perguntas que podem não ter sido imaginadas no passado e de evocar reminiscências e entendimentos anteriormente silenciados ou ignorados. Usufruímos os prazeres – bem como os consideráveis desafios – de nos engajarmos em relacionamentos humanos ativos no curso de nossas pesquisas.

---

[6] Minister K. A Feminist Frame for the Oral History Interview, In: *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History*; Gluck, S. B. e Patai, D. (eds.). Nova York: 1991, p. 31; Smith, G. The Interwar Years, trabalho apresentado na *Voices, Narratives, Identities: Women's History Network Sixth Annual Conference*, Brighton, Inglaterra: 1997, anotações feitas por Thomson (em poder de Thomson).

[7] Grele, R. J. Directions for Oral History in the United States, In: Dunaway, D. K. e Baum, W. K. (eds). *Oral History: An Interdisciplinary Anthology*. Walnut Creek, 1996, p. 63.

Contudo, esses relacionamentos e o uso de memórias como evidência histórica têm sido severamente criticados. No centro das críticas à história oral no início dos anos 60 estava a convicção de que a memória seria distorcida pela deterioração física, na velhice, pela nostalgia, pelos preconceitos pessoais – tanto do entrevistador quanto do entrevistado – e pela influência das versões retrospectivas e coletivas do passado. O historiador australiano Patrick O'Farrell, por exemplo, escreveu, em 1979, que a história oral estava se deslocando para "o mundo da imagem, da memória seletiva, por camadas superpostas de puro subjetivismo... E onde nos levará? Não à história, mas ao mito".[8]

Garrochados pelas censuras dos historiadores documentalistas, os primeiros historiadores orais desenvolveram diretrizes para avaliar a confiabilidade da memória oral (ao mesmo tempo que, perspicazes, lembravam aos tradicionalistas que as fontes documentais não são menos seletivas e tendenciosas). Baseados na psicologia social e na antropologia, mostraram como determinar a tendenciosidade e a fabulação da memória, o significado da retrospecção e a influência do entrevistador. Da sociologia, adotaram métodos de amostragem, e da história documental trouxeram regras para verificar a confiabilidade e a coerência interna de suas fontes. As diretrizes propiciaram marcos úteis para a leitura de memórias e para sua combinação com outras fontes históricas para descobrir o que aconteceu no passado.

Durante os anos 70, historiadores orais em distintas partes do mundo começaram a questionar a ênfase nas "distorções" da memória, e a encarar "as peculiaridades da história oral" como um ponto forte, em vez de fraqueza. Uma das mudanças mais significativas nos últimos 25 anos de história oral foi o reconhecimento de que a, assim chamada não confiabilidade da memória pode ser um recurso, em vez de um problema para a interpretação e a reconstrução históricas. Luisa Passerini, por exemplo, analisou os silêncios e as incoerências das memórias da classe trabalhadora durante o regime fascista de Benito Mussolini no entreguerras para mostrar como a ideologia fascista havia se entranhado profundamente na vida cotidiana e na identidade pessoal, e para revelar a dificuldade de se lembrar de envolvimentos com um regime desacreditado. Outro italiano, Alessandro Portelli, observou que os entrevistados do centro industrial de Terni lembravam "erradamente" a data da morte do trabalhador Luigi Trastulli. Este morrera durante uma pequena manifestação contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, mas a população local recordava sua morte como um martírio durante greve e *lockout* catastróficos que envolveram

[8] O'Farrell, P. Oral History: Facts and Fiction. *Oral History Association of Australia Journal*. n. 5, 1982-1983, p. 3-9.

toda a cidade em 1953 e terminaram com a derrota do sindicato e o fim da garantia de emprego. Portelli argumentou que a memória enganada era uma chave fundamental para a compreensão dos verdadeiros significados desses eventos para os indivíduos e para a comunidade da classe trabalhadora, de como haviam acontecido e como ficaram na memória. Concluiu que "o que realmente importa é que a memória não é um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados". [9]

Embora não tivessem conhecimento desses escritos europeus, alguns historiadores orais norte-americanos começaram, nos anos 70, a imaginar possibilidades mais sofisticadas para interpretação e uso da memória. Escrevendo, em 1972, sobre o influente livro *Hard Times: An Oral History of the Great Depression* (Tempos Difíceis: Uma História Oral da Grande Depressão) de Studs Terkel, Michael Frisch argumentou contra a atitude de que a memória oral seria "a história como realmente ocorreu", e afirmou que a memória – "pessoal e histórica, dos indivíduos e de sua geração" – deveria ser posta no centro do palco "como objeto – não apenas método – da história oral": "o que acontece à experiência quando se vai tornando memória? O que acontece às experiências quando se vão tornando história? À medida que uma era de intensa experiência coletiva vai fazendo passado, qual é a relação da memória com a generalização histórica?" Se as memórias forem tratadas como um objeto de análise histórica, a história oral pode se tornar "um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da natureza do processo de memória histórica – como as pessoas compreendem seu passado, como vinculam a experiência individual e seu contexto social, como o passado torna-se parte do presente, e como os indivíduos o utilizam para interpretar suas vidas e o mundo à sua volta".[10]

Uma história cultural e intelectual mais detalhada é necessária para se explicar como e por que as idéias e abordagens exemplificadas nos trabalhos de Passerini, Portelli, Frisch e outros passaram, em uma década, das margens ao centro da história oral. Nas memórias de diversas figuras-chave sobressai um evento: a Conferência Internacional de História Oral realizada na Universidade de Essex, em 1979, que reuniu historiadores orais norte-americanos e europeus em significativo intercâmbio cultural. Ron Grele recorda este evento como uma "epifania":

---

[9] Passerini, L. Work Ideology and Consensus under Italian Fascism, In: Perks e Thomson (eds.). *Oral History Reader*. 1979: p. 53-62; Portelli, A. What Makes Oral History Different. 1979, *ibid.*, 69.

[10] Frisch, M. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. Albany: 1990, p. 188. Ver, também, Grele, R. *Envelopes of Sound: The Art of Oral History*. Chicago: 1991.

> Acho que o que excitava a maioria de nós era que estivéramos todos trabalhando em torno do mesmo conjunto de problemas em história oral, quase sozinhos em nossos respectivos países, e agora nos encontráramos uns aos outros. Na verdade, nosso interesse girava em torno da questão de como lidar com o material das entrevistas para além de algum tipo de atitude empírica e positivista – o que hoje chamaríamos subjetivismo. Lembro-me de ouvir Luisa (Passerini) apresentar seu ensaio sobre os trabalhadores italianos e o fascismo e me pegar dizendo a mim mesmo: é claro, é claro. É isto. A maior parte da excitação em Essex era política. A maioria de nós era produto dos movimentos dos anos 60 e muitas das questões que trouxéramos para nossos trabalhos eram temas dessa geração: subjetivismo, espontaneidade, populismo *versus* elitismo, memória coletiva, cultura da classe trabalhadora, problemas da cultura em geral e o que hoje chamamos *reflexividade*. ... Como vínhamos da mesma posição, politicamente, não tardamos em descobrir que nossos trabalhos eram ecos uns dos outros. As ligações eram intrínsecas; baseavam-se nas experiências.[11]

A rica polinização cruzada de novas abordagens teóricas que se tornou evidente em Essex repetiu-se em conferências internacionais subseqüentes e diversos trabalhos enunciando estas abordagens foram publicados, ao longo dos anos seguintes, nos periódicos britânicos *History Workshop* e *Oral History*, na *Oral History Review* e no novo *International Journal of Oral History* publicado nos Estados Unidos. Por volta do início dos anos 90, a literatura crítica sobre teoria e prática da história oral estava amplamente informada por esses primeiros escritos e os artigos e livros demonstravam, freqüentemente, uma impressionante sofisticação teórica em suas interpretações e usos do testemunho oral.

Os historiadores orais não caminharam sozinhos neste desenvolvimento de abordagens teoricamente sofisticadas às reminiscências de histórias de vida. Nas décadas de 80 e 90 houve uma explosão de pesquisas utilizando histórias de vida, orais e escritas, em uma ampla gama de campos intelectuais, geralmente os que atravessavam fronteiras disciplinares tradicionais, como a sociologia de história de vida, as abordagens biográficas e autobiográficas em estudos literários, a antropologia, estudos culturais, psicologia narrativa, estudos de lingüística e comunicação e trabalhos conexos que exploravam as relações entre identidade, memória e narrativa pessoal.[12]

---

[11] Grele, R. Memories of a Movement. *Words and Silences, Bulletin of the International Oral History Association*, n. 3, junho de 1998: p. 6; Thompson, P. I Piccoli e Il Grande. *Oral History*, 23, outono de 1995, p. 27-28.

[12] Sobre a literatura nesses campos, ver Perks, R. e Thomson, A. Introduction, In: Perks e Thomson (eds). *Oral History Reader*, p. 5.

Enquanto os desenvolvimentos teóricos e metodológicos nesses campos enriqueciam a prática da história oral, os historiadores orais contribuíam para a teoria, o método e as políticas da pesquisa de história de vida através de suas reflexões interdisciplinares sobre o relacionamento nas entrevistas e sobre as maneiras de interpretar e utilizar o testemunho oral.

Tem-se ouvido reclamações de que talvez esta teorização tenha ido longe demais e que as importantes motivações iniciais da história oral – proporcionar evidências empíricas sobre experiências não documentadas e potencializar grupos sociais que haviam sido ocultos da história – estariam ficando submersas sob o peso de teorias pós-estruturalistas e pós-modernistas. Na Conferência Internacional sobre História Oral de Nova York, em 1994, Frisch observou que os debates teóricos sobre subjetividade e narrativa tinham, algumas vezes, conexões de transferência com "a cultura e as vidas reais" e alertou para o perigo de se tomar experiência por teoria, em vez de se usar a teoria para entender a experiência e possibilitar mudanças.[13]

Uma importante tendência emergente é o esforço renovado para ligar a sofisticação teórica em torno de narrativa e memória com o compromisso político com a história dos grupos oprimidos e marginalizados, que motivou a primeira geração de historiadores orais feministas e socialistas. Em um artigo sobre operárias fabris, por exemplo, a historiadora canadense Joan Sangster explorou os debates feministas sobre a construção social da memória e dilemas teóricos postos, à lingua e à representação, pelas abordagens pós-estruturalista e pós-modernista. Ela concluiu que "sem uma firme base de narrativas orais, e sem contexto social – e sem uma análise penetrante da relação entre os dois – os *insights* sobre forma de narração e apresentação podem permanecer desvinculados de qualquer crítica produtiva à opressão e à desigualdade".[14]

Em impressionante artigo recente, Elizabeth Lapovsky Kennedy demonstra como sua história oral de lésbicas da classe operária em Nova York foi enriquecida por estratégias interpretativas que observam as qualidades empírica, subjetiva e narrativa do testemunho oral. O cativante estilo das narrativas de suas informantes revela a importância do contar histórias em uma comunidade que precisava criar identidades alternativas e "diretrizes para viver". Abraçando a singular natureza subjetiva das histórias de vida, Kennedy pôde analisar como suas

[13] Frisch, M. Oral History, Questions of Identity, and the Representation of Culture, trabalho apresentado na Conferência Internacional de História Oral, Nova York:1994, anotações feitas por Thomson (em poder de Thomson). Ver também Dunaway, D. K. The Interdisciplinarity of Oral History. In: Dunaway e Baum (eds.), *Oral History*, p. 9.

[14] Sangster, J. Telling Our Stories: Feminist Debates and the Use of Oral History, In: Perks e Thomson (eds.). *Oral History Reader*, 1994.

narradoras enfrentaram e resistiram à discriminação heterossexual e à homofobia e como os indivíduos "decidem construir e expressar sua identidade". Precisamente, onde as memórias das narradoras apresentavam contradições internas, ou entravam em conflito umas com as outras, elas "transmitiam a liberdade e a alegria, e a dor e a limitação que caracterizaram a vida de bar de meados do século XX". As divergências entre as memórias dos homossexuais masculinos e das lésbicas sobre os distúrbios de Stonewall, em Nova York, em 1969 (um momento crucial da liberação homossexual), bem como a exclusão de algumas histórias do mito, ou metanarrativa, de Stonewall, expressaram "a posição ambígua das mulheres na cultura *gay*" e capturaram "os processos culturais de se fazerem as lésbicas e as mulheres invisíveis na história". Kennedy demonstra que "há muito que aprender através da análise integral das naturezas subjetiva e oral das histórias orais". Sua conclusão – de que os valores empíricos e subjetivos da evidência oral são "inteira e mutuamente complementares", e de que não devem ser "erroneamente polarizados" – é uma recomendação fundamental para todos os historiadores orais.[15]

Mais que um método de pesquisa: história oral, defesa (*Advocacy*) e afirmação (*Empowerment*)

O fato de que a pesquisa histórica exige um relacionamento humano levou alguns historiadores orais a considerar as conseqüências do recordar para os narradores, e os benefícios para os pesquisadores. A historiadora oral britânica Joanna Bornat escreve eloqüentemente sobre a transformação de seus próprios entendimento e prática:

> Voltando os olhos para o início dos anos 70, o que parece notável agora é o fato de que nós, historiadores orais, tenhamos levado tanto tempo para perceber que estávamos envolvidos em um processo com trânsito em mão dupla. Era um relacionamento com pessoas que estavam entregando alguma coisa que era pessoal e, freqüentemente, muito íntimo. Muitos de nós víamos as entrevistas como apenas outra fonte de evidência a ser explorada. ... Havia boa intenção, mas um único objetivo em mente: a obtenção de material "aproveitável". Invariavelmente, era o entrevistado que lembrava ao historiador que se tratava de uma experiência compartilhada. A operária têxtil aposentada de West Riding que agradecia – a mim – por fazer-lhe perguntas sobre seus dias como

[15] Kennedy, E. L *Telling Tales: Oral History and the Construction of Pre-Stonewall Lesbian History, ibid.*, 1995, p. 344-56.

> jovem trabalhadora fabril fez-me perceber que a história oral pode ser agradável e excitante de ambos os lados do microfone.[16]

Bornat delineia o desenvolvimento, na Grã-Bretanha, de um movimento social que ligou historiadores orais acadêmicos e editoras comunitárias ao "trabalho de reminiscência" em ambientes de atendimento a idosos. Ela observa o crucial reconhecimento, nos anos 60 e 70, de que a recordação poderia ser um processo valioso de afirmação para os mais velhos. Progressos na psicologia dos idosos haviam desafiado uma visão ortodoxa de que a reminiscência era uma "atividade anormal e patológica, algo a ser desencorajado", sugerindo, ao invés, que a recordação orientada poderia ter benefícios terapêuticos;[17] que poderia, também, aprimorar o tratamento, permitindo àqueles que serviam aos idosos vê-los como mais que montes de problemas e desenvolverem estratégias baseadas no conhecimento das ricas experiências de vida dos pacientes. Bornat descreve a explosão do interesse pelo trabalho de reminiscência com pessoas mais velhas, na Grã-Bretanha, nos anos 80, em asilos e hospitais, em trabalho de campo de assistência social e através da educação de adultos e grupos de auto-ajuda.

Os vínculos entre a história oral e os trabalhos de reminiscência são especialmente fortes na Grã-Bretanha e, em menor medida, na Austrália e na Nova Zelândia, porque alguns dos mais entusiásticos defensores do trabalho de reminiscência nesses países têm sido também historiadores orais e porque vibrantes projetos comunitários de história e educação têm enfatizado, ali, o valor da recordação, tanto para os participantes, como para a pesquisa histórica. É revelador que uma recente antologia norte-americana sobre teoria e prática do trabalho de reminiscência (geralmente chamado "revisão de vida" [*life review*] nos Estados Unidos) seja dominada por profissionais de saúde e assistência que aparentemente operam isolados dos historiadores. Como argumenta Bornat:

> A separação entre história oral e reminiscência provoca o risco de distanciar as pessoas mais velhas do processo, e enfraquece seu controle sobre o que está sendo produzido. A busca da história oral é uma meta que todos perseguimos, quer trabalhemos como pesquisadores individuais de qualquer idade, ou em grupos com pessoas mais velhas. O trabalho de reminiscência (ao contrário da história oral convencional, acadêmica) implica um papel mais ativo para

---

[16] Bornat, J. *Oral History as a Social Movement: Reminiscence and Older People, ibid.*, 1989, p. 191.

[17] *Ibid.*, p. 192. Ver Butler, R. The Life Review: An Interpretation of Reminiscence in the Aged, *Psychiatry*, n. 26, fevereiro de 1963, p. 67-76.

> aqueles cujas memórias se buscam e introduz metas e objetivos que podem ser pessoais, sociais e – é claro – históricos.[18]

Há práticas correlatas em que os benefícios pessoais e sociais da recordação são considerados de igual importância para a informação histórica. Em países do terceiro mundo, no "Sul", a história oral é utilizada em projetos de desenvolvimento, para garantir que intervenções de ajuda externa – tais como novas tecnologias agrícolas – aproveitem o conhecimento local e complementem o uso tradicional da terra. Por exemplo, Nigel Cross e Rhiannon Barker descrevem como o SOS Sahel Oral History Project (Projeto SOS História Oral do Sahel) registrou histórias de homens e mulheres da África ao sul do Saara, sobre as mudanças que estão ocorrendo em seus ambientes e modos de vida. "Nossa intenção não foi acumular fatos", explicam, "mas, ao contrário, descobrir histórias, aprimorar as técnicas para coligi-las e, mais importante de tudo, demonstrar seu valor e sua utilidade." Através do projeto de história oral, os aldeões participaram ativamente da criação de estratégias de desenvolvimento informadas e adequadas. Esses objetivos e as abordagens de participação não são diferentes daqueles dos projetos mais sensíveis de renovação urbana no "Norte" industrializado. Na verdade, memórias de relações sociais e usos eficazes da terra tornam-se uma fonte para sobrevivência da comunidade e do meio ambiente.[19]

Programas de promoção da saúde também utilizam, cada vez mais, as experiências dos clientes para melhor compreensão da experiência vivida da doença, e para desenvolver estratégias mais adequadas de tratamento ou prevenção. O historiador oral Sanjiv Kakar, por exemplo, demonstra a utilidade das histórias de vida em projetos de erradicação da lepra, na Índia. Entrevistas com os aldeões fornecem as informações essenciais sobre as condições e atitudes locais que conformam a experiência da lepra e asseguram que as estratégias de erradicação sejam as mais adequadas para as comunidades específicas. Na verdade, os projetos de história oral ajudaram a reduzir o silêncio e o estigma que cercam a lepra, e os entrevistados tornaram-se

---

[18] Haight, B. K. e Webster, J. D. (eds.), *The Art and Science of Reminiscing: Theory, Research, Methods and Applications*. Washington: 1995. Por comparação, ver Bornat, J. (ed.), *Reminiscence Reviewed: Pespectives, Evaluations, Achievements*. Buckingham: 1994; *Oral History Reader*, Perks e Thomson (eds.) p. 183-4; e Benmayor, R. Testimony, Action Research, and Empowerment: Puerto Rican Women and Popular Education, In: *Women's Words*, Gluck e Patai (eds.), p. 159-74. Bornat, *Oral History as a Social Movement*, 195.

[19] Cross, N. e Barker, R. The Sahel Oral History Project, In: Perks e Thomson (eds.). *Oral History Reader*, 1991, p. 246. Ver, também, Read, P. *Returning to Nothing: The Meaning of Lost Places*. Cambridge, Eng. 1997; e Perks R, e Thomson, A. Advocacy and Empowerment: Introduction, In: Perks e Thomson (eds.). *Oral History Reader*, p. 185-88.

ativistas nos planos de saúde e educação da comunidade. Kakar mostra, também, como o testemunho oral dos pacientes com lepra pode "permitir uma leitura mais sensível dos arquivos coloniais" e "ajudar a preencher os hiatos nas histórias coloniais", que ignoraram a experiência dos portadores de lepra dessas comunidades. Este uso em duas direções das histórias orais – para melhorar a compreensão histórica e as estratégias contemporâneas de assistência – é um importante progresso recente na prática de saúde e assistência social em muitos países. Apesar de tais usos profissionais da história oral parecerem distantes de suas origens em projetos comunitários, acadêmicos e arquivológicos de história, o respeito pelas histórias de vida de pessoas que seriam, não fossem eles, ignoradas – pela história, pela sociedade, pelos profissionais de saúde e assistência – é um poderoso elo comum.[20]

Projetos que registram as histórias de vida dos oprimidos e não documentados também tiveram objetivos e resultados políticos explícitos. Os refugiados centro-americanos, no movimento Sanctuary (Santuário) dos anos 80, usaram seus próprios depoimentos de histórias de vida para informar os norte-americanos sobre a situação em seus países e obter apoio político e financeiro. Estes testemunhos foram construídos de modo a alcançar o máximo efeito político e foram apresentados através de várias formas narrativas: em representações, por escrito e pela exibição das marcas nos corpos das vítimas de torturas. Além de conseguir apoio para sua causa, os narradores, contando suas histórias, alcançaram afirmação (*empowerment*) pública e benefícios terapêuticos. Refugiados, ou outras vítimas de opressão social e política que "dão testemunho", podem se afirmar (*empower*) à medida que descobrem palavras e significados para suas experiências e estimulam o reconhecimento público e a potencialização de experiências que haviam sido anteriormente ignoradas ou silenciadas. Os testemunhos podem, também, ter resultados sociais e políticos diretos, como ficou evidenciado nos esforços do movimento Sanctuary, nos das mulheres que se expuseram na luta contra o abuso, ou nos dos povos indígenas na campanha por sua terra e por seus direitos culturais.[21]

---

[20] Kakar, S. Leprosy in India: The Intervention of Oral History, In: Perks e Thomson,(eds.), *Oral History Reader*, 1995, p. 266. Ver número especial Health and Welfare, Oral History, n. 23, primavera de 1995; e Bornat, (ed.). *Reminiscence Reviewed*.

[21] Westerman, W. Central American Refugee Testimonies and Performed Life Histories in Sanctuary Movement, In: Perks e Thomson (eds.), *Oral History Reader*, 1994, p.224-34. Ver, por exemplo, Anguiera, K., To Make the Personal Political: The Use of Testimony as a Consciousness-Raising Tool against Sexual Aggression in Puerto Rico, In: *Oral History Review*, n.16, outono de 1988, p. 65-93; Ann McGrath. Stories for Country: Oral History and Aboriginal Land Claims, *Oral History Association of Australia Journal*, n. 9, 1987, p. 34-46; e Julie Cruikshank. Oral Tradition and Oral History: Reviewing Some Issues, *Canadian Historical Review*, 75, n. 3, 1994, p. 403-18.

Em alguns países, as histórias orais ajudaram a desafiar o controle do Estado sobre o passado e contribuíram para a democratização da memória e da história. A historiadora russa Irina Sherbakova argumenta, por exemplo, que o passado era continuamente reinventado pelo regime soviético e descreve a liberalização, feita aos arrancos, que tornou possível desafiar tais ficções. Utilizando-se de entrevistas que conduziu a partir dos ano 70, com sobreviventes dos campos de prisioneiros e trabalhos forçados soviéticos, Sherbakova explica como o medo e a distorção afetam a recordação individual e como os sobreviventes se angustiavam no dilema entre o impulso de falar e o medo de fazê-lo. Para os sobreviventes, recordar envolve luta dentro da vida política e social de uma nação. Organizações que reúnem sobreviventes e famílias de vítimas – como o movimento Memorial na antiga União Soviética – têm apoiado o difícil processo de recordação individual e coletiva. Por toda a Europa central e no Leste Europeu, a história oral tem sido usada como fonte para localização e escavação de túmulos coletivos, como maneira de "reabilitar" as reputações das vítimas de perseguições e restaurar seus direitos, e como prova nas ações judiciais contra os perpetradores de injustiças. O trabalho da Truth and Reconciliation Commission (Comissão da Verdade e Reconciliação) na África do Sul oferece um paralelo internacional. A história oral pode ajudar os indivíduos e as sociedades a melhor lembrar e entender passados traumáticos.[22]

Tais usos políticos da história oral – em que a reafirmação de histórias anteriormente silenciadas pode permitir a afirmação de indivíduos, grupos sociais ou sociedades inteiras – estão ligados a uma tradição significativa e continuada em que a história oral tem se mostrado uma importante fonte para grupos políticos e movimentos sociais: no movimento das mulheres, para os sindicalistas e comunidades de classes trabalhadoras, para povos indígenas, para comunidades étnicas e de imigrantes, em política de *gays* e lésbicas, e para deficientes. Karen Hirsch, por exemplo, explica como o uso comparativamente recente da história oral em estudos de deficiências "pode permitir que ainda outro grupo encontre sua voz, pode levar a uma nova visão da história

---

[22] Sherbakova, I. The Gulag in Memory, In: Perks e Thomson (eds.), *Oral History Reader*, 1992, p. 235-45; Jan Coetzee e Otakar Hulec. Oppression, Resistance, Imprisonment: Different but Similar Stories in South Africa and Czechoslovakia, In: *Trauma and Narrative*. Leydesdorff, S. e Rogers, K. L. (eds.), Londres: 1998, (no prelo). Ver, também, Passerini, L. (ed.), International Yearbook of Oral History and Life Stories, v. I: *Memory and Totalitarianism*. Oxford: 1992; e Perks, R., Ukraine's Forbidden History: Memory and Nationalism, *Oral History*, 21, primavera de 1993, p. 43-52.

local e social e pode ajudar a criar um entendimento mais profundo das condições culturais que afetam a todos".[23]

Contudo, Hirsch e outros observaram que há tensões significativas na história oral com motivação política, entre a celebração dos sucessos individuais e a exploração de padrões sociais de discriminação, e entre a postura acadêmica(*scholarship*) e a de defensor (*advocacy*). As histórias orais "vindas de baixo" que foram escritas por pesquisadores "de cima" podem anular a afirmação (*disempower*) dos objetos da pesquisa. Mesmo em projetos participativos, pode ser extremamente difícil combinar análise crítica e afirmação pessoal ou coletiva e sustentar uma "autoridade compartilhada" (para usar a sonora frase de Michael Frisch) na interpretação e na produção históricas.[24] E quando as conclusões interpretativas do historiador oral conflitam com aquelas de seus narradores – como no filme documentário *Shoah* de Claude Lanzmann, ou na pesquisa de Kathleen Blee sobre mulheres na Ku Klux Klan – os historiadores orais podem ser forçados a escolher entre a responsabilidade para com seus informantes e a responsabilidade frente à história e à sociedade.[25]

Contudo, a história oral – no que tem de melhor – exige que reconheçamos e negociemos esses dilemas e que ponderemos as conseqüências pessoais e políticas da pesquisa histórica. Tais negociações podem ser desafiantes e até dolorosas, mas, para mim, são compensadoras e meu espírito se eleva quando um aluno volta de sua primeira entrevista arrebatado pelo contato com a história viva, quando a filha de um entrevistado telefona para dizer quanto seu pai apreciou a oportunidade de voltar os olhos para seu passado, ou quando uma nova publicação de história oral destrói mais um mito, ou rompe mais silêncio.

Futuros tecnológicos, dilemas humanos

Uma das características mais instigantes da história oral é seu potencial para uso na história pública. As apresentações através de uma variedade de meios de comunicação, que evocam os ricos significados multidimensionais

[23] Para referências extensas, ver Perks e Thomson, *Advocacy and Empowerment*, p. 184-87. Hirsch, K., Culture and Disability: The Role of Oral History, In: Perks e Thomson, (eds.), *Oral History Reader*, 1995, p. 214.

[24] Frisch, *Shared Authority*. Ver, também, *Popular Memory Group*. Popular Memory: Theory, Politics, Method, In: Perks e Thomson (eds.), *Oral History Reader*, 1982, p. 75-86; Borland, K. *That's Not What I Said': Interpretative Conflict in Oral Narrative Research*, *ibid.*, 1991, p. 320-32; Gluck e Patai (eds.), *Women's Words*, p. 137-220.

[25] Blee, K. Evidence, Empathy, and Ethics: Lessons from Oral Histories of the Klan, In: Perks e Thomson (eds.), *Oral History Reader*, 1993, p. 333-43.

de texto, voz, imagem e representação, podem cativar imensamente o público e facilitar a participação, seja em sua criação, seja através de uso interativo. Uma literatura substancial, e crescente, aborda o uso da história oral em livros comunitários e acadêmicos, em exposições e dramatizações, no rádio, na televisão e em filmes e, mais recentemente, nos formatos multimídia de CD-ROM, CD's interativos e na World Wide Web.[26]

Várias questões surgem da transformação do testemunho oral em livros de história oral. Jane Mace, por exemplo, descreve a "série de passos entre o falar, o ouvir, o escrever e o ler" na produção de livros autobiográficos por membros de grupos de reminiscências em Londres. Mace está interessada em "como os relatos orais se transformam em textos escritos através de um processo em que os participantes têm tempo para refletir e elaborar a primeira versão de uma história – e, se assim o quiserem, editá-la, emendá-la e desenvolvê-la como peça escrita". Em contraste, a antropóloga Marjorie Shostak escreve sobre sua coleta, tradução, edição e publicação da história de vida de Nisa, uma mulher Kung (nômade das regiões áridas) do Botswana. Ela indaga, entre outras perguntas desafiantes, se a publicação de narrativas pessoais é "um butim para os pesquisadores, enquanto não passaria de uma mal disfarçada exploração dos informantes"; como a tradução, a edição e a publicação afetou a história de Nisa; e até que ponto Nisa teve papel ativo nesses processos.[27]

Da Nova Zelândia, Anna Green descreve como um projeto de curso de graduação em história oral, em uma cidade que fora importante entroncamento ferroviário, produziu uma "exposição que fala por si só... usando testemunhos como fonte oral: em outras palavras, som e audição tendo precedência sobre visão e olhar". Em cinco salas de galerias de um museu, antigos assentos vermelhos de vagões de estrada de ferro tornaram-se unidades de som independentes, cada um com um toca-discos CD por baixo e pequenos alto-falantes fixados em cada lado, em mãos-francesas, na altura da cabeça – tocando seqüências de trechos de entrevistas, cuidadosamente escolhidos, que enfocavam temas da história social da cidade. Essas memórias orais estavam relacionadas com a evidência de fotos e imagens de vídeo reproduzidas nas paredes adjacentes, mas também as contradiziam. As fitas estimularam animadas recordações e discussões entre antigos e atuais residentes que acorreram em grande número à exposição. Para comunicar e ex-

---

[26] Para amplas referências, ver Robert Perks e Alistair Thomson. Making Histories: Introduction, In: Perks e Thomson (eds.), *Oral History Reader*, p. 357-63.

[27] Mace, J. Reminiscence as Literacy: Intersections and Creative Moments, *ibid.*, 1995, p. 393; Shostak, M. 'What the Wind Won't Take Away': The Genesis of Nisa: The Life and Words of a !Kung Woman, *ibid.*, 1989, p. 406.

plorar a história de outro local de decadência industrial, Shaun Nethercott e Neil Leighton encenaram uma dramática reconstituição de uma greve, em 1936-37, em que os trabalhadores se recusaram a deixar seus postos de trabalho, na cidade de Flint, centro de indústria automobilística no Michigan. "37-87" é uma "peça baseada na história oral, em que a história oral forneceu o modelo para a forma, o conteúdo e a retransmissão do assunto tema" e na qual "a interpretação é construída através de improvisação em torno de um repertório de imagens e formas. Canções foram combinadas com imagens fotográficas e reforçadas com as histórias das fitas". O objetivo da peça era envolver estudantes, sindicalistas e antigos grevistas na "recuperação ativa" de uma história esquecida.[28]

No momento atual, a televisão é, provavelmente, o meio mais influente para apresentação de história oral, embora seja notório que os que fazem filmes de história oral parecem relutar em expor sua metodologia ao escrutínio e ao debate em público, enquanto as pressões das indústrias da televisão e do cinema deixam poucas oportunidades para que publiquem suas reflexões e autocríticas. Dan Sipe argumenta que "história oral e imagens em movimento têm considerável potencial sinérgico", baseado na "constatação paradoxal de que, em seu âmago, a oralidade não é um conceito baseado exclusivamente no som. A palavra falada está inserida em um cenário, uma situação, um contexto. As pessoas falam com linguagem corporal, expressão e tom. Reagem e fazem referência a seus ambientes e objetos", e à interação coloquial da entrevista. Sipe fornece um ilustrativo exemplo de filme documentário histórico sobre uma aldeia da China:

> Simples transcrições não teriam podido comunicar, como o faz a combinação de palavras e imagens, o tempo, o ritmo ou as superposições do diálogo da entrevista. Pergunta-se a três anciãs, sentadas em fila, com pés enfaixados, se quando meninas, na China pré-revolucionária, haviam querido que seus pés fossem enfaixados. Irrompem simultaneamente, dizendo que, claro, haviam querido. Mas é a rapidez e a simultaneidade de suas respostas, bem como suas emoções e o tom de suas vozes, que mais nos revelam sobre seus sentimentos. Para essas camponesas – as pessoas "não ouvidas" por excelência – a dimensão visual é absolutamente essencial para suas histórias, e as imagens em movimento reduzem o papel mediador do entrevistador.[29]

---

[28] Green, A. The Exhibition That Speaks for Itself: Oral History and Museums, *ibid.*, p. 449; Nethercott, S. e Leighton, N. Out of the Archives and onto the Stage, *ibid.*, 1990, p. 457-64.

[29] Sipe, D. The Future of Oral History and Moving Images, *ibid.*, 1991, p. 378-88. Ver, também, Thomson, A. Ten Pound Poms* and Television Oral History. *Oral History*, n. 25, outono de 1997, p. 85-89; e Hussey, S. Making Television Oral History: An Interview with Paul Neuburg, *ibid.*, p. 90-92.

A multimídia tem o potencial de expandir estas possibilidades. Os formatos multimídia podem incluir maciça quantidade de material textual, oral, visual e de vídeo. Eles facilitam a justaposição simultânea de diversas formas de evidência, inclusive relatos e interpretações complementares e contraditórios. Não requerem, para navegação, conhecimento da linguagem escrita (requerem, ao invés, outros tipos de conhecimento). Talvez mais importante, eles permitem aos usuários escolher seus próprios roteiros, fazer suas próprias interpretações e conexões e, até, questionar a construção da história: como e por que os historiadores contam determinadas histórias e não outras, e como a forma afeta o significado da história.[30]

Alguns pioneiros da história oral em CD-ROM já estão ficando frustrados com os limites tecnológicos deste meio e começam a explorar as impressionantes possibilidades que a realidade virtual oferece à história oral. O American Social History Project de Nova York, por exemplo, vem apresentando publicações na Internet, e outros historiadores orais deram início a intercâmbios interativos de memórias que estão gerando uma espiral de novas vozes na Internet. Muitos programas de história oral têm *home pages* na World Wide Web que facilitam o acesso a coleções guardadas em recônditos cantos nas bibliotecas. Alguns colocam transcrições e até a íntegra de gravações de som digitalizado na Web e planejam adicionar entrevistas de história oral gravadas em videoteipes assim que for superado o gargalo tecnológico que restringe este uso. O texto, o som e a imagem das entrevistas de história oral poderiam ser, assim, utilizados em conjunto e postos à disposição de um vasto público. Mais ainda, entrevistas virtuais através da Internet – usando escrita ou som – começam a permitir uma alternativa bem distinta às entrevistas individuais gravadas, único recurso, praticamente, de que os historiadores orais dispuseram durante cinqüenta anos: qualquer pessoa poderá "entrevistar" qualquer outra em qualquer parte do mundo (desde que entrevistador e entrevistado tenham acesso à tecnologia da rede). Se um dos objetivos originais da história oral foi dar às vozes silentes uma audiência pública, esta será então uma extraordinária e talvez inesperada apoteose.

Abre, também, uma série complexa de questões jurídicas, políticas e éticas. Se trechos sonoros forem colocados na Internet, de quem será a agenda a determinar a seleção? As fórmulas de autorização assinadas antes que a

[30] Ver Flick, K. e Goodall, H. Agledool Stories: Aboriginal History in Hypermedia, In: Perks e Thomson (eds.), *Oral History Reader*, p. 421-31; Smith, G. Mega-Memories on CD-ROM, *Oral History*, n. 26, primavera de 1998, p. 93-95; e Brier, S. Oral History and Public History: The Intellectual Possibilities of New Media, *ibid.*, outono de 1998, (no prelo).

Internet fosse sequer concebida cobrem a "publicação" eletrônica? Pode haver consentimento informado quando os entrevistados mal conseguem imaginar como suas palavras podem ser tomadas e utilizadas por um vasto público anônimo? Como podem os arquivistas fazer respeitar as restrições de direitos autorais (códigos de acesso e páginas restritas são soluções apenas parciais), e como poderão os indivíduos ter recurso jurídico caso suas histórias sejam exploradas? Como podem as pessoas contar suas histórias de diferentes maneiras a um entrevistador que só conhecem através de seus computadores? Quem terá acesso à Internet e poderá usá-la e como pode a marginalização – e o silêncio histórico – de grupos particulares ser reforçada pela exclusão tecnológica? Nenhuma destas perguntas pertence exclusivamente à história oral, mas elas exigem que os historiadores orais estendam seus entendimentos éticos e suas diretrizes para cobrir novas situações. Mesmo se o futuro da história oral estiver no espaço virtual digital, seu coração continuará sendo a dimensão extremamente humana da recordação em relacionamento com outras pessoas.

A prática internacional da história oral nos últimos cinqüenta anos, como foi passada em revista neste artigo, indica que a história oral combate perpetuamente qualquer tendência para isolar a prática e entendimento históricos da vida e das necessidades dos homens; mostra que as entrevistas fornecem mais que apenas outro conjunto de documentos – são uma maneira de promover a conscientização, histórica e social; demonstra que, conquanto a maneira de entrevistar possa variar em culturas e circunstâncias diversas, os historiadores orais podem aprender com o intercâmbio internacional sobre questões e debates comuns; e revela a extraordinária capacidade que tem a história oral de interagir com outras iniciativas e disciplinas, da antropologia à assistência na área da saúde, ou à cinematografia. Como historiadores orais, precisamos lembrar nosso passado recente e adaptar as lições aprendidas sobre memória e história – e sobre a dimensão humana de nossa atividade.

MEMÓRIA E DIÁLOGO: DESAFIOS DA HISTÓRIA ORAL PARA A IDEOLOGIA DO SÉCULO XXI*

Alessandro Portelli

Estou contente por estar aqui renovando laços de amizade, trocando idéias, planos e projetos com todos os amigos que fiz, ao longo dos anos, no Rio, em São Paulo, em Salvador e, uma vez mais, confirmar minha sensação de que neste continente a história oral está mais afiada no momento, onde as coisas mais novas estão sendo feitas e onde a significação social de nosso trabalho é mais visível e imediata.

Quando tomei conhecimento do tema da conferência, não o li em termos de "quais são os desafios do século XXI para a história oral?", mas "quais são os desafios da história oral para o século XXI?". Ou seja, de que maneira a história oral pode ser uma alternativa crítica, uma presença radical no século XXI? Como podemos ajudar a enfrentar o que está se tornando o pensamento dominante, o único legítimo, a visão de mundo autorizada, o modo oficial de pensar no século XXI?

Vou dar um exemplo: no meu país, a Itália, a discussão política atual está baseada na questão do revisionismo histórico. Entraremos no século XXI com uma revisão radical dos fundamentos históricos de nossa democracia. A democracia italiana nasceu das lutas contra o nazismo e o fascismo, das lutas dos partidários da democracia, do comunismo e do socialismo, que lutaram pela liberdade e pela dignidade da Itália.

Esta revisão atual tem uma versão inteiramente diferente, que diz o seguinte: de um lado há um punhado de criminosos, os nazistas, a quem os fascistas se juntaram de boa fé, lutando por honra e pelo orgulho nacional com os nazistas. E do outro lado há assassinos comunistas. Nazistas, fascistas e comunistas mataram-se uns aos outros, e os verdadeiros heróis, assim como as verdadeiras vítimas, foram os que ficaram no meio, e que não são

*Transcrição, tradução e edição de Lucia Hippolito.

culpados de coisa alguma. É um pouco mais sofisticado que isso, mas demora mais de 15 minutos para explicar.

Basicamente, o resultado disso é o cancelamento de todas as experiências históricas que, de algum modo, situam-se além dos limites impostos pelas ideologias liberais de livre mercado. Para entrar no século XXI precisamos esquecer que houve qualquer outra coisa; todo o resto foi um crime, todo o resto foi criminoso.

Há duas maneiras nas quais penso que a história oral pode apresentar o desafio a esta ideologia do século XXI e são essencialmente baseadas em nossa ferramenta da memória. Uma maneira importante, porém fácil, é: talvez devamos também começar a escrever o "livro negro" do liberalismo, começar a contar quantas crianças estão morrendo exatamente hoje, por causa da ideologia do livre mercado. Estou certo de que a América Latina sabe disso melhor até do que nós, europeus. Esta é uma boa maneira de conseguir aplauso fácil, mas há uma coisa um pouco mais complicada: não se trata simplesmente de "quem matou mais", "quem cometeu mais crimes". Trata-se da natureza da história, de como estamos sendo ensinados a pensar na história, à medida que vamos caminhando para o século XXI. A forma dominante de pensamento histórico é: "História é apenas uma seqüência de crimes, e o único julgamento histórico possível é um julgamento de tribunais, de cortes, sobre criminosos." "O século XX é um século de horrores, de crimes. Devemos nos desfazer dele, esquecê-lo e entrar no progresso do século XXI."

Penso que estamos em situação de ajudar a questionar isso. Estamos em situação de lembrar que, de fato, o século XX foi um século de crimes de todos os lados, guerras etc. Mas foi também o século dos direitos civis, de Martin Luther King e Malcolm X; foi o século do antiimperialismo, de Ernesto Che Guevara; foi o século da luta pela igualdade social e da luta, muitas vezes mal conduzida, muitas vezes criminosa, por alternativas ao capitalismo. Foi o século de uma renovada conscientização dos direitos da mulher. Tudo isso eu me recuso a permitir que seja esquecido, apagado, numa destruição de toda a sabedoria de onde viemos, em nome do fim das ideologias e da livre competição no mercado.

Basicamente, o século XX tem sido e espero que o próximo continue a ser uma época em que não estamos convencidos de que os derrotados vão permanecer derrotados para sempre. E por isso mesmo, o desafio da memória às ideologias dominantes é também uma parte do desafio de movimentos políticos de indivíduos aos poderes dominantes na economia e na política. E penso que isto se relaciona também com a questão metodológica, porque

acredito que a metodologia é uma extensão da política. E tem a ver igualmente com toda a discussão de história *versus* memória. Essencialmente, disseram-nos que uma memória individual é ideológica, mitológica, não confiável – razões pelas quais, aliás, eu a aprecio –, mas isto é a memória. A história, no entanto, é propriedade de instituições e de historiadores profissionais. Em outras palavras, não estamos sendo convidados a substituir uma memória muitas vezes falha e não confiável pela história científica; estamos sendo convidados a substituir a memória de vários bilhões de indivíduos que vivem nesse planeta pela memória profissional de um grupo de historiadores profissionais ou pelas memórias institucionais dos centros de poder.

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você "recorda" a história, mas memória "como" história. Nisto é que temos trabalhado constantemente. De um lado, construindo arquivos e fico feliz por Verena ter mencionado isso, porque se trata de um recurso inestimável para que a memória não seja esquecida; de outro, insistindo no fato de que a memória é um processo, algo que está acontecendo agora, do qual todos participamos.

O segundo elemento de desafio está, de certa forma, relacionado: é que, felizmente, estamos entrando numa era de informação total. Não me preocupa muito o fato de que as novas tecnologias possam ser excludentes, de que nem todos possuam um computador, nem todos possuam acesso à Internet. Isto é inerente a todas as tecnologias, inclusive à escrita. Todas as tecnologias tendem a ser excludentes, e em todos os casos é necessário lutar pelo acesso e democratização da tecnologia. Espero, pelo menos, que a história oral seja uma presença contra a monopolização da indústria de informática e de computadores.

O tipo de desafio que apresentamos está baseado no fato de que há um instrumento, o discurso humano, que é universal, não é restritivo nem tecnológico. Alguém mencionou há pouco que devemos nossa existência à invenção do gravador, e continuaremos a devê-la ao vídeo, ao CD-ROM, a todas essas coisas. Mas tudo isso para nós seria inútil sem o discurso humano. E esse discurso humano nos lembra que nem todas as soluções são tecnológicas, nem toda comunicação é tecnológica. E que, portanto, os

problemas que podemos apresentar não são os únicos a terem uma resposta tecnológica.

Devemos insistir no fato de que a comunicação é multipolar. Na era da informação total, a comunicação avançou enormemente, de alto a baixo, do centro para a periferia. A Internet está mudando tudo isso, e penso que devemos aplaudir esse desenvolvimento.

Mas a voz humana já mudou tudo isso, muito tempo atrás. Devemos insistir nisso, e devemos insistir no fato de que, para ter uma comunicação oral, é preciso que as pessoas falem umas com as outras. Por isso, a essência do nosso desafio é renovar a questão do diálogo. Essa questão significa, novamente, a luta por igualdade. Não há diálogo quando não há igualdade. Assim, para ter diálogo, precisamos continuar a lutar por igualdade. E não há identidade onde não há igualdade. Uma das coisas mais excitantes que têm me acontecido é que não passo mais pelo controle de passaportes quando vou à França ou à Alemanha, ou a outros países da União Européia. Isto é muito excitante, mas há também o outro lado da moeda: nós estabelecemos uma outra fronteira contra a África, contra o Oriente Médio. De um lado, nós, italianos, não precisamos mais de passaporte para ir à Alemanha, mas de outro, navios de guerra italianos patrulham o mar Adriático e afundam barcos albaneses que tentam entrar na Itália. Dessa forma, verifico que a abolição das fronteiras muito freqüentemente tem afastado essas fronteiras e as fixado mais adiante.

Para terminar. Nossa publicação periódica chama-se *Words and Silences*, e acredito que um dos desafios que colocamos à era da informação total é o silêncio. Há um pequeno grupo de jovens anarquistas em Turim, que fazem coisas um pouco irresponsáveis, mas inócuas, em última análise. Entretanto, causa certo escândalo na imprensa e na TV italianas o fato de que eles se recusam a ser entrevistados; não falam à mídia. Acho que isso é um atestado de resistência contra a onisciência das tecnologias dominantes, contra a arrogância da mídia e, claro, contra as técnicas de espionagem, que fazem com que os centros de poder saibam tudo sobre nós. E nós sabemos cada vez menos sobre eles.

O poder, e estou usando o termo em geral, sabe tudo o que fazemos. Não sou paranóico, mas a informação sobre nós está cada vez mais acessível, enquanto a informação sobre quem tem a informação sobre nós está cada vez menos acessível. Por isso mesmo, a metodologia da história oral, em que as pessoas não revelam informações sobre elas mesmas a menos que queiram, porque está baseada na luta por igualdade e na busca do diálogo, significa também uma defesa dos direitos das pessoas de não revelar tudo a respeito delas próprias.

Felizmente, nós desenvolvemos e talvez devêssemos pensar mais sobre isso, ao longo desse movimento, um grande respeito pelas reticências e pelos silêncios. O artigo pioneiro de Luisa Passerini, *Silences*, estabeleceu a metodologia sobre os significados dos silêncios. Creio que um dos desafios à era da informação total e da informação como uma *commodity* é , de um lado, a palavra e, de outro, o silêncio.

DESAFIOS DO TRANSCULTURALISMO*

Selma Leydesdorff

Neste curto discurso analisarei as atuais fronteiras da história oral, buscando as oportunidades para sua expansão. A história oral, como está posta hoje e como é apresentada nos volumes desta conferência, é uma tendência mundial de regionalização da identidade, da consciência e das noções de história. Minhas idéias foram influenciadas pelo *Jihad versus McWorld*,[1] de Barber, no qual ele descreve duas tendências simultâneas: a fragmentação cultural – que freqüentemente é antimoderna, e está ocorrendo juntamente com a unificação econômica, a integração de tecnologias e a uniformização –, e o que ele chama o *McWorld* dos computadores e do entretenimento internacional. Este ataque vindo de duas direções está erodindo o Estado nacional e, por conseguinte, a democracia. Irei argumentar que muito da história oral trata da fragmentação cultural, mas que devemos usar as lições aprendidas com a tendência em direção a uma padronização cultural mundial para enriquecer nossa pesquisa acadêmica. Mais ainda, uma vez que estou convencida de que a prática histórica reforça a democracia, na medida em que abre aos que foram silenciados o acesso à tribuna, irei propor uma nova utilização dos pequenos estudos históricos como contrapeso à política de unificação cultural do *McWorld*.

Qual foi minha reação como historiadora confrontada com as mudanças descritas acima? Alguns anos atrás tive um breve período de colaboração com a multinacional Philips; eles estavam convencidos de que a identidade regional era um dos pilares da coesão social e da construção de identidade

*Tradução de Paulo Martins Garchet

[1] Barber, B. J. *Jihad vs. McWorld*. Toronto: Random House, 1995. Ver, também, Kepel, G. *Allah in the West, Islamic Movements in America and Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

no futuro. Os iniciadores do projeto viam a história como um instrumento para o estabelecimento de comunidade e identidade em um mundo pulverizado e em desintegração, onde um passado compartilhado ou, antes, um contar compartilhado de histórias do passado poderia fortalecer as forças sociais e um sentimento de comunidade. O objetivo era desenhar um utensílio (não estou sugerindo um computador, deveria ser algo novo) com o qual as pessoas pudessem gravar suas próprias histórias na memória coletiva de uma comunidade, de uma vizinhança, de uma rua ou de outra comunidade regional. Esta política deveria se encaixar no programa cultural da comunidade européia, onde a cidadania seria redefinida como o pertencer-se a uma comunidade e onde se reforçaria o senso de pertencer.

Por muitas razões, este empreendimento ou jamais decolou ou foi transformado em um projeto *McWorld* após minha partida. Nunca acreditei nele, porque esta idéia de reforço da identidade local ou regional é diametralmente oposta à rápida globalização de uma comunidade mundial de pessoas que consomem cultura, mudam culturas e que se tornou transnacional. Acredito firmemente que esta oposição é um desafio a nossas idéias sobre comunidade e identidade. Qualquer fixação sobre o local e o conhecido torna-se estéril e faz parte de um programa que não é o meu. Este vocabulário do conhecido e das coisas próprias e familiares subjaz às muitas formas de xenofobia que conhecemos bem demais nos dias de hoje. E nem o outro extremo oferece uma solução: eu não estava disposta a submeter minhas idéias a um projeto de cultura de massa em que a história não seria mais, pode-se dizer, que um gatilho. O desafio está nos símbolos culturais e nas ações que significam uma abordagem crítica a essas mudanças aparentemente contraditórias.

A grande questão tem a ver com nosso objetivo na combinação de nossa ambição transcultural com uma visão crítica da influência mesmerizante da moda e da cultura modernas. Seremos capazes de encontrar um meio que reconheça o transcultural e, ainda assim, seja de utilidade na articulação da identidade que as pessoas tanto parecem necessitar, e pela qual se apóiam em histórias sobre a história?

Sempre existiram pessoas transculturais e pessoas transnacionais; transcultural não é transnacional. Alguns chineses e vários judeus exemplificam indivíduos transnacionais que por séculos não foram transculturais. O tráfico afro-americano de escravos e o colonialismo criaram diversas combinações dos dois, nas quais o grau de afastamento da própria cultura tornou-se um desafio político e pessoal e até, muitas vezes, uma luta. A mídia moderna, as comunicações e o transporte, contudo, deram ao transculturalismo nova ênfase e novos significados. Além dos migrantes, dos refugiados e da elite, indivíduos de classe média, sem ne-

nhuma razão especial para deixarem seus países, hoje também viajam pelo mundo inteiro. Falar sobre culturas diferentes ficou na moda e tornou-se parte da vida cotidiana. Mesmo quando não estamos viajando recebemos impulsos de todas as partes do mundo. Nossas vidas não estão mais confinadas regionalmente.

Apesar da unificação, as pessoas se agarram a suas próprias culturas e costumes. Parecem ter necessidade de sua própria história e de sua própria cultura. Este sentimento é especialmente forte entre migrantes que não abandonaram seu velho modo de vida para abraçar a cultura de massa. Ao contrário, muitos deles freqüentemente negociam incessantemente entre sua própria cultura e a cultura regional da sociedade que os acolhe. Mais uma vez, este não é um hábito novo, mas generalizou-se. Superando suas posições de fraqueza, muitos migrantes, entre as décadas de 30 e 80, expressaram estas necessidades e estes problemas do modo mais pungente. Surgiu uma vasta e rica literatura, como as histórias em francês da cultura do Magreb, que relata a nostalgia e a adaptação a uma nova língua e a uma nova cultura, bem como a resistência a tal mudança.[2] Outro exemplo é a bem difundida literatura produzida por imigrantes chineses, entre os quais Amy Tan[3] parece ser a mais ambivalente. Esta literatura é, freqüentemente, biográfica ou autobiográfica. Nesta situação, não foi só a história de vida dos migrantes que se tornou mais polifônica e volátil. Raramente entrevisto indivíduos que realmente poderiam ser considerados expressões das vidas de pessoas originárias ou endógenas da classe trabalhadora. A interferência com a cultura do outro sempre subsiste, embora possa se manifestar apenas como uma simples confirmação do antigo.

Prevejo que ouviremos cada vez mais em nossas entrevistas a história do outro que relata uma mistura cultural.[4] Estou convencida de que a força das histórias de vida está na habilidade de analisar um caleidoscópio de representações culturais. A história oral e as histórias de vida tiram sua força do fato de acomodarem a singularidade da experiência individual e oferecerem uma alternativa às ciências comportamentais que são impotentes, em seus esforços de generalização, para lidar com a imensa variedade de

---

[2] A mais conhecida é Assia Diebar, mas há tantas, como Marlène Amar que escreveu minha favorita, *La femme sans tête*. Paris: Gallimard, 1993.

[3] Tan, Amy. *The Joy Luck Club*, Nova York: Ivy Books, 1993.

[4] Elaborei este assunto In: Leydesdorff, S. *Genres of Migration*; In: Chamberlain, M. (ed.), *Caribbean Migrations, Globalised Identities*. Londres: Routledge, p. 81-95. Ver, também, neste volume: Lutz, H. *The Legacy of Migration: Immigrant Mothers and Daughters and the Process of Intergenerational Transmission*, p. 95-109.

experiências. Apresentar uma variedade de experiências, contudo, não será suficiente, mesmo que uma determinada história de vida possa, às vezes, propiciar um maior *insight* sobre transformação cultural que uma amostragem de diversas histórias. Como historiadores e cientistas sociais, seremos instados a apresentar mais, se quisermos que a validade do método seja reconhecida. Precisaremos explorar o debate entre historiadores como Carlo Ginzburg e Natalie Zenon Davis, que repetidas vezes demonstraram que a pequena amostra pode fornecer *insights* sobre as transformações mentais e culturais de um período.

Nas ciências sociais, esta tarefa é mais difícil. O sociólogo francês Daniel Bertaux em seu trabalho sobre a Rússia, por exemplo, tentou generalizar a partir de uma multidão de histórias individuais de vida[5] em que transmite a mensagem sobre os mecanismos de classe e genealogia sob o antigo sistema comunista. Ele e Paul Thompson tentaram relacionar, no Anuário sobre Gerações,[6] o significado da transmissão cultural com o papel das gerações. Neste volume encontramos também generalizações sobre a representação simbólica do dinheiro ou sobre o papel da família na mobilidade social.

Estas tensões entre generalização e histórias de vida individuais são visíveis também no trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que em seu *La Misère du Monde*[7] nos apresenta várias histórias de vida individuais, mas as interpreta em um quadro sociológico geral. Seu livro nos fornece uma riqueza de *insights* sobre as vidas de imigrantes e indivíduos da classe trabalhadora que se encontram nas ruas e nas reuniões de escolas. Conquanto novas perguntas possam ser claramente respondidas pela história de vida, ainda não é certo como este conjunto de questões se compara com o das pesquisas das ciências sociais mais aceitas.

A mesma tensão pode ser vista nas contribuições da história oral e das histórias de vida para os paradigmas dos, assim chamados, estudos de desenvolvimento. Em *Listening for a Change, Oral Testimony and Development*,[8] Hugo Slim e Paul Thompson argumentam que precisamos

---

[5] Bertaux, D. e Thompson, P., na série *Memory and Narrative*, da Routledge (no prelo).

[6] Bertaux, D. e Thompson, P. *Between Generations. Family Models, Myths and Memories*. Oxford: Oxford University Press, 1993 (*International Yearbook of Oral History and Life Stories*, v. II).

[7] Bourdieu, P. *La Misère du Monde*, Paris: Seuil, 1993.

[8] Slim, H. e Thompson, P. *Listening for a Change, Oral Testimony and Development*, Londres: Panos, 1993.

conhecer as vozes e histórias dos sujeitos do desenvolvimento. A história oral pode nos dizer qual a sensação de se estar na fronteira do desenvolvimento. Os autores sugerem que falar é um ato de protesto contra o fato de que as pessoas não são consultadas vezes suficientes, uma vez que o debate principal ocorre em documentos que não escrevem e em reuniões das quais não participam. Em certas sociedades, as vozes ocultas das mulheres são relegadas ao reino da "fofoca", quando se fazem ouvir. Contudo, freqüentemente as mulheres são âncoras da economia do lar ou da fazenda. Seus padrões de fala diferem daqueles dos homens, assim como diferem os lugares e horas em que é socialmente aceito que se manifestem. Entrevistas com mulheres em ambientes privados (isto é, no lar e em áreas comunitárias de trabalho) elucidam esferas ocultas de experiência,[9] aspectos culturais e seus efeitos na vida privada. Slim e Thompson argumentam que certos aspectos da vida, como relações de família e trabalho, amizade, amor e sexualidade, parto e paternidade, passam freqüentemente despercebidos em estudos de viabilidade de projetos que tendem a assumir uma visão mecanicista das comunidades, de suas necessidades e das possíveis soluções. Eles acreditam que a variedade de informações aumenta nosso entendimento, se ousarmos questionar a terminologia social-científica, tal como "amostras representativas". Pierre Bourdieu declarou que até poucos anos atrás o enfoque que dava às noções tradicionais de representatividade o havia cegado, impedindo-o de ver aqueles lugares na sociedade que são difíceis de descrever e ainda mais difíceis de se pensar a respeito, ou de imaginar.

Passerini, Thompson e eu[10] argumentamos que a história das mulheres pode mudar nosso entendimento global da história. "Toda voz feminina é potencialmente dissonante das histórias existentes. As dissonâncias são parte da contínua 'modernização' da música e da arte de nosso tempo: a multiplicidade e a pluralidade das vozes que fazem a narrativa." Mesmo décadas depois, o método da história oral nos ajuda a melhorar nosso entendimento da estrutura intelectual e ideológica de uma era e oferece base para uma crítica às noções comuns de "realidade". As histórias parecem intermináveis e as informações inesgotáveis. Sabemos, tanto na teoria feminista como agora, que as histórias das mulheres variam imensamente de acordo com classe, geografia e cultura. Ouvir as mulheres torna mais fácil entender

---

[9] Mukhopadhyay, M. *Legally Dispossessed, Gender, Identity and the Process of Law*, Calcutá: Stree, 1998. Antherjanam, L. *Cast me out of your will, Stories and Memory*, Calcutá: Stree, 1998.

[10] Leydesdorff, S.; Passerini, L. e Thompson, P. *Gender and Memory*. Oxford: Oxford University Press, 1996 (*International Yearbook of Oral History and Life Stories*, v. IV).

suas ações. Passerini argumentou que a democracia não é apenas uma questão de direito de falar, mas, em nossa sociedade, é muito mais uma questão de ânsia de ser ouvido.

Que informação recebemos? Quando ouvimos histórias de vida, ouvimos a maneira como as pessoas pensam que experimentaram suas vidas e certos eventos, tantas são as transformações que dependem de quem está falando com quem. A idéia inteira de experiência narrada é tão crucial para a história oral quanto o é para a teoria e o movimento feministas. A conexão epistemológica é apenas uma entre muitas, na importância atribuída à subjetividade da narrativa como fonte de entendimento, conhecimento e, em última análise, também de democracia. Contudo, a maioria dos problemas relativos ao valor epistemológico dessas histórias persiste. Surgem questões sobre o *status* dessa experiência narrada. O que queremos dizer quando usamos esse termo? Até que ponto a experiência narrada é válida para nosso entendimento? Estamos lidando com uma experiência essencial que nos é transmitida por palavras, e de várias maneiras? Quanto do significado dessas palavras entendemos? Não somos a mesma pessoa que aquela que entrevistamos, nem temos o mesmo *background*. As palavras ditas pelo outro podem ter significado simbólico bem diferente e podem representar sentimentos muito diversos daqueles que pensamos que elas transmitem. As experiências da outra pessoa entrelaçam-se com as nossas durante a entrevista. Olhamos o outro, mas a impressão que absorvemos é, em parte, trabalho de nossa imaginação. Aqui, ocorre o mesmo problema epistemológico que foi observado na antropologia por Malinowsky,[11] que estava perfeitamente consciente de que a experiência do outro era visível de certa distância e era inevitavelmente remodelada pelo pesquisador.[12]

Nos casos em que os entrevistados são migrantes, o *status* da experiência narrada torna-se mais complicado. Freqüentemente lidamos com relações do poder, e a representação do poder está de nosso lado. Com freqüência, as histórias são escolhidas com cuidado e inseridas em narrativas e gêneros que podem ser conformados segundo as percepções de nossos entrevistados com relação ao que queremos ouvir. Uma interação imanente é combinada com o conflito cultural entre entrevistador e narrador. A tensão torna-se visível através da análise das transcrições que expressam sentimentos e histórias pessoais ao mesmo tempo que revelam maneiras de representar, ou de

---

[11] Malinowsky, B. *The Dynamics of Cultural Change: an Inquiry into Race Relations in Africa*, New Haven: Yale University Press, 1945.

[12] Stanley, L. Writing the Borders: Episodic and Theoretic Thoughts on Not/Belonging, In: Stanley, L. (ed.). *Knowing Feminism*, Londres: Sage, 1997.

tentar representar, outros mundos: um que foi deixado para trás no passado, outro encontrado no presente, e outro ainda em que o antigo e o novo estão sendo negociados. Em essência, o contexto e a experiência que está sendo articulada refletem esta ambivalência, por si só freqüentemente dolorosa e que não tem forma de expressão. Não importa quanto se confie e aceite o entrevistador, ele, ou ela, é percebido pela natureza como parte de uma relação de poder negada a muitos dos que são entrevistados. A história da experiência é também um ato de imaginação e negociação criativa. Estes relatos transformam o passado em presente e a memória em realidade. Os entrevistados têm dificuldade em escapar dos limites de seu "nós" cultural. Parte da solução é a criação de uma história de vida expressa nos gêneros de migração, nostalgia e antecipação do futuro, e uma crítica às regras e regulamentos que impedem tal curso. É, por conseguinte, tarefa dos historiadores identificar este problema e revelar os significados e códigos intrínsecos.

Para concluir, falarei de dois projetos em que estou envolvida. O primeiro está em andamento e elucida os problemas da pesquisa transnacional já mencionados. O outro, embora não seja intrinsecamente um projeto de história de vida, engajou-me desde o início como historiadora oral.

Alguns anos atrás demos início a um estudo comparativo das vidas de moças migrantes em seis países europeus. Usamos histórias de vida para procurar diferenças e similaridades nas vidas de nossas entrevistadas e estudamos a maneira como a assimilação da cultura anfitriã as tinha afetado. Muito pouco se sabe sobre a vida de moças migrantes: em contraste com os rapazes, elas não são consideradas "problemáticas", isto é, não são vistas envolvidas em pequenos crimes. Conquanto saibamos, por exemplo, que as moças hindus na Holanda têm uma impressionante taxa de suicídio, não sabemos por que. Podemos especular, mas ninguém parece ter perguntado às próprias jovens. Conduzimos entrevistas em todos os seis países e estamos obtendo os resultados preliminares.

Nosso primeiro problema sério é a variedade de idiomas. Para discutir as entrevistas uns dos outros, temos necessidade de levantar enormes somas de dinheiro para traduzir as transcrições. Esperamos obter esse financiamento no futuro. Até o momento, não sabemos o que temos em nossas mãos, em termos de informações. Estamos tendo a maior dificuldade em determinar como comparar essas vidas individuais e começamos, até, a nos perguntar se elas podem ser comparadas. No início, formulamos intermináveis perguntas globais e campos de interesse. Será que este esforço irá garantir entrevistas comparáveis, ou será que iremos terminar com um caleidoscópio de vidas, culminando com um mero relatório que revele que a vida dessas mulheres apanhadas entre duas culturas é difícil, e de que se arranjam da me-

lhor maneira que podem? Os relatórios individualizados por país continuam sendo uma opção, mas o desafio era conseguir mais. Ainda mais: algumas entrevistas foram conduzidas com a assistência de entrevistadores da mesma cultura não endógena que as entrevistadas e podem, portanto, ter gerado um tipo de informação totalmente distinto. Em tais casos, o equilíbrio de poder é bastante diferente do que se vê em entrevistas com acadêmicos, que representam a sociedade anfitriã. Resumindo, falar de superar nossas fronteiras e aceitar o transnacionalismo e o transculturalismo como um desafio é mais fácil, na verdade, que realmente fazê-lo em nossas próprias pesquisas. Tal ação pode ser mais fácil na Europa do que na América Latina, onde a diversidade de idiomas é menor.

O outro projeto é sobre o significado do Islã nas vidas das mulheres, migrantes e não migrantes. A Ministry of Development Cooperation (Cooperação do Ministério do Desenvolvimento) patrocinou este projeto como parte de outro mais amplo, sobre as mulheres e o Islã. Nosso papel envolve colaboração com o Royal Tropical Institute (Instituto Tropical Real) – antigo Colonial Institute (Instituto Colonial). Em oito países, mulheres de origem migrante conduzirão entrevistas sobre o significado que o Islã adquiriu aqui, e o modo como a posição da mulher no Islã é definida no país de origem. Após o treinamento, as mulheres selecionadas conduzirão entrevistas na Holanda e em seus países de origem. Esperamos ser capazes de elucidar o significado do Islã e da religião nas vidas das mulheres entrevistadas para imaginarmos ferramentas para uma política de afirmação pessoal dentro dos princípios da religião islâmica. A vantagem, nesse caso, é que estaremos trabalhando apenas com mulheres da cultura das entrevistadas. Esta abordagem revela imediatamente os problemas de pesquisa que podem surgir com uma investigação tão orientada para a política. Contudo, estou ansiosa por descobrir a possível transformação do significado, da representação e do simbolismo religiosos. Espero poder comparar as entrevistas feitas na nova e na antiga sociedade e estou particularmente curiosa quanto a saber se novos gêneros de contar histórias terão surgido com a migração. Esta última pergunta pode ser respondida e pode revelar mais sobre a identidade cultural das pessoas que estiverem falando. A participação nestes projetos deu-me uma oportunidade única de ouvir e ler material que, não fosse isso, jamais teria estado disponível. Tal pesquisa é extremamente difícil de organizar (são precisos contatos e uma rede de organizações em diversos países) e muito cara. Desde já, as pessoas que lêem sobre as mulheres e o Islã aprenderão, com seus depoimentos, que usar um véu não é puramente um sinal de opressão, como alguns políticos ingênuos querem que acreditemos. E só pudemos aprender isto porque elas falaram, e porque nós as ouvimos.

Como podem ver, o desafio transnacional que promovi aqui ainda se refere a um uso crítico da história oral. Como historiadores orais, parece que confrontamos mais que as duas tendências que mencionei no início. As histórias são cruciais na luta ideológica entre as duas. Estou convencida de que uma sociedade de história oral deveria enfrentar estes temas e coordenar e promover estudos internacionais que examinem a fundo estas tendências. As pesquisas transnacionais e transculturais podem fornecer diretrizes para a busca de uma história que transcenda e explore o regional sem se tornar instrumental em uma pseudociência internacional do *McWorld*. Tal pesquisa pode revigorar a luta contra as correntes antidemocráticas, dando a palavra às forças locais, e transcendendo-as. Este tipo de prática histórica ouvirá os que não têm nenhuma história própria já pronta, as mulheres e os subalternos e aqueles que não são ouvidos. Evitará que fiquemos centrados demais em pequenas pesquisas regionais, como muitos de nós hoje estamos, e combinará a força do pequeno com o desafio da pesquisa "importante" atualmente em curso. Insisto com os organizadores da próxima conferência internacional para que abram espaço para discussões sobre potenciais projetos deste tipo, e para que ajudem a organizá-los.

3

História oral na América Latina

DESAFIOS DA HISTÓRIA ORAL LATINO-AMERICANA: O CASO DO BRASIL*

José Carlos Sebe Bom Meihy

Introdução

Pensar a história oral no Brasil e sua inscrição no contexto latino-americano implica formular alguns pressupostos analíticos que ti rem esta reflexão da mera narrativa dos fatos sucedidos.[1] Nesse sentido, cabe considerar que chamamos história oral os processos decorrentes de entrevistas gravadas, transcritas e colocadas a público segundo critérios predeterminados pela existência de um projeto estabelecido. Mesmo respeitando as investidas que confundem entrevistas feitas de diversas formas com os procedimentos formais da história oral, ressalta-se que no Brasil, bem como na América Latina, o impacto e a ampla aceitação da história oral institucionalizada têm provocado debates que a qualificam como, talvez, a mais promissora das tendências de entendimento da sociedade. Esta premissa exige explicações que serão filtradas por três ângulos principais: o momento do aparecimento; inserção no conjunto dos critérios analíticos da sociedade; e propostas e desafios atuais.

Mediando tais níveis analíticos, estaremos visitando temas como: oportunidade da história oral como forma de diálogo com a sociedade mais ampla que a academia; a superação da relação "interdisciplinar" promovida pela história oral; e, sobretudo, o caráter instrumental da história oral

*Uma versão reduzida deste artigo foi publicada em Oral History Review (New York, Oral History Association), n. 26/2, verão-outono, 1999, p. 127- 136, sob o título "Oral History in Brazil: development and challenges"

[1] Existem alguns textos escritos sobre o tema. Leia-se, principalmente, o texto introdutório assinado por mim, (Re)Introduzindo a história oral no Brasil, e o de Ferreira, M. de M., História oral e tempo presente, ambos publicados, In: Meihy, J. C. S. B. (org.), *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo: FFLCH/USP, 1996, p. 1-10 e 11-21, respectivamente.

como portadora de denúncias sociais e formuladora de base para políticas públicas.

Apresentação do tema como um problema

Apoiado no princípio que aproxima a história oral do contexto democrático que a explica,[2] o primeiro ponto que se apresenta como desafio analítico quando se pensa a história oral latino-americana é o seu vínculo político. No caso do Brasil, como da América Latina em geral – ou pelo menos dos países que viveram recentemente a síndrome de ditaduras militares –, a aceitação da história oral esteve diretamente ligada ao processo de redemocratização. O momento de surgimento da história oral na América Latina, portanto, faz com que haja um vínculo natural entre o seu advento e as questões políticas decorrentes da redefinição democrática. Este fato, em primeiro lugar, diferencia o papel da história oral latino-americana da européia ou norte-americana. Nossa história oral se institucionaliza como reflexo de um momento histórico e isto merece ser pontuado como pressuposto explicativo. Neste cenário, o Brasil se mostra como exemplo eloqüente.[3]

O tom político da história oral, portanto, matiza a história oral brasileira como se ela fosse uma nova solução para o entendimento da sociedade, pois superaria as insatisfações das análises sociais moldadas em alternativas disciplinares que se poderiam enquadrar no conceito de "tradicionais", "conservadoras" e "insuficientes", para apontar alternativas de políticas públicas. Filha inevitável de nossa época, a moderna história oral se estabeleceu como decorrência lógica dos avanços da tecnologia após a Segunda Guerra Mundial. Juntos, estes dois fatores – a insatisfação com os produtos derivados dos métodos acadêmicos aplicados e a revolução eletrônica – propuseram alternativas que não mais escapam do respeito ou pelo menos da curiosidade intelectual contemporânea.[4]

Mesmo sentindo que progressivamente as coisas mudam, as marcas deixadas pelo persistente "colonialismo cultural", principalmente nas aca-

---

[2] Thompson, P. *The voice of the past, oral history*, Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 2.

[3] Sobre o tema, leia-se Meyer, E. Los nuevos caminos de la historia oral en America Latina, In: *Historia y fuente oral* (13). Barcelona: Publicacións, Universidad de Barcelona, 1995, p. 97-102.

[4] O modelo da Universidade de Colúmbia tem sido proposto como exemplo para o Brasil e para a América Latina.

demias latino-americanas, têm ofuscado o livre reconhecimento do sentido público e social da história oral entre nós. Por outro lado, é fácil constatar que, em alguns países latino-americanos, a história oral se iniciou exatamente tratando de temas ligados à experiência do exílio ou da exclusão de segmentos revolucionários. Assim, pode-se afirmar que, em certos círculos, a história oral nasceu "exilada" e teve que contracenar com outras raízes "colonizadas".

Ainda que a aparente contradição entre o "exílio" e o "colonialismo" conviva, é preciso mostrar que há nessa circunstância um diálogo instigante, uma briga entre o progressismo libertário e a resistência conservadora, que sempre contempla o exterior como fonte de conhecimento, inspiração e referência. Entre o que se cria dentro da América Latina e o que se importa como modelo, percebe-se uma dinâmica ligada à autonomia dos saberes locais e à importação de fórmulas exteriores. A história oral, portanto, situa-se no impasse político da criação de um saber autônomo e de uma prática temática independente que tem que conviver com a prática imitativa exercitada nas ex-metrópoles.

Por lógico, não cabe negar a importância do debate internacional e nem se debilita a crítica feita à perene evocação dos textos europeus e norte-americanos como base teórica e de reflexão para nossas pesquisas. Diálogos à parte, contudo, o que se quer atingir é a dependência exagerada e a alienação de compromissos especificamente relacionados aos meios "de onde se fala". Principalmente quando se tematizam os objetos de estudo, nota-se que a história oral latino-americana exige soluções e abordagens que a distingam dos padrões estrangeiros.

Pensando a oportunidade destas reflexões e enquadrando, à guisa de exemplo, tal problemática nas molduras do Brasil, indaga-se das virtudes da inefável importação de parâmetros teóricos e da insistência nos mesmos moldes temáticos que teriam vigência cá e lá.[5] Seria a nossa história oral apenas eco da história oral "primeiro-mundista"? Teríamos responsabilidades e compromissos específicos para com nossos meios sociais? Indo mais a fundo na questão, pergunta-se: os mesmos critérios analíticos usados para estudar a imigração "deles" são válidos para "nós"? E a experiência da escravidão negra na América Latina pode ser matéria filtrada pelos critérios "deles"? O que fazer e quais os modelos para o uso dos oralistas em vista das sociedades indígenas? Teriam "eles" o que nos ensinar sobre imigração, sociedades in-

[5] O processo de publicação de textos estrangeiros sobre história oral é uma das práticas mais comuns que mostram a dependência de algumas correntes brasileiras da visão estrangeira.

dígenas, miscigenação, experiências de escravos negros e crianças abandonadas? E os temas da cultura popular poderiam ser abordados em um e em outro espaço com os mesmos critérios? Enfim, serviriam para "nós" os mesmos modelos europeus e norte-americanos? Teríamos que fabricar nossos próprios critérios analíticos? Isto seria possível?

Evidentemente insiste-se na relevância da troca de experiências acadêmicas, bem como não se considera saudável o isolamento de nossas práticas em história oral como se nada tivéssemos com os "outros". Logicamente, o diálogo intelectual não tem fronteiras e é sagrado, mas, isto não implica abandonar o compromisso político como eco de uma voz latino-americana da história oral. É nesta medida que se faz necessário o brado contra a alienação deslumbrada, simplista, daqueles que negam o valor inerente da oralidade em sociedades colonizadas onde o analfabetismo foi arma usada para dominação.

A trajetória da história oral da América Latina, dada sua complexidade e dependência política, apresenta algumas situações que, paradoxalmente, exigem a formulação de uma outra "genealogia de sua origem" que não a formulada pela sofisticação da disputa dos círculos europeus. Debates sobre o papel e a raiz da história oral inglesa ou francesa – como o promovido pelo diálogo entre Paul Thompson e Philippe Joutard – não se equivalem em validade para a explicação dos meios latino-americanos. Aliás, seria até ridículo pensarmos que para o entendimento da história oral do México ou da Bolívia, por exemplo, tivéssemos que partir das disputas européias e que daí derivam para a suposição de apropriações nacionais.

Por paradoxal que pareça, mesmo o dependentismo exagerado e alienante pode ser visto positivamente se contemplado com olhos críticos e não apenas panegíricos. Nossa experiência acadêmica colonizada, por ser tão calcada nos pressupostos "deles", quando crítica e inteligente, gera condições de promover uma síntese desejável que, muitas vezes, não é passível de ser encontrada em outros centros que não os nossos.

Nesse sentido, e em geral, a história oral praticada no Brasil – bem como na América Latina – é resultado de leituras combinadas que a faz, a um tempo, ter sofisticada fundamentação teórica e enquadramento temático político-local inequívocos. Sintetizando textos europeus, norte-americanos e mesmo da América Latina, quando filtrados devidamente – o que é raro – , tais leituras promovem reflexões interessantes para uma reversão dos próprios modelos importados. O processo de "devoração", usado metaforicamente – emprestado da literatura brasileira que se expressa através da "antropofagia" –, sugere que, se usados com critério, os textos importados

podem servir de base para, a partir deles, se pensar uma situação boa para as análises da história oral latino-americana.[6] Ao mesmo tempo, advoga-se a criação de novos conceitos e mecanismos de estudos despontados daqui e voltados menos para a "adaptação".

Pode-se dizer que a moderna história oral brasileira definiu-se entre nós a partir de 1979, florescendo principalmente depois de 1983 no processo de redemocratização política do país. Ainda que houvesse um esforço anterior, nos anos 70, como prática assumida com vigor, somente depois de um amadurecimento que implicou aproximação de diferentes tendências foi que se afinaram os debates capazes de promover espaços coletivos para a combinação de opiniões.

A primeira tentativa, no entanto, ocorreu em 1973, patrocinada pela Fundação Ford em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV). Nessa ocasião, reuniam-se no Rio de Janeiro acadêmicos preocupados com a questão documental para as ciências sociais. Essa investida teve como característica o incentivo e a cooperação entre centros de estudo do país e do exterior. Segundo as orientações daquele encontro, havia grupos preocupados em pensar a "preservação", a "restauração" e a "história oral".

Esse encontro gerou outro, mais específico, que se realizou em 1975, atento exclusivamente à "história oral". Sob a inspiração do modelo da Universidade de Colúmbia, coordenado pelo grupo do CPDOC e patrocinado pela Fundação Ford, estiveram presentes no evento alguns especialistas estrangeiros especialmente designados para transmitir as técnicas da história oral: George Browne, James e Edna Wilkie, além de Eugenia Meyer, do México. Para tanto, foram convidadas pessoas de diferentes partes do país que deveriam depois divulgar os resultados em suas localidades. Dada a conjuntura política e o teor da proposta que implicava treinamento de acadêmicos convidados, muitos deles sem nenhuma afinidade com a prática de entrevistas, o plano naufragou, ficando sepultado em documentos mantidos no CPDOC, Rio de Janeiro. Curiosamente, nessa ocasião se pensou em criar uma associação brasileira de história oral que, contudo, não aconteceu em virtude da falta de dimensões coletivas e de ambiente político para tanto. De qualquer forma, é desta época a instalação dos dois primeiros programas de história oral do país: na Universidade Federal de Santa Catarina e no CPDOC, ambos de 1975.

---

[6] A "antropofagia" foi uma das metáforas preferidas dos modernistas brasileiros para representar a "devoração" dos estrangeiros feita pelos índios. No sentido da história oral, pretendia-se que os textos estrangeiros fossem lidos pelos "nativos" com o sentido de reverter a força dominadora.

Em prosseguimento ao encontro anterior, em 1977, foi feito um segundo, em Brasília, com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Fundação Ford, tendo como instrutores William Moss e Aspásia Camargo, que já à época despontava como pioneira das investidas de história oral no Brasil. O esforço sempre capitaneado pelo CPDOC, contudo, não chegou a produzir efeitos em larga escala, ainda que internamente aos participantes e suas entidades os resultados fossem cultivados com algum sucesso. Em geral, persistia no Brasil a valorização do texto escrito como base de informações analíticas a tal ponto que autores importantes ressaltaram sempre o pouco prestígio das fontes orais como forma de estudo.

O primeiro texto publicado a usar a expressão "história oral" foi resultado da dissertação de mestrado de Carlos Humberto P. Corrêa, da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado *História Oral: teoria e técnica*, que em 1977 delineava critérios para a definição da história oral nos trópicos. Juntamente com a publicação de seu texto, era colocado a público um catálogo de depoimentos que se compunha com a permanente importância do CPDOC. Ambas as investidas marcaram as duas tendências mais evidentes da história oral brasileira: individual e institucional. Os trabalhos individuais que surgiram fora do espaço universitário se apresentaram em um outro momento da presença da história oral brasileira. Isto convida a uma periodização capaz de explicar a força do impulso inicial:

1) (re)introdução;

2) institucionalização;

3) inserção no contexto internacional.

Antes cabe ressaltar a relevância do trabalho que, sem dúvida, marca o nascimento da história oral política brasileira e, infelizmente, não tem merecido o devido crédito. Em 1976, no exterior, alguns exilados políticos brasileiros, banidos do país, reuniram as narrativas de suas experiências e publicaram um texto intitulado *Memórias do exílio: muitos caminhos*, que foi lançado no Brasil em 1978 gerando um outro registro: *Memórias das mulheres no exílio*.[7]

O "esquecimento" das duas vertentes básicas da genealogia da história oral brasileira – metáfora perfeita do resto da América Latina – evidencia a força do colonialismo cultural de nosso meio. Porque não se assume, em geral, o teor militante da história oral latino-americana; ela não se espelha nem no registro da experiência política nem no sentido popular que a torna

---

[7] Cavalcante, U.; Celso, P. e, Jovelino R. (orgs.). *Memórias do exílio: muitos caminhos*, São Paulo: Editora Livramento, 1978; Costa, A. de O. de *et al. Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

de aceitação pública. Avesso disso, a conclamada herança intelectual francesa instrui vínculos com a origem européia que faz, ironicamente, com que aqui uma parcela dos nossos oralistas viva apregoando realidades inexistentes. Ucronias subdesenvolvidas.

1) *ambiente do aparecimento*

Ainda que os esforços pioneiros não tenham frutificado, pode-se dizer que não desapareceram de todo e que, pelo contrário, fortaleceram as instituições que, direta ou indiretamente, os abrigaram. Mesmo insulados em locais distantes uns dos outros e sem articulação conjunta, eles formulavam uma "memória falsa" do que seria a futura história oral brasileira. Com o início da abertura política, em 1979, e principalmente na nascente dos anos 80, de repente, houve uma espécie de explosão do interesse pela história oral. Logicamente a existência de documentos secretos e comprometidos pela opressão ditatorial fez com que se ampliassem as expectativas de novas fontes "não-oficiais".

Entre os entraves naturais para o progresso da história oral então nascente no Brasil pode-se dizer que o bloqueio das pessoas permanecia como barreira para futuros projetos. Ainda sobre a sombra da ditadura a palavra "depoimento" era confundida com vigilância e muita gente tinha medo de deixar as próprias histórias gravadas. Foi necessário tempo para que se superasse isto. Na mesma medida, o crédito de pessoas acadêmicas fez com que se reforçasse a dependência universitária da história oral brasileira. Novo capítulo do dependentismo acadêmico europeizante, muito da história oral latino-americana praticada na universidade ainda não se deixou emancipar devido ao caboclismo imitativo que tem mostrado incapacidade de filtrar os celebrados "ensinamentos metropolitanos".

A fase inicial, pois, implicou uma importação de textos que chegou a surpreender até mesmo os europeus e norte-americanos. Basicamente, a grande novidade se constituiu na tradução de autores estrangeiros a ponto de termos várias antologias deles e nenhuma seleção de textos nossos. O processo de tradução não obedeceu a critérios claros, sendo, de qualquer maneira, Paul Thompson a figura mais proeminente. Ainda que a primeira edição de *The Voice of the Past* tenha surgido em 1978, apenas em 1992 foi traduzido para o português, sendo, anteriormente, usado em raras cópias em espanhol (1984) ou em inglês. Este detalhe interessa na medida em que expõe, outra vez, a tendência universitária que acabou exclusivizando a história oral brasileira. Esta prática reforçava o antigo cacoete universitário brasileiro, que sempre prezava a produção estrangeira em detrimento da local. Tal situação, ironicamente, servia para alimentar o prestígio do

uso dos depoimentos ao mesmo tempo que mantinha a nova alternativa de apreensão da sociedade nos mesmos parâmetros da importação ou colonialismo cultural.

Sustentada pela existência exclusiva de apenas dois livros que assumiam diretamente o conceito de história oral, persistia, ainda que de forma rala, a tradição de uso das entrevistas segundo as antigas práticas da antropologia e da sociologia. Isso gerou exclamações de autores importantes que insistiam, em 1991, na necessidade de atenção às fontes orais. Um outro texto estrangeiro, de 1985, chamava atenção de um setor da nascente história oral e, fazendo com que distinguisse um ramo que ganha terreno na preferência da história oral brasileira: a história oral de vida. O livro de Daphne Patai se converteu em uma espécie de modelo para iniciantes que, então, se vocacionavam a aventuras de transcrições livres, independentes do referente gravado que registrava repetições, erros vernaculares, equívocos de datas ou detalhes.[8] A novidade de uma história oral de pessoas anônimas e a força das transcrições completas de depoimentos representou um avanço diferenciado da prática que prezava "a busca da verdade" em detrimento do "registro da experiência". Nesta aventura estava a grande distinção entre a tendência positivista de documentação que certos grupos pioneiros ostentam e as reclamadas novas alternativas.

Em termos locais, funcionando mais como arquivo que propriamente como gerador de análises, era o CPDOC que dimensionava o maior acervo de entrevistas acumuladas. Tal prática gerou um texto, bastante difundido, que serviu de parâmetro para muitos iniciantes: *História Oral: a experiência do CPDOC*.[9] Neste importante projeto, vivificava-se uma história oral de elites, particularmente de grupos dominantes, que servia de modelo para muitos. Demorou para que textos diferentes surgissem.

A soma de experiências, individuais e coletivas, e a necessidade de respostas dos meios acadêmicos que se viam divididos em face dos resultados sociais de seus trabalhos – que se mostravam distantes dos sujeitos de estudos – faziam crescer a ânsia para que se articulassem os interesses na direção de debates mais consistentes em termos de troca de experiências. Concomitantemente, certas unidades universitárias começaram a promover dissertações e teses feitas sob a nova orientação. Até o começo dos anos 90, a história oral brasileira não figurava nos currículos dos cursos universitários nem aparecia com freqüência mínima como tema de congressos e

---

[8] Patai, D. *Brazilian women speak: contemporary life stories*. New Bruswick: Rutgers University Press, 1985.

[9] Alberti, V. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

documentações nas humanidades em geral. Ao mesmo tempo, era confundida com a mera prática de entrevistas derivadas do jornalismo, antropologia, sociologia e psicologia.[10]

A crescente popularização da história oral no Brasil dos anos 80 se projetou na década seguinte, com o desafio de promover esta área como uma alternativa que exigia posicionamento da academia. O primeiro encontro formal de história oral ocorreu em Salvador, no estado da Bahia, em 1983, sem contudo alterar o rumo dos debates prévios. De fato, a primeira atitude conjunta e vigorosa para se fundar uma associação brasileira de história oral ocorreu em 1992, quando no congresso América 92: Raízes e Trajetórias se instalou um grupo de trabalho que planejou para o ano seguinte o Primeiro Congresso Nacional de História Oral. Tendo em vista arrumar o panorama interno para compor participações mais estruturadas no cenário internacional, realizou-se na Universidade de São Paulo o encontro do qual derivou o Segundo Encontro Nacional, no CPDOC, em 1994, ocasião em que se fundou a Associação Brasileira de História Oral.

Por essa época, a produção na área já estava mais definida e alguns debates teóricos encontravam exemplificações importantes em pesquisa de campo nacional, marcando assim uma outra etapa da aceitação da história oral no Brasil. De qualquer maneira, era evidente o vínculo com os sistemas universitários.

2) *inserção no conjunto dos critérios analíticos da sociedade*

Uma questão fundamental na qualificação da história oral no Brasil é a sua função social. Estando o seu advento intimamente ligado ao surgimento da democracia, se questiona se seus eventuais progressos a manteriam na mesma orientação de origem. Este problema serve como parâmetro também para medir o impacto inovador desta investida em relação aos esforços anteriores. De outra forma, caberia questionar: história oral por que, de quem e para quem?[11]

Entre as instituições mais firmadas em termos dos pressupostos da história oral da década de 70, o CPDOC alimentou o maior, melhor e mais bem cuidado acervo de entrevistas do país, sendo sua opção pela coleta de depo-

---

[10] O importante trabalho feito na área de psicologia social por Ecléa Bosi, sem se referir à história oral, abriu caminho para a inspiração de muitas pesquisas. Bosi, E. *Memória e sociedade*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.

[11] Sobre este debate, leia-se o texto História Oral: por que, de quem, para quem?, de Pessanha, E., In: Meihy, J. C. S. B. *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*, op. cit., p. 71-82.

imentos da elite política, militar e cultural. Seu exemplar zelo arquivístico passou então a conviver com novos desafios: a referenciação a outros grupos sociais, em particular àqueles não privilegiados pelas óticas consagradas pela preferência do poder. Nesse sentido, uma das experiências mais interessantes que se operou foi a do CERU que, desde logo, assumidamente na linha sociológica, passou a registrar trabalhos feitos sobre pessoas comuns, como carnavalescos, mulheres trabalhadoras, imigrantes.

Prestando atenção a instituições importantes ou movimentos relevantes na sociedade brasileira, alguns arquivos e coleções documentais voltaram suas vistas ao cruzamento de documentos "regulares" com as fontes orais. Entre os projetos pioneiros e mais importantes, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo, a partir de 1982, iniciou uma série de projetos diferentes, considerando manifestações de arte e da cultura popular brasileiras. Ao mesmo tempo, muitas universidades também prestaram atenção aos depoimentos gravados. Entre as instituições mais ativas nesta linha, destacam-se o Laboratório de História Oral e Iconografia, da Universidade Federal Fluminense, e o Centro de Documentação Iconográfica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ambos de 1982. Mais recentemente, o Centro de Memória da Unicamp também se distinguiu juntamente com grupos da PUC- SP. Finalmente, o registro de instituições paralelas à universidade que têm sido fundamentais para a história oral brasileira: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Fundação Carlos Chagas, entre outras.

Minorias étnicas começaram a se mobilizar para a documentação e o estudo de suas trajetórias. Neste setor a investida pioneira coube ao Instituto Cultural Marc Chagall, de Porto Alegre, em 1986. Instituições relevantes da cena cultural brasileira começaram a apresentar propostas de estudos de japoneses, árabes, italianos, coreanos. Dois grupos singulares pela importância étnica no Brasil, contudo, têm sido pouco vistos: os índios e os negros. Logicamente este aspecto reflete lacunas das atenções da história oral brasileira que não enfrentou ainda os dilemas de sua vocação.

A marca urbana da história oral brasileira ainda está muito presente, havendo carência de estudos de setores rurais. De qualquer forma, alguns movimentos têm chamado atenção pelo impacto na sociedade em geral. Principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem motivado investidas da história oral.

Nesta fase de afirmação, a história oral brasileira se apresentou como avenida aberta à formulação de microestudos e isto, seguramente, lhe valeu a condição de prestígio desejada. Como alternativa privilegiada para se verticalizar os resultados de experiências, a história oral apresentou-se como

avesso desejável da marca mais evidente da historiografia "tradicional" brasileira, que sempre partiu do geral, amplo, nacional, sem nunca ter chegado ao mínimo, ao específico, ao local.

Entre os dilemas proporcionados pela inscrição da história oral no contexto intelectual brasileiro, talvez o mais importante seja o tributo pago ao tratamento documental. Quase sempre vista como "mais um documento" ou "outra forma de fonte", a história oral brasileira teve que se render a uma objetividade que muitas vezes se compromete com as soluções equiparáveis aos mesmos critérios analíticos que as demais bases de instruções ou fontes documentais. Nesse sentido, os esforços mais progressistas consistem em promover a história oral "pura", ou seja, a que propõe diálogo com outras fontes orais e menos com a história oral "híbrida", ou ainda aquela que cruza documentos variados.

Desde a fundação da Associação Brasileira de História Oral, um crescente número de congressos regionais e nacionais tem se somado à grande participação de brasileiros nos encontros internacionais. O reconhecimento do impacto da história oral brasileira motivou a escolha do Brasil como sede do X Congresso Internacional, realizado no Rio de Janeiro em 1998.

Atualmente a Associação Brasileira de História Oral possui uma revista semestral e alimenta a produção de reflexões brasileiras sobre temas relevantes para aquela sociedade. Procurando um diálogo mais conseqüente com a nova geração, na USP, no Departamento de História, despontou um grupo que promove pesquisas costurando trabalhos de alunos de graduação, pós-graduação e acadêmicos. O NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral) possui uma revista que se propõe a dar alcance às questões mais complexas da história oral.

3) *propostas e desafios atuais*

Uma pergunta essencial para o enquadramento da história oral brasileira no conjunto geral desta área, inclusive em nível internacional, diz respeito ao seu papel. Em primeiro lugar, dada a originalidade de seu caráter e a oportunidade de seu surgimento, cabe questionar sua vinculação, quase que exclusiva, com as universidades. Seria esta tendência apenas elitista ou negativa? Qualquer resposta mais profunda a esta questão implicaria o entendimento da universidade na cultura brasileira como um todo.

Tendo o processo de implantação das universidades no Brasil ocorrido tardiamente e sua principal entidade, a Universidade de São Paulo, surgido somente em 1934, elas têm se apresentado como uma espécie de intérprete oficial da sociedade. Assim, são modelos e capitalizam a atenção e o respeito

geral. Não é pois sem sentido que, em termos de história oral, são as escolas e os laboratórios diretamente vinculados às universidades que se apresentam como geradores de pesquisas. Por outro lado, a presença da história oral no circuito acadêmico tem provocado o diálogo desta solução com os museus, grupos de trabalhos autônomos e sociedades históricas locais. Sob a organização da ABHO, os diferentes ramos da mesma árvore se arrumam de maneira orgânica, tentando evitar que uma tendência infelizmente existente floresça: a comercialização da história oral. Nesse sentido, a ABHO cumpre o papel de articuladora de várias manifestações, e, através das universidades, vários debates teóricos são filtrados e divulgados. Na mesma medida, promovem-se congressos, encontros e divulgação de informações.

Outra questão importante é o uso instrumental da história oral brasileira. Seria ela uma forma de conhecimento ou estaria sendo objeto de formulação de políticas? Nesta linha, seria uma ferramenta, uma técnica, metodologia ou disciplina? O debate em torno desta questão é relevante pois, paradoxalmente, extrai o tema do círculo acadêmico, promovendo-o em diferentes níveis. Como extensão desta prática, a história oral brasileira, principalmente quando assume sua função de reveladora de microhistórias e de foco de situações específicas, mostra o potencial crítico da história oral como alternativa que dá voz aos grupos de uma forma ou de outra silenciados. Mais, contando com a autoridade da academia como promotora de estudos, a universidade permite veicular os resultados de investidas, inclusive de trabalhos não feitos sob a proteção da academia. Dando abrigo aos diversos projetos de história oral, contudo, a universidade também tem se transformado. Diminuindo a distância entre o público em geral e os meios promotores de política, a presença da história oral brasileira na universidade faz com que este tipo de saber seja qualificado de maneira diferente. Superando o momento em que se supunha a história oral como um *locus* multidisciplinar, entende-se que a história oral brasileira passa a formular conceitos próprios e – porque nasceu cronologicamente atrasada e distante dos centros hegemônicos que a promoveram –, ousa se apresentar como proponente da história oral como uma nova disciplina. Logicamente esta idéia é polêmica e tem muitos oponentes, inclusive no Brasil.

O aprofundamento deste debate, contudo, convida à consideração das principais frentes de trabalhos da história oral brasileira. Alguns estudos de ponta mostram que pesquisas feitas com crianças, analfabetos, pessoas comuns, presos políticos, militares de esquerda, doentes se apresentam como assuntos mais freqüentados pelos historiadores orais brasileiros. Sem dúvida, uma rápida observação sobre a temática aludida revela o compromisso político da história oral como forma de operação, que coloca inclusive a universidade a serviço militante da sociedade. Ao mesmo tempo, inverte o

entendimento da história como uma disciplina distante. A simples anexação do adjetivo "oral" a esse sujeito (história do Brasil) faz com que se assuma a história oral brasileira como um contraponto às demais feitas em outros lugares, onde a naturalidade de seu surgimento e a aceitação coletiva não a convoquem a diferenciações disciplinares. A existência de uma cultura popular e de grupos sociais específicos leva à conclusão de que a história oral brasileira nasceu no momento da redemocratização, com o destino de ser uma voz diferente.

DESAFIOS DA HISTÓRIA ORAL LATINO-AMERICANA*

Dora Schwarzstein

A história oral teve um desenvolvimento significativo na América Latina. Porém, neste contexto, como em tantos outros, sabe-se que é difícil, quando não impossível, pensar a América Latina como uma região. Para a história oral trata-se de um continente com realidades muito díspares: enquanto em alguns países latino-americanos há importantes progressos e em outros vêem-se esforços significativos, há situações em que apenas se esboçam as primeiras experiências. A permanente instabilidade política que caracterizou muitos de nossos países até meados da década de 80 e a conseqüente debilidade das instituições acadêmicas e universitárias geraram descontinuidades e dificuldades na consolidação de espaços de reflexão e produção no conjunto das disciplinas científicas.

Gostaria de enfatizar a importância da realização da X Conferência Internacional de História Oral na América Latina. Não é apenas o reconhecimento de que existimos, mas de que participamos ativamente com nossos temas e estilos do movimento internacional de história oral. Por outro lado, não é por acaso que o país latino-americano eleito como sede seja o Brasil, como tampouco que o México tenha se oferecido para sediar a próxima conferência internacional. Ambos, com suas diferenças e especificidades, há muito vêm sendo pioneiros no desenvolvimento de projetos de história oral. São projetos que perduraram no tempo e que encontram estes dois países na plena maturidade de seus trabalhos, de suas instituições universitárias e não-universitárias, como esta fantástica Fundação Getúlio Vargas que nos acolhe nestes dias.

---

* Tradução de Paulo Martins Garchet

Quero, contudo, mencionar outras realidades diversas. Meu país, a Argentina, por exemplo, amplamente representado nesta conferência, encontra-se em outra etapa.

Apesar da existência de um conjunto significativo de professores universitários interessados na prática da história oral, e que realizam suas pesquisas utilizando prioritariamente esta metodologia, há sérios problemas para a integração da história oral nos meios acadêmicos universitários. Isto levou a uma certa oposição entre a prática da história oral e os meios universitários, confirmando tendências ocorridas em outros lugares do mundo, onde as experiências de produção e uso de testemunhos orais foram realizadas, em grande parte, fora das universidades. Isto produziu, de um lado, problemas com alguns membros da profissão, resistentes à incorporação da história oral em seu universo. De outro, um difícil diálogo com os "militantes" da história oral que rechaçam os procedimentos científicos como uma espécie de traição à voz dos "verdadeiros protagonistas" da história. É evidente que estas divergências são obstáculos que devemos superar.

As universidades públicas, que se deterioraram durante o período das ditaduras, foram paralisadas como resultado do arrocho orçamentário. É importante mencionar a inexistência de bibliotecas e a dificuldade para se ter acesso à bibliografia geral e específica. Não há, na Argentina, nenhuma biblioteca pública que tenha a coleção completa de *Historia, Antopología y Fuentes Orales*, para não falarmos de revistas inglesas e norte-americanas.

Existe uma quantidade de instituições que realizam denodadamente programas de recuperação da memória em condições de grande aperto orçamentário e sem contar com apoio suficiente. Só nos últimos anos houve um certo interesse pelo desenvolvimento de museus de temática histórica, e a incorporação neles de testemunhos orais está em estado germinal.

Enfrentamos, simultaneamente, grandes dificuldades em responder a um dos desafios mais importantes que Philippe Joutard colocou: a utilização da tecnologia. A Argentina tem uma taxa baixíssima de novos usuários da Internet. É evidente que os recursos de informática trazem problemas mais graves quando a falta de recursos é aguda.

Como na Argentina, outros países da região mostram realidades muito diversas e mutantes. Tal é o caso de Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, Costa Rica, Guatemala, Venezuela, Cuba. Apesar dos esforços institucionais e pessoais, não temos instituições no estilo do CPDOC brasileiro, ou do Instituto Mora, do México.

Na Argentina e no Uruguai, ao contrário, os centros acadêmicos independentes, verdadeiras ilhas durante os anos das ditaduras militares, passaram por crises profundas e foram desaparecendo.

Para terminar este ponto, gostaria de reiterar a impossibilidade de se falar de América Latina como região e recuperar a idéia de realidades e desenvolvimentos diferentes e, portanto, de distintos desafios, para compreendermos as encruzilhadas teóricas e metodológicas que a prática da história oral hoje enfrenta em nossos países.

Na sessão inaugural desta X Conferência, Mercedes Vilanova falava da necessidade de deixarmos de ser provincianos. O que significa esta exigência para a América Latina?

Creio que devemos aproveitar oportunidades como esta conferência sem complexos ou sentimentos de inferioridade. Pelo contrário, devemos afirmar-nos nas originalidades nacionais, como assinalou Roberto DaMatta em nossa sessão de abertura, para marcarmos com força aquilo que nos interessa investigar.

Creio que esta é a resposta à pergunta de nosso colega brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy acerca de nossas responsabilidades e compromissos específicos com nossos meios sociais. Porém, simultaneamente, graças ao diálogo global, não provinciano, e pelo que temos lutado e que conseguimos aqui no Rio de Janeiro, não vejo motivo pelo qual devemos renunciar a qualquer aporte teórico ou historiográfico. Não devemos renunciar nem a Max Weber nem a Marx nem a Sandro Portelli nem aos *Estudios Subalternos de la India*.[1] Tampouco a José Luis Romero, Roger Chartier ou Boris Fausto.

Servirão para "nós" os mesmos modelos europeus e norte-americanos? Teríamos que produzir nossos próprios critérios analíticos? Pergunta-nos nosso colega brasileiro.

Tudo dependerá das prioridades temáticas que seguramente não se definirão no estreito marco da história oral, mas no da historiografia mais geral. A resposta será definir os temas atendendo não apenas a questões específicas da história oral, mas às grandes encruzilhadas da história. Quer dizer, respondendo a uma época de fim de século, onde parece haver tanta distância entre a paixão memorialística e as dúvidas da história profissional que tornam tão difícil responder aos desafios levantados por Antonio Montenegro.

---

[1] O grupo foi criado no final dos anos 70 na Inglaterra e pouco depois começou a editar em Deli uma publicação periódica chamada *Subaltern Studies. Writings on South Asian History and Society*. Sua sede foi transferida para a Índia.

No Brasil, como em outros países da América Latina, há setores interessados em promover o esquecimento. Outros propõem o memorialismo, com que não podemos nos identificar porque, como dizia Joutard, "somos historiadores e não memorialistas". Em outras palavras, recuperar a memória é importante, mas não é suficiente.

Como, então, desenvolver a consciência histórica de modo crítico e criativo? Devemos enfrentar o desafio de desarticular as lógicas de dominação e restituir aos grupos, às classes subalternas, sua condição de sujeitos plurais que habitam de pleno direito a história de nossos países. Mas isto implica reconhecer que muitos destes sujeitos não têm acesso a suas próprias representações e que suas experiências, suas vozes não podem ser ouvidas simplesmente como tal. Porque, como diz Homi Bhabba, não se trata de vozes inocentes, estão mediadas pelo diálogo que têm com o entrevistador através de suas próprias ideologias. Portanto, são sempre vozes construídas, vozes produzidas.[2] Escutar as vozes nessa perspectiva nos permitirá questionar o que entendemos por nação, por cultura, indagar sobre a cidadania e a comunidade.

Creio que um tema com que devemos nos preocupar é, indubitavelmente, o da dominação. Não me refiro à dominação por "eles" (os marcos teóricos europeus e norte-americanos), mas ao fenômeno mais geral que se vincula à produção documental das elites coloniais, como também à das elites nativas que se reconstituíram no poder para apresentar a missão civilizadora da Europa em outro cenário.[3] O que deve inquietar-nos – e aqui nossas ferramentas teóricas devem ser muito sofisticadas – é o fato de que os testemunhos dos dominados são produzidos dentro de campos bem definidos de poder. A alternativa, então, não está em uma mera busca de novas fontes para uma nova história, tampouco na elaboração de marcos teóricos necessariamente distintos e "nacionais"; o importante é tratar de entender como o testemunho se constrói e se constitui, e como funciona a matéria-prima com que devemos trabalhar.

Neste contexto, creio que, não há problema em produzirmos nossos próprios textos teóricos. Ninguém nos impede, desde que isto não signifique renunciar a nada. Se nosso objetivo é a historicização da memória, a melhor homenagem à memória do mundo dos vencidos é escrever e tornar sua histó-

---

[2] *Between Identities*, Homi Bhabba entrevistado por Paul Thompson. In: *Migration and Identity. International Yearbook of Oral History and Life Stories*. Oxford University Press, v. III, 1994, p. 183-199. Também Homi Bhabba. *The location of culture*, Routledge, 1994.

[3] Cf. Shahid Amin. *Event, Metaphor, Memory, Carl Chaura 1922 - 1992*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1995.

ria inteligível, o que só lograremos através de procedimentos rigorosos, no momento da entrevista e em sua posterior interpretação. Contudo, a análise em profundidade e a interpretação complexa dos testemunhos recolhidos são tarefas complicadas, e é neste ponto que o debate com colegas de todas as latitudes e de diversas disciplinas torna-se imprescindível.

Finalmente, creio que não existe uma única voz; existem muitas vozes latino-americanas da história e da história oral e essas vozes são nossos temas, nossas perguntas, nossos atores, nossas culturas, nossas identidades e, creio ainda, estamos comprometidos com o desafio de encontrar novos modos de enfocar o passado para recuperar seus múltiplos significados e, assim, participar ativamente no processo social da construção da memória.

NÓS E O ESPELHO

Janaína Amado

O texto inicial para esta discussão, escrito pelo prof. José Carlos Sebe Bom Meihy, oferece alguns temas importantes para reflexão e debate. Entre esses temas, destaco duas questões, que me parecem especialmente ricas e interessantes:

> Seria a história oral latino-americana apenas eco da história oral primeiro-mundista? Serviriam para ela os mesmos modelos europeus e norte-americanos? Qual a virtude da importação de modelos teóricos para a história oral latino-americana?
>
> A história oral latino-americana teria uma contribuição teórica específica a oferecer? E, em caso positivo, qual seria essa contribuição? Pode-se pensar em "uma voz latino-americana da história oral"?

Para evitar mal-entendidos, esclareço desde logo que não represento, nesta mesa, os historiadores oralistas brasileiros, muito menos os latino-americanos. Represento apenas a mim mesma, trazendo aqui um ponto de vista pessoal sobre as questões propostas.

A questão da identidade latino-americana: um problema com quinhentos anos de idade

Penso que as questões apresentadas chamam atenção para um núcleo de idéias extremamente significativo na América Latina. Essas idéias ultrapassam em muito o âmbito da história oral, pois a questão de um saber colonizado *versus* uma independência de idéias é muito arraigada no continente latino-americano. Respostas a essas perguntas passam, necessariamente, pelas respostas que se poderão dar a questões mais amplas, relativas à discussão da própria identidade latino-americana. Sem querer ser simplista, mas tam-

bém sem tempo nem conhecimentos suficientes para desenvolver em profundidade, aqui, todas as implicações dessa questão da identidade latino-americana, apontarei certas direções de pensamento, com o objetivo de contribuir para o debate. Começarei abordando aspectos da questão mais ampla da identidade latino-americana, passarei em seguida a um tema que vem sendo abordado com insistência neste congresso e, a seguir, transportarei algumas dessas questões para o âmbito específico da história oral na América Latina.

As indagações a respeito da identidade latino-americana são muito antigas na América. Têm cerca de quinhentos anos, pois, desde pouco após a chegada dos europeus à América, os americanos passaram a fazer perguntas angustiadas acerca de si próprios: Quem somos nós? Somos diferentes dos europeus? Devemos integrar-nos a eles? (Mais tarde, essas perguntas passaram a abranger também os norte-americanos.) Devemos impor nossas próprias idéias e valores? Será que temos mesmo idéias próprias, ou somos apenas uma cópia malfeita dos outros?

De maneira geral, podemos dizer que todos os grandes movimentos intelectuais, científicos e artísticos da América Latina ofereceram respostas a essas questões, em geral de uma forma pendular, ora defendendo, às vezes ardorosamente, uma identidade puramente latino-americana – não raro relacionada à figura do indígena, em geral idealizado, como no romantismo –, ora valorizando quase exclusivamente as idéias e costumes europeus e sua adoção pela América, como no caso do arcadismo do século XVIII. Raros, raríssimos foram os períodos em que os latino-americanos estabeleceram relações tranqüilas e maduras com a própria identidade. Ousaria mesmo dizer que uma das características da história intelectual da América Latina tem sido justamente a existência de uma identidade partida, bifurcada, intrinsecamente problemática, porque se encontra em constante tensão entre dois pólos aparentemente opostos. Como se, ao nos olharmos em um espelho, ora víssemos, horrorizados, as imagens dos outros refletidas, ora as nossas próprias imagens, deformadas.

História e identidade

As razões para que assim tenha acontecido são históricas. Não é preciso aprofundar-me nessa questão, pois nós, cientistas sociais, a conhecemos bem.

Foram séculos de colonialismo seguido de subdesenvolvimento, de expropriação de nossas riquezas, de genocídio de nossos índios, de escravização dos africanos trazidos para nosso continente. Foram séculos de condenação de nossa população à miséria, à desigualdade social, à falta de terras onde

trabalhar. Foram séculos de ignorância, de interdição tanto aos saberes eruditos europeus quanto, ao mesmo tempo, aos saberes de nossos índios e de nossos negros. Foram séculos de imposição do cristianismo e de proibição de outras crenças. Certamente não fomos nós, os latino-americanos, que criamos essa situação. Nós fomos e somos, até hoje, as vítimas dela.

Creio que séculos demais vividos nesse tipo de relação histórica aprofundaram em nós, latino-americanos, um persistente sentimento de inferioridade, de mal-estar, de deslocamento, como se não soubéssemos quem somos. Como se, em todo esse vastíssimo mundo, não houvesse um único lugar para nós. Olhamo-nos no espelho, repito, e não nos reconhecemos, seja porque nossa imagem surge deformada, seja porque surge como a imagem do outro.

A esse sentimento de inferioridade, a esse mal-estar difícil de carregar no peito, temos reagido conforme as imagens que o espelho nos tem mostrado. Ora tentamos ser o outro. Mas o outro é justamente aquele que não somos e, portanto, esse caminho nos conduz apenas à frustração e à exposição ao desprezo e ao escárnio dos outros reais. Ora tentamos corresponder à nossa própria imagem deformada, aquela que nos isola de todos, forçando uma identidade apenas pelos contrastes, pelo fechamento dentro de nossas próprias fronteiras. Exatamente por estar deformada, esta última imagem conduz-nos somente a deformações, acentuando nosso sentimento de deslocamento no mundo. Desse forte sentimento, penso, decorre a importância que tem o tema do exílio em todo nosso pensamento social e em nossas artes: temos sido não apenas, e por tantas vezes, exilados políticos, expulsos de nossos países pelos regimes ditatoriais, mas também, e talvez principalmente, devido ao sentimento de deslocamento no mundo, temos sido exilados de nós mesmos e exilados dentro de nossos próprios países.

Embora aparentemente opostas, ambas as atitudes, em verdade, são faces de uma mesma moeda, lados de um mesmo perfil. Ambas se encontram presas à mesma armadilha da dicotomia. A primeira afirma-a pela semelhança total com o outro, e a segunda, pela negação completa do outro.

Superando a dicotomia

As ocasiões em que mais sucesso tivemos foram e são aquelas em que conseguimos superar essa persistente dicotomia da nossa identidade, essa escolha psicótica entre sermos o outro ou sermos a deformação de nós mesmos. Estivemos bem, nos sentindo confortáveis no mundo e sendo reconhecidos como ocupantes de um lugar específico nele, como possuidores de uma contribuição particular a oferecer todas as vezes em que nos esquece-

mos da obsessão do espelho, para sermos, simplesmente, nós mesmos e, dessa forma, expressarmos, com liberdade, nossas próprias histórias, nossas diferenças internas, nossas maneiras de ser, de sentir, de pensar. Nós somos frutos (a nossa experiência histórica comprova isso) da convivência, nem sempre harmoniosa mas sempre presente, entre vários povos e várias culturas, diferentes valores, aos quais uma dolorosa experiência histórica deu unidade e consistência.

Os melhores exemplos de sucesso na superação da identidade dicotômica e da expressão mais adequada de nossa identidade de latino-americanos, penso, podem ser encontrados entre alguns de nossos artistas. Vêm-me imediatamente à mente os nomes, entre tantos outros, de um Gabriel García Márquez, uma Gabriela Mistral, um Glauber Rocha, um Cabrera Infante, uma Frida Kahlo... Artistas que tão bem souberam encontrar e proclamar, de diferentes modos, nossa identidade específica de latino-americanos, sendo internacionalmente reconhecidos por isso.

Como esses artistas conseguiram isso? Eles o fizeram sem reivindicar *a priori* qualquer suposta identidade latino-americana. Fizeram-no simplesmente por meio de sua arte maior, utilizaram-se de suas exímias habilidades para expressar as próprias vivências e sentimentos, estes, sim, natural e essencialmente latino-americanos.

Identidade e mestiçagem

Um conceito, o de mestiçagem, vem sendo muito empregado desde o início deste congresso. Roberto DaMatta, na sessão de abertura, fez dele o centro de suas reflexões, Philippe Joutard e Mercedes Vilanova também a ele se referiram, gerando adendos e debates. Trata-se, sem dúvida, de um conceito-chave quando se pensa a América Latina, profundamente relacionado à nossa identidade. Por isso, quero referir-me a ele, com o objetivo sobretudo de tentar historicizar alguns de seus aspectos, a partir de uma perspectiva latino-americana. Quero com isso tentar apontar alguns fatores, ainda não abordados aqui, que nos fazem, a nós latino-americanos, sentir desconfortáveis frente ao conceito de "mestiçagem".

Como muito bem expressou Alessandro Portelli, a mestiçagem é o resultado de um processo histórico impositivo e desigual, o fruto, muitas vezes, não do amor, da vontade e do entendimento, mas da violência contra as mulheres, contra os negros e contra os pobres. Por si só, essa constatação muitas vezes nos deixa pouco à vontade, pois recordamos a nós mesmos que o preço pago pela nossa mestiçagem tem sido, e continua a ser, muito alto.

Muitas vezes os conceitos de "mestiço" e de "mestiçagem" foram empregados entre nós para apontar não um traço constitutivo de nossa história, de nossos povos, de nossas culturas, mas, ao contrário, de forma ideológica, um traço profundamente negativo, espécie de "pecado original" que nos vedaria, para todo o sempre, o acesso à civilização, à cultura e ao progresso. Vários de nossos intelectuais, com base em teorias européias, construíram suas idéias a partir dessa perspectiva, a qual se espalhou pela sociedade, aprofundando em todos nós um forte sentimento de inferioridade e, entre aqueles poucos que podiam aspirar a serem incluídos na categoria de "brancos", o horror pelo restante de sua gente mestiça e o desenvolvimento das mais cruéis, seletivas e imaginosas estratégias para tentarem se manter nesta categoria.

Às vezes, conseguimos representar a mestiçagem como um atributo positivo, como um jeito de ser que nos identifica, e como uma conquista de nossos povos. Entretanto, nessa perspectiva a mestiçagem em geral apresentou-se como um dado pronto, acabado, e, sobretudo, como uma solução para os nossos problemas. Em outras palavras, seria como se disséssemos: por sermos mestiços, não temos preconceito racial; por sermos mestiços, aceitamos e praticamos a igualdade social; a mestiçagem resolve todas as nossas diferenças. Nessa perspectiva, a mestiçagem, portanto, serviu como uma espessa capa a encobrir nossos graves problemas sociais e nossos preconceitos raciais. Até hoje os países latino-americanos mantêm seus negros e mestiços em uma situação inferior: são eles os mais pobres, os que menos acesso têm à educação e à saúde, os que menores oportunidades conhecem de ascensão social e, sobretudo, os que mais sofrem as conseqüências dos profundos preconceitos sociais, econômicos e étnicos.

Talvez por isso, porque a mestiçagem, tal como a nossa identidade, tenha sido encarada entre nós de forma tão polarizada – seja como uma chaga, seja como a maquiagem de uma sociedade problemática que não quer enxergar seus próprios problemas –, tantos de nós, latino-americanos, nos sintamos tão mal em relação a ela. Trata-se de um desconforto que tem se manifestado aqui, neste congresso, desde quando o assunto foi posto sobre a mesa pela nossa presidente, Mercedes Vilanova, e depois retomado por Roberto DaMatta e Philippe Joutard, e que surge sempre que o tema vem à baila.

Mas há uma terceira forma, uma terceira via, para compreendermos a nossa mestiçagem e com ela convivermos. É para esta via, penso, que apontaram as palavras de Mercedes, DaMatta e Joutard – e aqui chamo atenção para a riqueza desse diálogo internacional, desse cruzamento de múltiplas perspectivas no debate de idéias. Mercedes e Joutard apresentaram suas intervenções informados por uma perspectiva européia, diversa da nossa, a

perspectiva angustiante de uma Europa fraturada, de um lado, por guerras étnicas e religiosas internas e, de outro, pelo rápido crescimento da intolerância frente aos mestiços e aos imigrantes. Ambos opõem-se a essas tendências que assolam a Europa, e vêem na experiência mestiça da América Latina uma possibilidade de superação desses problemas, uma possibilidade de diálogo entre povos, etnias, culturas e religiões diversas.

Qual seria a terceira via de entendimento da mestiçagem latino-americana? Como no caso da nossa identidade, penso que é a da superação da dicotomia, da superação da visão da mestiçagem como um pecado original ou como uma solução mágica dos problemas, dicotomia que é exatamente a mesma expressa pelo espelho. Nesta terceira via, trata-se de compreender a mestiçagem, por um lado, como um dado histórico, como um fato, e, por outro, também como um desafio, um processo ainda em construção. As perguntas que passaríamos a nos fazer seriam do tipo: como transformar nossa mistura racial em efetiva igualdade sócio-econômica e étnica, igualdade de oportunidades? Como respeitar as diferenças, a todos garantindo iguais direitos? Esses são alguns dos imensos desafios de nossa sociedade miscigenada. Se enfrentados, poderão conduzir-nos ao diálogo, à tolerância, ao respeito mútuo, como desejamos todos nós, latino-americanos ou não. Para isso, será preciso ainda muito esforço, determinação e luta, nas várias frentes, em cada minuto do dia. Da parte de todos nós, cidadãos, e de todos nós, historiadores oralistas.

História oral na América Latina: trajetórias e projeto

Voltarei os olhos, a partir de agora, especificamente para a história oral. A história oral latino-americana, nos últimos anos, tem se destacado pela extensão, qualidade e originalidade de sua produção. Não é um acaso o fato de este congresso internacional estar se realizando no Rio de Janeiro, mas uma expressão da importância que a história oral latino-americana vem adquirindo ultimamente, e do reconhecimento internacional a esse fato.

Nas últimas décadas, a história oral na América Latina conheceu um crescimento vertiginoso, aparentemente maior até do que o enorme desenvolvimento registrado na maioria das outras regiões. Numerosos livros têm sido lançados na área, com sucesso. A história oral conquistou não só um espaço acadêmico, em universidades, arquivos e instituições de pesquisa, como também começa a se firmar como um espaço popular, por meio de uma série de iniciativas de associações de bairro, de movimentos sociais, de setores sociais (imigrantes, mulheres, operários etc.), que têm organizado programas de história oral para recuperar suas próprias trajetórias sociais. No

Brasil, criou-se em 1994 a Associação Brasileira de História Oral, que tem sido muito ativa, com a publicação de um boletim e, recentemente, também de uma revista, e a organização periódica de encontros regionais e nacionais. Do mesmo modo, outros países latino-americanos fundaram também suas associações, mantendo uma grande produção de pesquisas na área.

Temos, portanto, nós, latino-americanos, conseguido nos expressar por meio de nossa história oral e obter para ela reconhecimento internacional, graças ao trabalho e à qualidade da nossa produção. Nessa trajetória, não nos preocupamos em saber se somos ou não latino-americanos ou se a nossa história oral expressa ou não a identidade latino-americana. Temos, simplesmente, nos dedicado ao nosso trabalho, organizando-nos em função das questões e dos problemas comuns de pesquisa que temos urgência em discutir e resolver.

Qual tem sido a característica mais importante da produção latino-americana em história oral? Ao meu ver, justamente a variedade, a capacidade de abranger várias temáticas, direções e tendências teóricas. Temos tido uma importante produção a respeito dos despossuídos, de nossos camponeses e operários, das nossas mulheres, dos marginalizados sociais, assim como dos movimentos sociais que eles têm promovido. Ao mesmo tempo, já temos também uma sólida tradição em entrevistar nossas elites, inclusive as militares, e um grande acervo de fontes orais a respeito delas. Temos trabalhado nas universidades e fora delas. Temos quem considere a história oral uma técnica, quem a compreenda como uma metodologia, quem a tome por uma disciplina. Temos os interessados apenas nas informações que as entrevistas revelam, temos os interessados nas suas representações, no campo do simbólico, temos os interessados em ambas as dimensões... O "inventário das diferenças", como já o denominou Marieta de Moraes Ferreira, seria quase inesgotável.

Parece-me claro que o conjunto dessa produção tão variada tem trazido contribuições inegáveis, reconhecidas como tal, ao campo da história oral. Citaria, como exemplos, as novas temáticas reveladas pela história oral latino-americana, como a história indígena ou o tratamento sistemático dos marginalizados sociais. O pioneirismo do vínculo entre história oral e imagem, hoje tão promissora. E o caráter basicamente interdisciplinar da experiência latino-americana, revelado não só na formação de equipes de pesquisa multidisciplinares, mas também no recente crescimento da história oral entre profissionais que não são historiadores, mas que utilizam a história oral em suas investigações, especialmente os profissionais da área da saúde.

Não haveria então problemas na história oral latino-americana, hoje? Claro que sim! Para ater-me apenas a alguns deles, eu lembraria as expressões de uma mentalidade colonizada, que ou busca seus modelos teóricos exclusivamente na produção européia e norte-americana ("o outro" do espelho, tendência forte e difícil de superar), ou se fecha à importante contribuição teórica dos intelectuais daquelas regiões, demonstrando profunda ignorância e desinformação (o "eu deformado" do espelho), que em muito prejudicam o trabalho. Lembraria a pobreza, responsável pela falta de bibliotecas, pelo insuficiente número e pela deficiente qualidade dos equipamentos, pela dificuldade em fazer circular nossa produção. E, por fim, lembraria o diálogo ainda insuficiente – especialmente por parte dos brasileiros – entre os historiadores orais latino-americanos. Há muito a melhorar, a aperfeiçoar, na história oral latino-americana. A estrada apenas se inicia.

O caminho para tais melhorias, penso, é o do trabalho redobrado e da busca incessante por cada vez maior qualidade em nossa produção. E qualidade, em história oral como nas outras metodologias históricas, é sinônimo de dominar o próprio ofício, de conhecer-lhe os fundamentos, as técnicas, as metodologias, as teorias, as bibliografias, as questões que o informam, mantendo-se atualizado em relação às novas tendências que surgem a seu respeito.

Para terminar, portanto, respondo às importantes questões propostas. Se nós, historiadores orais latino-americanos, prosseguirmos nessa que tem sido a nossa marca distintiva até agora – a busca incessante da qualidade em nossos variados trabalhos –, conseguiremos, como uma conseqüência natural desse trabalho de bom nível, exercido em terras, com gente e com temas da América Latina, expressar, exatamente como temos feito até agora, a nossa própria identidade de latino-americanos. Continuaremos, assim, a fazer ouvir nossas vozes plurais. Basta isso. Esse é o caminho que tem dado certo. O outro caminho – o que nunca deu nem nunca dará certo – é o da obsessão pela definição forçada de uma identidade latino-americana, aquele caminho do espelho, onde, devido ao nosso olhar míope, nunca seremos capazes de enxergar refletida nossa verdadeira e bela imagem.

BALANÇO E NOVOS DESAFIOS

Eugenia Meyer

Agradeço aos colegas brasileiros o convite para participar do encerramento desta esplêndida e impecável conferência, que me permite um reencontro com meu passado, com minha memória, aqui, na Fundação Getulio Vargas e em seu CPDOC, e me permite contradizer a letra daquele tango que afirmava que "vinte anos não eram nada". Falso: são muitos, e muitos; e fazem parte de uma experiência rica, profunda e emocionante a que dou imenso valor.

Sim, estas duas décadas transcorridas desde que um entusiasmado grupo de pesquisadores do CPDOC pediu-nos, a mim e a dois historiadores dos Estados Unidos, que apresentássemos um primeiro seminário sobre a metodologia da história oral a especialistas da América Latina têm enorme significado. Afortunadamente, esta reunião, a presença múltipla e plural de todos vós, de tantas partes do mundo, atestam a maioridade da história oral em nosso continente. Já lá se vão os anos em que tínhamos de reclamar atenção para sermos considerados no complexo e fechado mundo acadêmico.

Os desafios para o século XXI, parece-me, só podem partir de uma balanço real e objetivo do que temos sido e feito, tanto como protagonistas quanto como historiadores. As novas metodologias e teorias aplicadas ao trabalho histórico – na história econômica, política ou social; na das mentalidades, dos sem história, dos operários, dos camponeses, das classes subalternas, dos biografados no poder; dos assuntos de gênero; ou dos *ismos* que nos enquadraram, fossem eles cientificismo, positivismo, marxismo, estruturalismo etc. – nos levam a pensar, no fim do século e do milênio, em uma tarefa obrigatória e permanente: revisar a história, aspirando a uma história total, integral, plena, inclusiva, que reconheça, em conseqüência, a história oral como um método de investigação, ferramenta que se integra em

outras formas de recursos heurísticos para construir permanentemente a história.

É por isso que insisto em negar a categoria excludente de "historiadores orais": no final das contas, a questão é que ou se é ou não historiador. O que talvez nos diferencie é a responsabilidade complementar quanto à reserva, à ética, à preservação de testemunhos, à proteção dos informantes e ao compromisso de buscar maneiras de devolver-lhes sua história.

Se o século XX é o das grandes inovações e das grandes destruições, é, também, o dos grandes desencontros e é, por excelência, o século das comunicações e da velocidade em comunicar, desinformar, negar, destruir, viver e matar.

Se a Europa está marcada, nestes cem anos, por duas guerras mundiais, pelas balcanizações e pela redefinição continental, a América Latina está assinalada pela violência, pela pobreza, pela marginalização, pelas ditaduras e pela repressão, como também a aceitação de que este século é o do fim das utopias.

Desde a revolução mexicana – a primeira grande revolução social do século XX – até a revolução cubana, passando pela experiência singular dos múltiplos "68", das ditaduras militares, das guerras sujas do Sul do continente, até o esforço para estabelecer, ou restabelecer, as democracias, descobrimos que tudo pertence a um passado longínquo, de imitação de modelos ou de exaltação de paradigmas distantes e alheios.

Por fim, é preciso reconhecer a necessidade de seguirmos nossos próprios caminhos, com nossos próprios meios; busquemos a originalidade, a autenticidade; deixemos para trás os rastros da imitação, da cópia, ou do plano de um colonialismo cultural desgastado e obsoleto; chega de insistir na reprodução de modelos. Demos crédito a nossa(s) própria(s) originalidade(s); originalidades surgidas de uma permanente miscigenação cultural.

Nossos povos – por que duvidá-lo? – são produto de múltiplas mestiçagens, étnicas e culturais, que nos tornam profundamente zelosos de nossas identidades e de nossas nacionalidades.

Deixamos de nos valer de parâmetros estrangeiros e, em conseqüência, estamos na busca permanente e no reencontro com o que é nosso. Paradoxalmente, nossa pluralidade cultural não se expressou plenamente aqui, neste foro; é notável, nesse sentido, a ausência entre nós de cubanos, porto-riquenhos, costarriquenses, chilenos, peruanos e tantos outros latino-americanos que desenvolveram um significativo trabalho de história oral nesta última década.

Tivemos, neste continente, tantos projetos como pesquisadores interessados e comprometidos que se lançaram à aventura de recuperar a memória e desafiar as formas tradicionais da pesquisa social.

Não resta dúvida de que a responsabilidade dos historiadores latino-americanos, devido às peculiaridades de nosso mundo, está na recuperação da história não-oficial, da história que foi oculta ou silenciada, aquela que vem contradizer os discursos esgotados de ditadores e governantes circunstanciais ou espúrios.

É nossa responsabilidade socializar as fontes e continuar os combates pela história, impedindo que triunfe o esquecimento oficializado, tão conveniente para muitos governos – por exemplo, o do México em 68, o do Chile de Pinochet, ou o de Videla, na Argentina.

Os silêncios, os esquecimentos, a obstinação em negar a história – ou em descobri-la –, os desaparecidos, as negações, as vozes, os gestos e imagens que têm personalidade e força próprias constituem um acervo valioso para se escrever a história do século XX a partir do presente.

Este é nosso desafio, mas também nosso compromisso. Há que integrar os velhos e os novos tempos e encontrar uma lógica seqüencial. Se a todos nós preocupam os mecanismos de que se valem as classes no poder para imprimir um selo à história, isto nos insere na construção permanente de uma história clandestina e rebelde, um quilombo da história; uma história, enfim, de denúncia e inconformismo.

Mas é, também, a história que busca legitimar outras formas de revisar o passado, de entender, de propor e propiciar as mudanças. Poderemos, assim, passar às novas gerações uma pauta plural e imaginativa, legar-lhes um verdadeiro arsenal para as novas batalhas, para os combates permanentes.

Para estarmos melhor armados para estas batalhas e combates, devemos insistir na necessidade da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade. Nós, os historiadores, nos vemos na premente necessidade de pedir recursos emprestados à psicologia, à antropologia, à etnologia, à sociologia, à geografia, à demografia etc., para compreender os relatos e interpretar os silêncios, os esquecimentos, as intenções, as tergiversações.

Teremos de trabalhar de braços dados com outros cientistas sociais, para desconstruir a memória, de uns e de outros – de todos – e construir a história, porque, contas feitas, nos recusamos a aceitar que nos rotulem de memorialistas ou colecionadores de lembranças. Resta, pois, como compromisso permanente, preservar as fontes, proteger testemunhos e assumir o desafio e o privilégio de sermos, alternadamente, protagonistas, testemunhas, críticos e historiadores de nosso tempo.

4

Traumas na Alemanha

INTRODUÇÃO AO PAINEL "TRAUMAS NA ALEMANHA"*

Alexander von Plato

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a catastrófica política da Alemanha de Hitler foi derrotada, com conseqüências dificilmente imaginadas. Em todo o mundo, de acordo com as estatísticas conhecidas, morreram 55 milhões de pessoas, especialmente nos países da Europa Oriental, como a Polônia e a União Soviética.

Sem considerar números da China, mais de 21 milhões de soldados morreram ou desapareceram, principalmente na União Soviética (cerca de 13 milhões), Alemanha (3,76 milhões), Japão (1,2 milhão), Grã-Bretanha (440 mil), Iugoslávia (410 mil) e na França, Itália e Polônia (mais de trezentos mil em cada país).

O número estimado de civis mortos em extermínio, lutas, assassinatos, guerra de guerrilha da resistência etc. atinge entre 25 e trinta milhões, dos quais perto de 15 milhões na Europa, sem considerar os cerca de nove milhões que foram assassinados em prisões e campos de concentração nazistas. Desses nove milhões, aproximadamente seis milhões eram judeus europeus.

Desde o início, o extermínio de judeus, ciganos e outros não apenas pelas SS, mas pelo Wehrmacht, foi um dos elementos da conquista do Leste Europeu pelos alemães.

Na própria Alemanha morreram cerca de 36 milhões de civis, entre os quais dois milhões de expedidos do Leste,[1] mais de meio milhão de vítimas

* Tradução de Lucia Hippolito.

[1] Estes números têm sido contestados por novos estudos tchecos, por exemplo, Jan Kren. Tschechisch-deutsche Beziehungen in der Geschichte. Von Böhmen aus betrachtet, In: *Aus Politik und Zeitgeschichte*. Beilage zur Wochenzeitung *Das Parlament* B 28/96, Juli 1996. S 21 27.

de bombardeios, pelo menos sete milhões de soldados enviados para prisões de guerra, cerca de 15 milhões de evacuados, em geral mulheres e crianças. Dois milhões foram feridos. Pelo menos 2/3 das pessoas não estavam na sua terra. Em 1945 cerca de dez milhões de refugiados políticos, sobretudo trabalhadores forçados, tiveram que ser transportados de volta da Alemanha para seus países de origem. Aproximadamente 14 milhões de alemães fugidos do Exército Vermelho foram expulsos e tiveram que se estabelecer nas quatro zonas de ocupação, nas quais a Alemanha foi dividida. Tiveram que viver sob condições desastrosas. Parece-me que estas circunstâncias não oferecem a melhor base para se lidar com os crimes nazistas.

Todos esses alemães, muito diferentes entre si, velhos habitantes e refugiados, ex-soldados e mulheres evacuadas, grande número de antigos nazistas – a sexta parte da população adulta foi organizada no campo nazista –, os chamados *Mitläufer* (seguidores) e o pequeno número de oponentes e sobreviventes tiveram que viver juntos depois da guerra. Especialmente os sobreviventes dos campos de concentração nazistas tiveram que decidir se queriam permanecer na Alemanha. Nesse caso, ficaram em seu país natal e tiveram que viver com seus traumas, tiveram que enfrentá-los e enfrentar também a agressiva ignorância de muitas pessoas à sua volta que não queriam saber de nada sobre suas terríveis lembranças dos campos de concentração.

Do outro lado, os aliados vencedores aprisionaram um certo número de pessoas em 1945 e 1946, principalmente nacional-socialistas de classes baixa e média, e as enviaram para campos de prisioneiros de guerra: cerca de noventa mil na Zona Britânica, cem mil na Zona Americana e mais de 150 mil na Zona Soviética. Algumas vezes, antigos campos de concentração foram utilizados como campos de prisioneiros de guerra: Neuengamme e Dachau, nas Zonas Ocidentais de Ocupação; Buchenwald, Sachsenhausen e Jamlitz, na Zona Soviética.

Todos nós – Mark Roseman, Anne Kaminsky, Friedhelm Boll e eu – temos trabalhado com o nacional-socialismo e o pós-guerra na Alemanha e gostaríamos de apresentar-lhes algumas questões:

- Como o governo e a população da Alemanha Oriental e Ocidental lidam com as vítimas do nacional-socialismo? Qual foi a capacidade da população – que enfrentava suas próprias dificuldades, vivendo o luto das mortes em suas famílias – de compreender o trauma das vítimas do nacional-socialismo?

- De que maneira os alemães lidaram com as vítimas da repressão soviética durante diferentes períodos, desde a guerra fria até hoje?

- Como as próprias pessoas traumatizadas viveram com seus traumas, como puderam conviver com os alemães "normais"? De que maneira sua memória foi influenciada pelos traumas e pelas circunstâncias sociais?

Mark Roseman, inglês, especialista em história contemporânea da Alemanha, é conferencista sênior na Universidade de Keele. Trabalha atualmente numa detalhada pesquisa sobre a história de vida de uma mulher judia.

Friedhelm Boll trabalhou, como historiador, na desnazificação e com as vítimas dos campos de concentração nazistas e dos campos soviéticos de prisioneiros de guerra. Ele pertence à equipe da Fundação Friedrich-Ebert em Bonn e leciona em Kassel.

Anne Kaminsky trabalha no Memorial de Sachsenhausen. É especialista em repressão nazista e soviética, além de possuir vasta experiência em história oral.

MEMÓRIA SOBREVIVENTE: VERDADE E INEXATIDÃO NOS DEPOIMENTOS SOBRE O HOLOCAUSTO*

Mark Roseman

Este *paper* nasceu de minha recente experiência escrevendo a biografia de um sobrevivente do Holocausto, Mrs. Marianne Ellenbogen, nascida Strauss.[1] Um dos mais inesperados e chocantes aspectos da pesquisa foi a descoberta de muitas espécies diferentes de registros escritos que poderiam ser justapostos ao depoimento oral de minha biografada. Talvez se possa falar em justaposição de fontes de diferentes tipos de contemporaneidade, uma vez que o que é revelador freqüentemente não é o contraste específico entre o "escrito" e o "falado", mas entre percepções e lembranças já "consolidadas" ou registradas em diferentes pontos de distância dos acontecimentos descritos, isto é, em relatos e cartas "da época", em entrevistas e conversas "de hoje". Em todo caso, quando comparei o que minha entrevistada me contou com o que diziam as fontes contemporâneas, emergiram inúmeras diferenças e discrepâncias relevantes. A tal ponto, que o processo pelo qual o passado de Marianne ganhou forma no presente às vezes parece uma história de detetives (embora angustiante e trágica), à medida que uma cadeia de pistas e testemunhas me conduzia a consecutivas reavaliações de acontecimentos de mais de cinqüenta anos atrás.

As discrepâncias entre registros e depoimentos tomaram inúmeras formas. Muito freqüentemente o depoimento de Marianne ou de outra testemunha mostrava que os registros contemporâneos eram enganadores, ou porque fossem deliberadamente elaborados para enganar – documentos da

* Tradução de Lucia Hippolito.

[1] Esta é a versão modificada de um *paper* originalmente apresentado no X Congresso Internacional de História Oral no Rio de Janeiro, em junho de 1998. Gostaria de agradecer à Fundação Nuffield por financiar minha viagem e parte da pesquisa necessária à elaboração deste *paper*. Agradeço também à Universidade de Keele pelo apoio à pesquisa e a Vivian Ellenbogen por me franquear o acesso aos documentos da família.

Gestapo, por exemplo – ou porque faltou alguma informação ao autor. Algumas vezes as discrepâncias não tinham nada de inexatidão e refletiam apenas as diferentes percepções do observador contemporâneo e do retrospectivo. Mas o foco deste *paper* atinge particularmente uma terceira discrepância, qual seja, onde os registros contemporâneos revelam que as lembranças de Marianne e de outros sobreviventes eram imprecisas e mudaram com o passar do tempo.

Estes tipos de inexatidão me pareceram importantes e reveladores, mas quando recorri à bibliografia, e especificamente a análises recentes de depoimentos de sobreviventes do Holocausto, descobri que outros pesquisadores lhes tinham dado pouca atenção. Na verdade, muitos estudos lançam dúvidas sobre a conveniência de se falar sobre a confiabilidade da memória. Isto é claro e explicitamente defendido por Lawrence Langer, um dos menos pretensiosos e mais impressionantes estudiosos dos depoimentos do Holocausto:

> Permanece uma questão preliminar, que é a confiabilidade da memória na qual esses depoimentos devem apoiar-se para a exatidão e a intensidade de detalhes. Até onde se pode acreditar numa lembrança estimulada para reviver acontecimentos muitas décadas depois do ocorrido? Acho que a própria terminologia é incorreta, pois não há necessidade de reviver aquilo que nunca morreu. Mais ainda, embora lembranças adormecidas possam despertar furiosamente, nada é mais claro nessas narrativas do que o fato de que a lembrança do Holocausto é insone, e seus olhos mentais jamais se fecharam. Além disso, uma vez que depoimentos constituem documentos humanos, muito mais do que históricos, a interação perturbada entre passado e presente atinge uma gravidade que ultrapassa a preocupação com a exatidão. Erros factuais acontecem de tempos em tempos, como acontece com lapsos banais; mas eles parecem triviais quando comparados às complexas falhas de memória que geram as versões do indivíduo, que estaremos estudando neste livro.[2]

Meu objetivo não é criticar o trabalho de Langer. Obviamente existem muitas questões envolvendo memória e identidade que podem ser respondidas sem levar em conta a questão da exatidão dessas lembranças. Mas minha experiência – e este é o ponto central deste *paper* – é a de que a

[2] Langer, L. *Holocaust Testimonies. The Ruins of Memory*, 1991, p. XV. Outros importantes trabalhos sobre depoimentos de sobreviventes incluem Bettelheim, B. *Surviving the Holocaust*, 1986; Caruth, C. (ed.). *Trauma: explorations in memory*, 1995; Hartman, G. R. (ed.). *Holocaust Remembrance. The shapes of memory*, 1994; Jacobson, K. *Embattled selves. An investigation into the Nature of Identity, Through Oral Histories of Holocaust Survivors*, 1994.

"preocupação com a exatidão" que Langer despreza ajuda a compreender aquelas "complexas falhas de memória" que ele procura revelar.

****

Vou apresentar rapidamente Marianne Ellenbogen, cuja biografia representa o ponto de partida para essas observações. Marianne nasceu em 1923, numa próspera família judaica em Essen, na região do Ruhr. Mais velha de dois irmãos, cresceu em Essen. Seus pais eram judeus-alemães extremamente patrióticos – seu pai tinha recebido a Cruz de Ferro durante a Primeira Guerra Mundial – e não tentaram deixar o país, até que era tarde demais; como resultado, toda a família foi apanhada na armadilha da Alemanha nazista. Marianne sobreviveu à guerra e deixou o país apenas em dezembro de 1946, quando foi para a Inglaterra. Viveu os cinqüenta anos seguintes em Liverpool, até sua morte em 1996.

Embora sua vida apresente vários aspectos extraordinários, para nossos propósitos dois deles merecem destaque. O primeiro é que, ao contrário da maioria dos membros de sua família e de muitos de seus amigos mais íntimos, ela nunca esteve num campo: passou toda a guerra vivendo, primeiro, com a família sob a proteção oficial – caso pouco comum – da Abwehr, a organização de contra-inteligência do Wehrmacht;[3] depois de 1943, quando a família foi deportada para Theresienstadt e de lá para Auschwitz, Marianne escapou, ajudada por um grupo de esquerda pouco conhecido chamado de Bund.[4] Passou dois anos em movimento, viajando através da Alemanha, ficando poucos dias de cada vez com diferentes membros desse grupo. Durante esse período viveu com uma energia e uma coragem incríveis, e não com a passividade ou inatividade que se possa associar a alguém que se esconde. Por isso, pode ser que faltem à sua experiência algumas das características que definem o típico sobrevivente do Holocausto. No entanto, afirmo que muitas das experiências traumáticas características – tais como ser identificada, apontada e perseguida pelo Estado, viver em permanente ameaça e ansiedade, passar pela perda e incerteza em relação a entes queridos, ter que lidar com lembranças traumáticas e com a culpa por ter sobrevivido quando tantos não conseguiram – dominaram daí por diante a vida e o depoimento de Marianne de maneira semelhante à de outros sobre-

---

[3] A família estava entre algumas centenas de judeus que receberam proteção da Abwehr.

[4] O nome completo desse grupo baseado em Essen era Bund Gemeinschaft für sozialistisches Leben. Não tem qualquer relação com o conhecido grupo judeu Bund da Polônia.

viventes do Holocausto. Como muitos outros sobreviventes, ela nunca falou sobre suas experiências até bem perto da morte – e, mesmo então, sua extrema relutância em falar só era superada pela convicção de que um registro tinha que ser feito. Tão completo tinha sido seu silêncio até suas conversas comigo, que depois de sua morte descobri que nem mesmo seu filho e seus netos tinham a mais vaga idéia sobre sua vida antes de ir para a Inglaterra.

O segundo aspecto marcante é a extensão das fontes sobreviventes. O ponto de partida para minha pesquisa foi, é claro, o depoimento de Marianne, obtido numa série de entrevistas em 1989 e 1996.[5] Mas complementei com outras fontes orais, inclusive depoimentos pessoais ou de especialistas, através de entrevistas, conversas ao telefone e correspondência com mais de cem pessoas na Inglaterra, Alemanha, Israel, Estados Unidos, Suécia, França e Argentina. As fontes escritas, igualmente numerosas, vieram em diferentes formas.[6] Há documentos oficiais, incluindo os extensos relatórios da Gestapo sobre a família, assim como registros municipais da expropriação de sua propriedade. Os papéis pessoais de Marianne estão entre as fontes mais dramáticas, incluindo dois ricos diários dos tempos da guerra, um deles do seu período na resistência, e muita correspondência, incluindo as cartas trocadas desde 1942 entre ela e o noivo em Izbica. Existe ainda alguma correspondência dos tempos da guerra trocada entre ela e membros do Bund, grupo que a protegeu, além da agenda pessoal de Artur Jacobs, o homem por trás do Bund. Os documentos de indenização são volumosos, fornecendo muitas informações sobre a vida da família antes da guerra. Há também muitas cartas familiares, incluindo cartões enviados à Suécia de Theresienstadt e até mesmo um de Auschwitz-Birkenau.

****

A primeira coisa que emerge da comparação entre as lembranças de Marianne e relatos contemporâneos é que em alguns casos um tipo de polarização aparece

---

[5] Neste trabalho não fornecerei referências detalhadas sobre as entrevistas com Marianne nem sobre os documentos que estavam em sua posse, mas apenas sobre o material pesquisado externamente. Referências completas serão incluídas em minha biografia sobre Marianne, a ser publicada brevemente, e cujo título provisório é *The Past in Hiding*.

[6] Muitas dessas fontes estavam com Marianne. Outras fontes consultadas encontram-se na Alte Synagoge Essen, no Stadtarchiv Essen, no Hauptstaatsarchiv Düsseldorf, no Arquivo Federal Alemão, em Berlim, no Zentrum für Antisemitismusforschung, em Berlim, no Yad Vashem, em Jerusalém, no Leo Baeck Institute, em Nova York, e na Wiener Library, em Londres.

em seu depoimento. De um lado, havia pequenos exageros ou supervalorizações de experiências. Particularmente em relação a algum acontecimento traumático, as circunstâncias que envolviam aquele evento muitas vezes assumiam dimensões maiores na lembrança de Marianne. Períodos de tempo eram duplicados ou triplicados – a duração da prisão de seu pai em Dachau depois da Noite dos Cristais em 1938 transformou-se em dois meses em sua memória, mas na realidade foram três semanas. Da mesma forma, depois de sua fuga em 1943 sua família foi mantida prisioneira em Essen enquanto a Gestapo esperava que ela pudesse voltar. Este período de prisão temporária antes da deportação para Theresienstadt durou na realidade apenas uma semana, enquanto Marianne o relembra como sendo de três semanas. Pude observar, não apenas a partir de seu próprio depoimento, mas do de outras testemunhas judias que consultei, que os homens fardados com uniformes de diferentes proveniências metamorfosearam-se em "homens da SS". Soldados do Exército, funcionários da estrada de ferro, policiais nos trens e outros fundiram-se na típica figura ameaçadora: homens da SS. Mais sutilmente, os relatos de Marianne sobre seus tempos de escola também exageraram retrospectivamente o grau de perseguição. Entretanto, declarações de outras testemunhas são contraditórias. E aqui, quando se trata mais de uma questão de impressões do que de incidentes específicos, é possível que a memória de Marianne reflita com precisão sua própria percepção subjetiva à época.

De outro lado, em outras coisas a memória serviu mais para diminuir ou desconsiderar fatos da época. Por exemplo, relatos orais de Marianne sobre aqueles que a ajudaram, sobretudo os vários membros do Bund, que a abrigaram por algumas semanas (e algumas vezes em mais de uma ocasião), não contêm qualquer pista das tensões e conflitos que estão retratados em seu diário da resistência e na correspondência ali contida. O que emerge do diário é que Marianne lutava continuadamente para esquecer de si própria e pensar nos outros, para superar sua tristeza e dor subjetivas. Ao fazer isso, tornou-se conselheira e confidente de seus hospedeiros – coisa que teve alguns resultados tristes, pois a linda e corajosa moça era tão entusiasmada na ajuda a seus amigos do Bund, com seus variados problemas de relacionamento, que mais de uma vez causou algumas brigas. Na ocasião, também aconteceram disputas de natureza mais filosófica. Mas todas estas questões desapareceram da memória, pelo menos como um desejo de não manchar, de forma nenhuma, a imagem dos que a ajudaram.

****

Mais interessante que esta tendência da memória a polarizar entre o bom e o mau, entretanto, foram os vários pontos em sua narrativa pessoal em que a cadeia de eventos, tal como descrita por ela, não combinava com a descrição dos eventos feita por outras fontes.

Por exemplo, em abril de 1942, enquanto a família de Marianne estava vivendo sob proteção oficial, seu noivo, Ernst Krombach, e seus pais foram designados para deportação para o Leste. Seu destino seria Izbica, pequeno gueto polonês para o qual foram deportados milhares de judeus alemães, austríacos e tchecos, e que funcionava como estação intermediária no caminho para os campos de extermínio.[7] Segundo Marianne, na noite anterior à deportação, os Krombach foram levados ao quartel onde muitos judeus de Essen estavam presos, e no dia seguinte foram para a estação ferroviária. Marianne conta que foi para o quartel com eles e lá passou a noite com Ernst, insistindo com ele para que fugisse. Ela me contou que já sabia que o Bund tinha se oferecido para fornecer ajuda, caso fosse necessário. Acompanhar a família à prisão pareceu um incrível ato de coragem, pois, se fosse apanhada, seria deportada junto com os Krombach. Mas logo em seguida descobri vários documentos que provavam que a última noite dos Krombach foi passada em seu apartamento e que Marianne não tinha passado a noite com eles. De fato, durante aquela noite, Ernst lhe escreveu uma carta de despedida que – sua correspondência deixa claro – ela recebeu um ou dois dias depois. Não resta dúvida, portanto, sobre a localização da família nem sobre a ausência de Marianne.

Depois encontrei nas reminiscências publicadas de outros judeus de Essen um relato de alguém chamado Hanna Aron sobre a deportação de seu namorado, também para Izbica, em junho de 1942.[8] Ela descreve como passou a noite no quartel Steele com seu namorado, na véspera da partida dele. Este relato era substancialmente igual ao que Marianne me fez e, neste caso, não havia evidências que sugerissem que tal fato não tivesse acontecido. Mas não tenho qualquer razão para acreditar que Marianne tivesse lido as reminiscências de Hanna Aron; a coletânea de Essen não estava na sua estante. Entretanto, fiquei sabendo que Hanna Aron e sua mãe tinham chegado a

---

[7] As melhores fontes sobre Izbica em inglês são: Trzcinski, A. *A Guide to Jewish Lublin and Surroundings*, Lublin, Varsóvia: 1991; Arad, Y. *Bezlec, Sobibor, Treblinka. The Operation of Reinhard Death Camps*, Bloomington e Indianapolis: 1987; Blatt, T. *From the Ashes of Sobibor. A Story of Survival*, Evanston Illinois: 1997.

[8] Em Brocke, E. Vögeler, B. Zimmermann, M. *et alii. Stationen Jüdischen Lebens: von der Emanzipation bis zur Gegenwart. Katalogbuch zur Ausstellung "Stationen jüdischen Lebens"*. In: *der Alten Synagoge Essen*. Bonn: 1990.

morar com a família de Marianne em março de 1943, um ano depois deste incidente, e passaram lá seis meses, antes que a própria família de Marianne fosse deportada.[9] Conversações posteriores com a sra. Aron, hoje morando em Connecticut, confirmaram que Marianne deve ter escutado a história e adotado como sua.

Eis um segundo exemplo. Em agosto de 1943, terminou a proteção da Abwehr, e a família Strauss ficou vulnerável à deportação. Em 31 de agosto dois oficiais da Gestapo chegaram à casa e deram à família duas horas para se preparar para a partida para o Leste; o destino seria Theresienstadt. Na memória de Marianne, estas duas horas de preparação e sua fuga eram, indiscutivelmente, as duas horas mais intensas de sua vida; freqüentemente retornava a elas nas conversas comigo. No único relato escrito de sua vida, publicado nos anos 80, as mais vibrantes e dramáticas passagens são as que descrevem esse momento.[10] Minha impressão ao ouvi-las era a de que cada detalhe estava gravado em sua memória – e certamente o que me contou nos anos 90 combinava com o que tinha escrito nos anos 80.

Marianne me contou que seus pais conheciam seus planos. Ela perguntou ao pai se podia levar consigo o irmão. Ele concordou e lhe passou um gordo maço de dinheiro que estava guardando ilegalmente. Mas Marianne disse que Richard, de 17 anos, não quis abandonar os pais. Os dois homens da Gestapo desceram ao porão para inspecionar todo o conteúdo das malas, e, nessa hora, Marianne viu sua chance; acenou para a mãe na cozinha e correu, esperando um tiro de pistola a qualquer momento, mas não houve nenhum.

Quando fui a Düsseldorf depois da morte de Marianne e encontrei os volumosos arquivos da Gestapo, descobri que em 3 de setembro um dos dois homens da Gestapo, *Kriminalsekretär* Kosthorst, tinha sido solicitado a enviar um detalhado relatório sobre seu desaparecimento.[11] Seu relato, um pouco diferente do de Marianne, dizia que ele estava no primeiro andar, tomando conta da família de Siegfried Strauss, enquanto o *Kriminal Ober-Assistent* Hahn estava no segundo, com a família de Alfred Strauss, tio de Marianne. Marianne pediu para ir à cozinha pegar alguma comida para a viagem. Ele concordou, e ela desapareceu. Parecia que eles queriam disfarçar sua própria

[9] Informação da sra. Hanna Aron, West Hartford, Connecticut.

[10] Marianne Ellenbogen. Flucht und illegales Leben während der Nazi-Verfolgungsjahre 1943-1954. In: *Das Münster am Hellweg*,37, 1984, p. 135-42.

[11] Haupt Staatsarchiv Düsseldorf (HstaD) RW58, 74234, página intitulada Betrifft: Flucht der Jüdin Marianne Sara Strauss.... Essen: 3.9.1943.

negligência. Em vez de estarem revirando as riquezas da família no porão, estavam nos andares superiores e "generosamente" permitiram que Marianne fosse pegar alguma comida; sua confiança tinha sido traída. Fiquei chocado ao perceber que provavelmente eu era a primeira e única pessoa a ler aquilo sabendo que o relatório da Gestapo era mentiroso. Algum tempo depois, entretanto, encontrei outra testemunha que me contou que tinha estado rapidamente com Marianne depois da guerra.[12] Sem qualquer indução de minha parte, ela me ofereceu sua própria recordação do relato de Marianne a respeito da fuga – como a Gestapo tinha estado com a família, como ela tinha pedido para ir pegar pão, e então tinha desaparecido. Isto sugeria que, logo depois da guerra, o relato de Marianne sobre sua fuga coincidia com o da Gestapo – e só mudou mais tarde.

****

Obviamente, meu objetivo não é desafiar a veracidade fundamental do testemunho dos sobreviventes do Holocausto. Comparados aos aspectos essenciais de perseguição e perda, os tipos de discrepância que estou apontando são triviais. Na essência, as lembranças de Marianne são quase totalmente confirmadas por outras fontes. Muitas coisas que ela disse pareceram improváveis à primeira vista, mas foram depois corroboradas. Por exemplo, suas alegações sobre o papel da Abwehr na proteção da família pareciam implausíveis até para ela própria, no entanto os arquivos da Gestapo provam sua veracidade. Parecia improvável que ela pudesse, como alegava, ter-se graduado no Seminário Judaico para professores de jardim de infância e *Hortnerinnen* em fevereiro de 1942, com um exame oficial do governo alemão; a descoberta do diploma carimbado com a suástica provou que, de fato, ela falava a verdade. Talvez mais difícil de acreditar era sua lembrança de que, em 1944, ela conseguiu obter, através da BBC, informações bastante precisas sobre o destino de seus pais em Auschwitz. Mas mesmo isto foi confirmado por outras evidências.[13] Assim, todas as discrepâncias que estou apontando

---

[12] Entrevista com Lily Arras, Geldern: 10.1.1997.

[13] O Centro de Arquivos Escritos da BBC, Serviço Alemão, Sonderbericht scripts jan./43-abr./45 confirma que em 1944 a BBC veiculou informações muito detalhadas sobre o destino dos ocupantes de determinados trens que foram de Theresienstadt para Auschwitz. Através de outras fontes, Marianne soube que seus pais estavam nesses trens. Agradeço a Gabriel Milland a referência da BBC. Danuta Czech também cita os informes da BBC, captados até em Auschwitz. Ver Czech, D. *Kalendarium der Ereignisse im Konzentrationslager Auschwitz Birkenau 1939-1945*. Hamburg: 1989, p. 800-1.

precisam ser vistas contra o pano de fundo desta veracidade subjacente. Nisto, minha limitada experiência auxilia muito a de Langer.

Outra importante qualificação deve ser feita. Como a introdução já anunciava, este processo de elucidação e corroboração não é de mão única. Os registros escritos não podem ser tomados como "evangelho", contra o qual o "falho" depoimento oral pode ser considerado deficiente. Ao contrário, muitos dos informes da Gestapo e outros materiais eram elaborados para confundir. Quando lemos no relatório do *Kriminalsekretär* Kosthorst que ele apresentou à família Strauss "um prazo fatal (*befristete Auflage*) para fazer as malas",[14] só o relato de Marianne de como em apenas duas horas ela e sua família tiveram que, em atividade febril, recolher o mínimo indispensável fornece as cores apropriadas do acontecimento. E mesmo onde os autores de relatórios não disfarçam sua barbaridade através de linguagem oficial, há enormes *gaps*, que relatos e cartas nos dizem que só podem ser preenchidos pelo depoimento de Marianne.

Permanece, no entanto, o fato de que "existem" estas interessantes imprecisões em sua memória. Em nenhum momento elas ameaçam frontalmente seu depoimento. Em vez disso, mostram como a memória vagueia em torno de um núcleo incontrolável, tentando manter experiências traumáticas sob alguma espécie de controle. Pois não me pareceu que os tipos de discrepância que apontei – e há muitas outras – fossem simplesmente uma deterioração ou flutuação de memória numa pessoa mais velha. "Houve" estas escorregadelas também, é claro; mas aqui parecia existir um padrão, e essas discrepâncias pareciam ocorrer em situações em que a lembrança de Marianne era tão vívida quanto na véspera.

O que significam essas diferenças? Parece bastante claro que as mudanças ocorreram em momentos de grande trauma. Para Marianne, as lembranças traumáticas nunca diziam respeito ao que tinha acontecido diretamente com ela – afinal de contas, tinha sido poupada do pior, e sua habilidade para enfrentar a ameaça permanente à sua segurança foi absolutamente notável. Mas o trauma de Marianne era sobre culpa, sobretudo a culpa por ter abandonado a família, e por ter permitido que outros a abandonassem. Para ela, foi insuportável ter permitido que seu noivo fosse levado. E era insuportável ter abandonado sua própria família.

O enorme fardo de ter sobrevivido sob estas circunstâncias era algo para o qual ela retornava explícita e implicitamente muitas vezes em nossas con-

[14] HstaD RW58 74234. Tradução de M. Roseman.

versas. "Coloquei meus pais em risco, coloquei minha família inteira num risco pavoroso. Eles [a Gestapo] podiam ter feito o que quisessem", era uma expressão típica desses sentimentos.

As pequenas alterações em seu depoimento mostram como Marianne lutou para enfrentar esses sentimentos de perda e culpa. Assim, em seu depoimento, tomou emprestado a história de Hanna Aron (e acreditava sinceramente ser sua própria recordação, estou certo disso) de ter acompanhado seu noivo ao quartel antes da partida; foi um pouco mais longe com ele do que realmente tinha ido. A história de sua fuga de casa era um pouco mais complexa, e fiquei pensando o que significava aquela alteração. Será que Marianne queria negar o fato de que sua fuga dependeu de uma espécie de "abuso" de confiança, isto é, de que ela trapaceou com a Gestapo? Pouco provável, pois freqüentemente ela estava muito atenta às "nuanças" de bondade e maldade nas pessoas à sua volta. Em vez disso, cheguei à conclusão de que ela inventou um caminho que seu irmão também poderia ter percorrido; ambos poderiam ter escapado enquanto a Gestapo estava no porão. Mas pedir permissão para ir à cozinha pegar pão era um ardil que dificilmente legitimaria a idéia dos "dois" jovens podendo fugir – permitiria que apenas um escapasse.

Em outras palavras, as discrepâncias sugerem que, onde sua experiência foi mais traumática, o trauma resultou numa incapacidade de enfrentar as lembranças tais como eram, uma pressão que levou, de um lado, a uma inapetência de falar sobre isso com o mundo exterior, e, de outro, a esse processo de mudanças sutis.

****

Embora possamos compreender o processo pelo qual acontecem alterações de memória, sentimos que, mesmo que essas versões alternativas fossem verdadeiras, não a fariam menos "culpada". Do nosso ponto de vista como observadores externos, ela não era culpada de nada. De outro lado, em sua percepção pessoal, mesmo se tivesse escapado da casa por um caminho que Richard poderia ter tomado mas não tomou, mesmo se tivesse passado a noite com Ernst, provavelmente Marianne não sentiria menos culpa depois da guerra. Ela pode muito bem ter sentido necessidade de promover outras mudanças, outros ajustes, para poder enfrentar o passado. Os detalhes não são cruciais em si, portanto, e não fazem diferença para sua posição. O mais importante, creio eu, era colocar alguma distância psicológica entre si pró-

pria e a insuportável realidade – impor algum controle sobre a memória e sobre os momentos que causaram aquela dor.

Que essa fosse a questão – tentar impor algum controle a uma recordação que não poderia ser vista de outra forma –, creio que é sugerido por um outro aspecto de seu depoimento, e de outros, a saber, o surgimento de lendas sobre o destino das pessoas que ela amava. Considerem, por exemplo, o destino de seu noivo, Ernst. Como já mencionei, Marianne conseguiu, através de vários caminhos, manter uma correspondência com Ernst em Izbica. Em agosto, novembro e dezembro de 1942, um contato no *Wehrmacht* visitou o gueto, trazendo de volta cartas de Ernst em agosto e notícias de Ernst e família em novembro e dezembro. Marianne me contou que, em dezembro de 1942, soube que Ernst tinha ficado cego, como cobaia de experiências médicas. Sabe-se muito pouco sobre o gueto, mas não tenho informações de que tenha havido experiências médicas no local. Troquei correspondência com Thomas Blatt, sobrevivente de Izbica, muito bem informado, e um entre o punhado de sobreviventes da revolta de Sobibor, hoje vivendo nos Estados Unidos. Ele negou veementemente a ocorrência de experiências médicas. Depois consegui um contato com um irmão de Ernst, Heinz (mais tarde Enrique Krombach), que emigrou para a Argentina nos anos 30. Sua história – baseada em informação mais remota ainda – era a de que Ernst tinha sido cegado pela SS após uma tentativa de fuga.[15] Esta versão acaba de aparecer em forma escrita na publicação da vida de seu pai, parte de um volume memorialístico sobre advogados judeus em Essen.[16]

Mas a descoberta da correspondência de Marianne e do diário do líder do Bund, Artur Jacobs, deixa claro que enquanto os fatos básicos relatados em ambos parecem verdadeiros – Ernst parece ter ficado cego em dezembro de 1942 – ambos deram ao trágico fim de sua vida um toque extrapersecutório. Parece que Ernst ficou cego num acidente de fábrica. Em 1942, Marianne já sabia disso, da mesma forma que Enrique Krombach ficou sabendo no imediato pós-guerra. Ao longo dos anos, ambos elaboraram suas próprias e distintas versões.

Num filão similar, encontrei nos papéis de indenização de Marianne e em outros documentos quatro versões diferentes para a morte de sua tia. Mas numa carta da Suécia, escrita por alguém que acompanhou sua tia até

---

[15] O informante de Enrique foi uma enfermeira da Cruz Vermelha na Suécia, Judith Koppel, originária de Essen. A partir do exame da correspondência de Marianne, fica claro que Koppel dependia de informações da própria Marianne.

[16] Schmalhausen, B. *Schicksale jüdischer Juristen aus Essen 1933-45*. Essen: 1994, p. 81-2.

Theresienstadt, Auschwitz e campos de trabalho forçado, Marianne obteve em 1946 os detalhes exatos de seu fuzilamento pela SS, porque sua tia estava doente demais para ser enviada numa marcha para a morte. Nenhuma das versões era em si mais "suportável" que a outra; a questão, mais uma vez, era "manter controle" sobre o passado.

****

Para muitos sobreviventes do Holocausto não é possível fazer o tipo de justaposição que eu arrisquei rapidamente aqui. A grande quantidade de registros remanescentes que jogaram luz na experiência de Marianne na Alemanha nazista é bastante incomum. Por conseguinte, muitas vezes temos que nos contentar com o depoimento solitário de um sobrevivente e fazer as perguntas sobre exatidão apenas a um dos lados da história. Meu argumento é o de que, quando é possível comparar depoimentos de testemunhas com outras fontes, fazê-lo não constitui desrespeito aos sobreviventes. Fazer isso não implica um desejo ou uma expectativa de ameaçar a veracidade fundamental de seu depoimento. Ao contrário, contribui para iluminar os muitos processos da memória que procuramos compreender.

O que contribuiu para a pungência na justaposição entre o depoimento de Marianne e os documentos, e ainda confirmou a impressão de que ela era incapaz de enfrentar seu passado, foi o fato de que até morrer ela não me revelou a existência da maioria dos papéis em seu poder. Durante nossas conversas, ela sabia – mas eu não – que sua casa estava repleta de registros e *mementos*. Evidentemente, ela não podia enfrentá-los. Seu filho me disse que sua mãe era normalmente muito ordeira, arquivando tudo em seu lugar próprio. Entretanto, todos esses papéis estavam enfiados dentro de envelopes e *folders*, nada espalhado, mas nada catalogado, em recantos e fendas espalhados por toda a casa. A própria casa estava sofrendo muito com o rebaixamento do solo, e havia grandes rachaduras na parede do quarto dos fundos. Não poderia haver símbolo mais eloqüente do fardo que ela suportava do que a forma como toda esta estrutura parecia afundar gradualmente sob o peso de seu incontrolável passado.

O FARDO DE FALAR SOBRE A PERSEGUIÇÃO NAZISTA NA ALEMANHA*

Friedhelm Boll

Após sua odisséia de anos de vida no gueto e de trabalhos forçados em campos de extermínio, os judeus poloneses Rosa e Feliks Fischer conheceram-se em uma grande cidade do norte da Alemanha em 1945 e logo estavam casados.[1] Nessa época, se alguém tivesse sugerido que iriam passar o resto de suas vidas na Alemanha e obter sucesso financeiro (com um restaurante e o comércio de jóias), considerariam essa pessoa louca. Eles imaginavam ser os únicos sobreviventes de suas respectivas famílias; entretanto, conheceram na Alemanha, entre os refugiados políticos, mais poloneses do que em suas cidades natais de Lodz e Radom.[2] Sua filha Evi nasceu três meses depois do casamento. Devido a problemas resultantes do tempo de prisão, seria, infelizmente, sua única filha. Aos vinte anos, Evi casou-se com o filho de um judeu-alemão sobrevivente do Holocausto, nascido na mesma cidade na Alemanha. Como seus pais e avós, as três filhas nascidas deste casamento foram trabalhar para a comunidade judaica na Alemanha, tanto em âmbito local como nas organizações judaicas nacionais. O genro e seus pais tornaram-se líderes judeus na Alemanha do pós-guerra. Para os judeus destes círculos, ser testemunha do Holocausto tornou-se um importante dever. Desde o 40º aniversário da libertação, é uma tarefa que Rosa cumpre ocasionalmente, mesmo considerando-a mais um fardo que um alívio, embora seja constantemente pressionada por seu genro. Seu marido

---

*Tradução de Lucia Hippolito.

[1] Estes não são os nomes verdadeiros.

[2] Ver Königseder, A. e Wetzel, J. *Leben im Wartesaal. Die jüdischen DPs im Nachkriegsdeutschland.* Frankfurt am Main: 1994; Brenner, M. Nach dem Holocaust. Juden in Deutschand 1945-1950. Munique: 1995 (ensaio).

Feliks, por sua vez, inicialmente rejeitou categoricamente tudo isso, mas afinal convenceu-se de que tinha um dever para com a esposa e as netas e concordou em dar várias entrevistas sobre seu passado. Este ensaio relata a natureza de duas entrevistas e seu fracasso final.

Gostaria de concentrar minha intervenção no que chamo de "o fardo de falar sobre a perseguição nazista na Alemanha". Durante os últimos anos vários estudos sobre a história de vida de sobreviventes do Holocausto apareceram também na Alemanha.[3] A pesquisa sobre refugiados políticos da Europa Oriental vindos para a Alemanha ou ali vivendo, a partir de 1945, o Projeto Yale em Potsdam, o Projeto Spielberg em Frankfurt e Berlim e algumas dissertações mostram um crescente interesse por este assunto na Alemanha. Entretanto, nem todos os judeus sobreviventes estão dispostos a se envolver nesses projetos. E o que dizer sobre aqueles judeus que se recusam a ser entrevistados e permanecem silenciosos a respeito de sua experiência nos campos de concentração nazistas? O que os impede de falar – e até onde podemos analisar seu silêncio?

Estas importantes perguntas não foram ainda discutidas nos estudos sobre histórias de vida de sobreviventes do Holocausto. Ruth Klüger ressalta esse tipo de questão afirmando que a leitura de histórias de vida de sobreviventes do Holocausto pode conduzir a uma má compreensão do tema: "Finalmente, tudo correu bem. Aquele que escreve, vive."[4] Mas a maioria dos casos em Auschwitz não terminou numa "história expiatória"[5] tão acidental, mas numa imensa desesperança que estava conduzindo à morte.

O exemplo de Feliks Fischer, que vou apresentar, explicou esta situação sem saída. Lida também com a pressão para falar sobre sua vida nos guetos e campos – pressão que vinha da filha e netas, da sociedade alemã e, confesso abertamente, de minha parte, o entrevistador.

Através desse exemplo, quero focalizar em particular aquelas partes das histórias de vida dos sobreviventes do Holocausto caracterizadas como episódios incompletos, histórias inacabadas, por frases gaguejadas ou por formas lacônicas de falar. Michael Pollak, Lawrence Langer, Ilka Quindeau e

---

[3] Quindeau, I. *Trauma und Geschichte. Interpretationen autobiographischer Erzählungen von Überbenden des Holocaust.* Mit einem Vorwort von Judith Kestenberg. Frankfurt: 1995; Sdelacsek, D. *"...das Lager läuft dir hinterther". Leben mit nationalsozialistischer Verfolgung.* Berlim: 1996.

[4] Klüger, R. *Weiter Leben. Eine Jugend.* Göttingen, 1992; ver ainda Munique: 1994, p. 140.

[5] Idem.

outros chamaram atenção para esta maneira de falar, porque freqüentemente ela mostra importantes emoções subjacentes.[6]

Minha exposição baseia-se em cerca de quarenta entrevistas com pessoas perseguidas pelos nazistas. Devo mencionar que isto é parte de um projeto mais amplo, com sessenta entrevistas com pessoas perseguidas pelos soviéticos na Zona de Ocupação Soviética e na República Democrática Alemã (RDA).

Desejo utilizar o exemplo de Rosa e Feliks Fischer; nascidos na Polônia em 1922 e 1924, respectivamente, sobreviveram ao Holocausto e vivem na Alemanha desde o final de 1945. Conheci Feliks e a sra. Fischer durante uma conferência sobre refugiados políticos na Alemanha depois de 1945, quando estavam participando de um painel de cinco judeus testemunhas do Holocausto, falando sobre suas vidas. Enquanto Rosa Fischer já tinha falado várias vezes sobre essa parte de sua história, Feliks tentava relatar suas experiências pela primeira vez. Seu relato sobre sua odisséia através dos guetos e campos de concentração como Lodz e Varsóvia, Auschwitz e Theresienstadt foi muito sucinto. Consistiu em mencionar os nomes dos lugares, sem descer a detalhes de sua experiência. Sua história tornou-se mais precisa e detalhada quando ele passou a falar do período pós-45, quando conheceu sua mulher ou quando começou sua carreira como comerciante no mercado negro, gerente de hotéis ou finalmente quando ele e sua esposa abriram uma conhecida joalheria.

Até mesmo sua decisão de permanecer na Alemanha mas não se naturalizar, ao contrário de muitos outros refugiados judeus, foi explicada com algum detalhe. Foi com certo orgulho que Feliks e Rosa Fischer, além de sua filha, enfatizaram sua condição de apátridas.

Ao responder algumas perguntas do público, Feliks e Rosa Fischer afirmaram que tinham falado sem problemas a respeito de suas vidas para sua filha e netas. O painel assumiu características dramáticas quando a filha e a neta do casal levantaram-se e contestaram esta declaração, dizendo que tomaram conhecimento da perseguição a seus parentes apenas alguns anos antes.

Depois da conferência, entrei em contato com Rosa Fischer e sua filha, e combinamos uma entrevista com Feliks e Rosa, a filha e a neta. Depois da primeira entrevista, encontrei Feliks e Rosa Fischer mais duas vezes e fiz uma entrevista separada com sua filha. Estas entrevistas duraram um ano e meio; falamos sobre a experiência no campo de concentração e as conseqüências do silêncio para a segunda geração.

---

[6] Klüger, R. *Weiter Leben. Eine Jugend*. Göttingen, 1992; ver ainda Munique: 1994, p. 140.

As entrevistas duraram mais de cinco horas no total, mas o relato da experiência nos guetos e campos de concentração ocupou apenas vinte minutos. Os principais resultados dessas entrevistas podem ser resumidos no título do meu *paper*: O fardo do silêncio (para pais e filhos) e a compulsão para falar.

Antes e depois da primeira entrevista, Rosa Fischer e sua filha explicaram-me ao telefone que era a primeira vez que Feliks Fischer concordava em falar sobre sua experiência em campos de concentração – e acrescentaram que estavam espantadas e felizes com isso. É importante registrar que apenas Rosa Fischer tinha sido convidada a participar daquela conferência. Mas Feliks decidiu acompanhar sua esposa, porque sentiu a obrigação de falar sobre sua experiência em campos de concentração. Conseguiria falar mais para mim? Mas, como já disse, ele falou muito pouco.

Em nossa primeira entrevista ele não me esperou para começar. Antes que o gravador fosse ligado, ele disse: "Não considero muito importante falar com as pessoas sobre isso. Elas não podem entender. Não conseguem." Então, sem sequer iniciar uma história ou explicação, ele disse: "Eles punham a comida diretamente em nossas mãos. Graças a Deus não era muito quente. Então, improvisamos uma lata ou coisa parecida. Você não pode imaginar como eram as coisas."

Como já mencionei, este curto diálogo foi apenas uma conversa preliminar. Perguntei por que ele não considerou importante dar entrevistas e falar sobre a experiência do Holocausto. Ele explicou: "Algumas pessoas diriam: 'É verdade.' Outras diriam: '*Judenschwein.*' É uma pena que não tenhamos mandado vocês para a câmara de gás. Se tivéssemos feito isso, vocês não poderiam falar". E acrescentou: "É uma questão de honra."

Antes de iniciarmos a entrevista, Feliks deixou absolutamente claro seu ceticismo a respeito desse tipo de entrevista e o alto risco de mal-entendidos, podendo provocar agitação anti-semita na Alemanha. Mas concordou em começar a contar a história de sua vida.

Todas as tentativas subseqüentes de falar sobre sua experiência nos campos de concentração falharam. Por três vezes ele começou a contar um episódio, mas seus sentimentos e as imagens terríveis em sua mente o forçavam a parar. Tentou explicar esses eventos horríveis descrevendo, como contei, a maneira como lhe davam comida, como eles eram transportados para os campos em vagões de gado e como, em Lodz, as crianças eram selecionadas para morrer.

Feliks explicou: "Quando nos transportavam, eles socavam cento e vinte pessoas num vagão. Destas, oitenta ou noventa conseguiam manter-se em

pé. As outras caíam, porque estavam fracas. E eram pisoteadas. Você pode imaginar."

Aí ele se interrompeu e disse: "Não quero entrar nisso. Mas isso ninguém pode sequer imaginar, sobre isso não se pode sequer falar... você compreende?"

Um pouco depois ele continuou:

> E em cada estação eles paravam e atiravam fora um ou dois ou três ou cinco ou dez. Simplesmente atiravam fora... E as pessoas que estavam do lado de fora, tiravam os sapatos deles..., porque eram melhores... Aquilo, aquilo tudo era tão brutal! Às vezes, eu os ouvia... não tinham consideração por coisa alguma. Não abriam espaço para ninguém. Um deles disse: "Ele é fraco." Sequer consideraram que talvez ele pudesse ser capaz de sobreviver.
>
> ...As pessoas não ficaram com nada. Por conseguinte, quando alguém tenta falar sobre isso, tudo isso, sobre tudo por que passou, a gente se pergunta: "Por que ainda estou vivo? Ainda tenho direito de viver?"

Sem entrar em detalhes, gostaria de chamar atenção para o fato de que ele gaguejava. Interrompendo-se constantemente, ele continuava a procurar explicações para o fato de que estas coisas não são dizíveis, compreensíveis nem mesmo críveis. Finalmente, declarou que tinha negligenciado seu dever supremo. Esta foi a maneira de exprimir sentimento de culpa.

Rosa Fischer acrescentou que seu marido revia essas imagens durante a noite, gritando durante o sono. Feliks Fischer fez uma segunda tentativa de ilustrar sua vida no gueto de Lodz. Sem explicar onde vivia e o que fazia, ele descreveu a seleção das crianças para o envio à câmara de gás: "Eles arrancavam as crianças das mães e as atiravam contra a parede." Não explicou esse evento com maior precisão, mas mencionou que certamente conhecíamos este tipo de história através de outras testemunhas. Mesmo esta tentativa de começar um relato mais longo de sua vida terminou num diálogo com sua esposa e o entrevistador a respeito do fato de que estas coisas não são compreensíveis. E acrescentou que se sentia forçado a falar tudo isso por sua filha, por sua mulher e pelo entrevistador.

Não foram apenas o sentimento de desumanização e as imagens cruciais em sua mente que o forçaram a se tornar cada vez mais silencioso. Há outros problemas vindos da comunidade judaica em Israel e nos Estados Unidos. Profundamente enraizados na comunidade judaica, Feliks e a sra. Fischer conhecem bem o problema de viver na Alemanha, no país dos executores do Holocausto. Ainda na escola primária, sua filha foi confrontada várias vezes

com ações anti-semitas. Assim, Feliks e a sra. Fischer a enviaram para uma escola primária perto de Paris. Algumas vezes os Fischer iam à França visitar a filha, mas antes paravam na Bélgica para alugar um carro com placa local. Este comportamento pode ser interpretado como um sinal de seu sentimento de culpa por viverem na Alemanha.

Acho que vocês podem compreender suas dificuldades em falar sobre sua experiência em campos de concentração e em justificar sua permanência na Alemanha. Em 1946 o casal teve a chance de emigrar para o Canadá, como muitos outros refugiados. Rosa queria ir, fala inglês, trabalhava na agência das Nações Unidas para refugiados e tinha mantido boas relações com militares canadenses. Mas Feliks recusou-se a ir; não falava inglês, e seu negócio estava florescendo. Assim, permaneceram na Alemanha apesar das manifestações anti-semitas contra sua filha, e ele se recusava a falar sobre sua história, dizendo: "Não consegui educar minha filha para odiar (os alemães)."

Sem dúvida, ódio aos alemães teria sido a conseqüência necessária de um relato aberto(??) sobre suas experiências em campos de concentração. A decisão de ficar na Alemanha forçou os Fischer a assumir compromissos. Devido à sua atividade comercial, tiveram até que entrar em contato com alemães que "não tinham sido realmente OK" durante o Terceiro Reich. Isto resultou num grande silêncio. A única autojustificativa que restou foi a recusa a se tornarem cidadãos alemães. O fato de que sua filha, que foi liberada para decidir por si mesma, tenha seguido seu exemplo e que suas netas sejam atualmente ativos membros do movimento da juventude sionista, aprendam iídiche e cultivem relações próximas com Israel, lhes dá satisfação. Nesse ponto, a família de Evi (segunda geração de sobreviventes do Holocausto) está dividida: enquanto Evi considera a existência de Israel uma espécie de paraíso seguro, seu marido judeu-alemão, que prestou serviço militar no Exército alemão a despeito da tradicional isenção para judeus, vê Israel meramente como um belo ponto turístico.

Tentarei resumir as questões:

1. A linguagem cotidiana e coloquial é inadequada para descrever as experiências do Holocausto. Portanto, apesar de sua boa vontade, Feliks Fischer não é capaz de descrever suas experiências de maneira que acredite que possa ser compreendido. Sua recusa em falar em público, ou diante de sua filha e netas, é em última análise produto desta inadequação de linguagem. Ele não é, certamente, um escritor como Primo Levi, Eli Wiesel ou Imre Kertész.

2. Existe o fator adicional da necessidade de Feliks se proteger contra lembranças traumáticas e dolorosas. Na segunda entrevista, de que só Rosa

e Feliks participaram, ele disse, depois que começou a descrever suas experiências no gueto de Lodz: "Se tiver que descrever tudo... levaria meio ano." E logo em seguida: "Já estou transpirando." E acrescentou: "Não tenho forças para isso" [para falar sobre tudo].

3. Relatos detalhados do Holocausto só são sentidos como inadequados quando fornecidos a pessoas que não possuem experiência pessoal dos guetos e campos de concentração. O casal Fischer fez questão de enfatizar que Feliks foi capaz de contar tudo à sua esposa. Ela sabe de quase tudo o que aconteceu com ele. Entre sobreviventes do Holocausto, Feliks e sua esposa falaram freqüentemente sobre suas experiências. E por muito anos, seus amigos e parentes judeus participaram regularmente de eventos que terminavam com a discussão das experiências em campos de concentração. Isto acontece apenas quando eles se juntam a outros sobreviventes de Israel ou dos Estados Unidos. Então, falam de quantas pessoas Feliks ajudou e quem ele salvou.

4. Feliks recusou categoricamente todas as tentativas do entrevistador de levá-lo pelo menos a contar episódios de solidariedade humana, afeto e ajuda mútua; assegurava que para ele era impossível restringir-se a episódios positivos. Ele precisava descrever também aquelas coisas de que tinha participado pessoalmente. Referia-se provavelmente a suas atividades no gueto de Lodz, onde foi membro do *Funktionshäftlinge* dos bombeiros judeus. O sentimento de não ter cumprido seu dever supremo faz com que não queira falar diante daqueles que não passaram por esta situação. Feliks deu dois exemplos para explicar como o cumprimento de seu "dever supremo" teria muito provavelmente significado sua própria morte: Não deveria ter ajudado aqueles que morreram durante o transporte em vagões de gado? Não deveria ter resistido durante a seleção das crianças em Lodz? O último exemplo trata de um dos mais difíceis aspectos da destruição dos judeus: a participação dos conselhos judaicos na seleção dos judeus que não eram (mais) capazes de trabalhar. Dan Diller chamou esta "auto-seleção" de "insolúvel problema ético".[7] Os conselhos judaicos (*Judenrat*) envolveram-se nas seleções na esperança de, pelo menos, salvar as vidas das pessoas cuja capacidade de trabalho as tornava úteis para a SS e a máquina de guerra alemã. E, de fato, publicações recentes sobre o gueto de Lodz enfatizam que as táticas protelatórias dos conselhos judaicos poderiam ter salvado cerca de setenta mil judeus, se o Exército Vermelho não tivesse (por razões inexplicadas) interrompido seu avanço entre julho de 1944 e janeiro de 1945.[8]

---

[7] Diner, D. Jenseits des Vorstellbaren – der 'Judenrat' als Situation, In: Loewy, H. e Schenberner, G. (Redaction). *Unser einziger Weg ist Arbeit. Das Getto in Lódz 1940-1944.* Frankfurt am Main/Wien: 1990, p. 32-40.

[8] Scheffler, W. Das Getto Lódz in der nationalsozialistischen Judenpolitik, In: Idem, p. 15.

5. Feliks Fischer referiu-se, a esse respeito, a um inacreditável discurso que ouviu do administrador do gueto de Lodz, Hans Biebow, pouco antes da evacuação de um grande grupo de judeus. De acordo com uma cópia autêntica, Biebow explicou: "Asseguro a vocês que faremos tudo o que pudermos e continuaremos a fazer o máximo para salvar suas vidas através da transferência do gueto (para o Ocidente)." [9] O transporte não conduzia os judeus a fábricas de munição no Ocidente , como prometido, mas ao campo de concentração de Auschwitz-Birkenau.

6. Finalmente, gostaria mais uma vez de dizer alguma coisa sobre as razões sociais do silêncio de Feliks. Se devemos levar a sério o aparente esforço de Feliks para testemunhar, devemos igualmente respeitar seu desejo de não intensificar o extremo sofrimento de sua experiência com o relato de suas memórias do período de sua perseguição. Há um sentido, que deve ser levado a sério, em suas alusões, seu discurso limitado e as razões que apresentou para seu silêncio. Tudo isso ressalta melhor a extrema desesperança de sua experiência do que uma polida "história expiatória" (segundo a observação de Ruth Klüger).

[9] Anexo, In: Idem, p. 270.

A INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS HISTÓRICOS NA NARRATIVA DA PRÓPRIA VIDA: ENTREVISTAS COM PRISIONEIROS DOS CAMPOS SOVIÉTICOS ENTRE 1945 E 1950 NA ALEMANHA*

Anne Kaminsky

Como acredito que esta temática seja particularmente alemã, pri meiro apresentarei uma curta descrição da situação histórica e da discussão atual sobre esse tema na Alemanha.

Há algumas semanas, debate-se veementemente na Alemanha a respeito de um livro francês: *O livro negro do comunismo*, que fornece um balanço das vítimas do comunismo e as compara com as vítimas do fascismo.[1] O resultado é bastante chocante: a autora fala de cem milhões de mortos pelos comunistas e de 25 milhões de mortos pelos nacional-socialistas. Com esta cifra, a tradicional discussão sobre o que foi mais horrível, o fascismo ou o comunismo, recebe novos argumentos. Este debate adquire uma força particularmente explosiva na Alemanha, manifestando-se sobre o pano de fundo das duas ditaduras e dos sistemas de campos de concentração de antes de 1945 e dos 11 campos especiais soviéticos de depois de 1945. Os campos dos outros aliados não desempenham qualquer papel nesta discussão.

Pano de fundo histórico

Entre 1933 e 1945 – período no qual o regime de Hitler e seu nacional-socialismo governou a Alemanha – milhões de pessoas foram encarceradas e morreram em campos de concentração. As imagens de Auschwitz, Bergen-Belsen e Dachau são bem conhecidas; menos conhecidos são os "campos

* Tradução de Lucia Hippolito.

[1] Stéphane Courtois. *Le livre noir du comunisme*. Paris: 1997, edição alemã 1998.

especiais" do Ministério do Interior soviético na Alemanha, instalados após a derrota de Hitler nos mesmos campos de concentração para realizar as medidas de desnazificação e para isolar os nazistas. Em 1945, todos os aliados – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética – decidiram realizar "medidas de desnazificação", com que trataram de identificar e castigar ativistas do regime nacional-socialista – seja por meio de tribunais e penas de prisão, seja com medidas de sanção e expiação. Uma dessas medidas foi a internação de "pessoas perigosas" naqueles campos, com o objetivo de isolá-las de seu meio.

Ainda hoje essas medidas são discutidas com muita veemência na Alemanha, por seus aspectos legais, morais e históricos. A questão geral discutida por cientistas, políticos e sobretudo por aqueles que foram encarcerados nos campos é: quem esteve internado realmente nos campos de prisioneiros de guerra depois de 1945? Que campos foram mais espantosos, os nazistas ou os soviéticos? No caso dos campos instalados pelos outros aliados não existe discussão similar.

Esta fase da história alemã começou a ser discutida apenas em 1990, pois tem relação com a divisão da Alemanha em dois estados separados por uma das mais guardadas fronteiras do mundo. Começou com a descoberta de grandes covas com milhares de cadáveres, pouco depois da derrota do sistema socialista na parte oriental da Alemanha, localizadas a partir de relatos de prisioneiros dos campos soviéticos.

Com isso iniciou-se pela primeira vez uma discussão comum desse passado na Alemanha, e com isso pudemos prosseguir com a formação de uma "memória coletiva" e de uma "cultura memorialística", unidas a uma avaliação histórica destes campos e das pessoas ali encarceradas. O confronto e a aproximação ao que se chama "a verdade histórica" na Alemanha se vêem acompanhados de uma "competição de memórias" (ou lembranças) entre os dois grandes grupos de perseguidos, os de antes de 1945 (perseguidos pelo nacional-socialismo) e os do pós-guerra (perseguidos pelo comunismo). Existem, em geral, entre eles grandes aversões e reservas, chegando às vezes ao ódio e a ataques verbais contra representantes do outro grupo. Para o primeiro grupo, os membros do segundo são "militantes nacional-socialistas" responsáveis por seu sofrimento durante o regime hitlerista. O segundo luta para ser reconhecido como "grupo perseguido" e está convencido de que o primeiro grupo o impede. Além disso, seus membros acreditam que o primeiro grupo obteve mais facilmente uma compensação financeira por sua detenção. Pode-se dizer que, para o público alemão em geral, o primeiro grupo abriga as vítimas "boas" com as quais ele pode identificar-se, e o segundo engloba as vítimas "más", os culpados. Embora se reconheça

que um ou outro indivíduo do segundo grupo possivelmente não tivesse culpa pessoal, seja pela idade ou pela evidência da incriminação, em geral mantém-se as reservas contra o grupo como um todo.

O trabalho com entrevistas biográficas em memoriais dos campos de concentração e campos especiais – Memoriais com "duplo passado"

Na Alemanha Oriental, os russos estabeleceram seus campos especiais de "internação de pessoas perigosas" nos maiores campos de concentração. Em dois deles – Buchenwald e Sachsenhausen – encontram-se atualmente grandes memoriais nacionais. Até 1990 só estavam representados na memória oficial da República Democrática Alemã (RDA) os campos de concentração; não eram mencionados os campos soviéticos. Mas com a descoberta da existência da "segunda história" desses campos, os memoriais obtiveram uma nova missão: devem recordar os campos soviéticos, sem "relativizar os crimes dos nazistas nem menosprezar os campos soviéticos" (Faulenbach).[2]

Nesta situação complicada se situa o trabalho do historiador nos memoriais que guardam o "passado duplo" desde 1990.

Entre os pólos descritos – e observados zelosamente por todas as partes – se localiza o trabalho científico nos museus memoriais, em que as entrevistas biográficas constituem hoje em dia uma parte integrante do trabalho. Também os historiadores trabalhando com um ou outro grupo são identificados com o grupo respectivo e são, às vezes, atacados da mesma maneira.

Porém o trabalho ainda apresenta outras particularidades. Primeiro, quase não há base documental. Até 1993 não havia documentos arquivados sobre os campos soviéticos; encontravam-se lacrados em arquivos russos. Em 1993 parte dos documentos russos sobre os campos e os prisioneiros chegou à Alemanha; continham principalmente listas com os nomes dos detidos, listagem de mortos etc. Ou seja, eram mínimas as referências pessoais aos prisioneiros. Com essa parca informação, trabalhamos como detetives, tratando de reconstruir biografias. Além disso, quase não há documentos que revelem o "interior" dos campos, a vida cotidiana, a administração etc. Ademais, dado o isolamento quase total dos campos, há apenas uns poucos artigos em jornais contemporâneos, e tampouco existem documentos alemães ou fotografias dos campos; conhecem-se raras fotos contempo-

---

[2] Bericht und Empfehlungen der 1. Enquetekommission des deutschen Bundestages zur Aufarbeitung der DDR - Geschichte, Bonn, 1991.

râneas do campo soviético de Sachsenhausen. Como papel e lápis eram proibidos e sua posse punida com prisão, também não há escritos autênticos daquele tempo; não existem cartas nem diários.

Tendo em vista esta situação, as entrevistas biográficas devem cumprir pelo menos duas funções: elaborar a narrativa do destino de uma pessoa e a classificação de experiências de vida e fornecer novas informações sobre os campos, ajudando a criar uma base de dados sobre eles. Aqui interessam dois pontos: o destino pessoal, o sentir e trabalhar subjetivo, e os "dados objetivos", informações concretas que podem ajudar a reconstruir o que estes campos representaram – para o indivíduo e para a sociedade. Tratamos de trabalhar com dois métodos, a entrevista biográfica e conferências temáticas sobre o interior dos campos, seja a topografia, aspectos higiênicos, médicos, relações humanas, trabalho etc.

Para nosso trabalho nos memoriais coloca-se uma grave contradição: necessitamos saber, dos prisioneiros que sobreviveram, muitos detalhes, mas se eles nos dão estes detalhes, vêem-se confrontados com um grande desafio.

Temos que trabalhar com esta fonte "histórica" viva e variável em suas lembranças, estimativas e avaliações. Nossa experiência é a de que ela é não apenas fonte para nós, como também tenta nos influenciar. Com a entrevista, tentam encontrar uma forma de publicidade e de servir-se do entrevistador para oferecer sua interpretação da história em geral e de seu destino em particular. Assim, as tentativas de atingir uma nova "cultura memorialística" e uma memória coletiva quanto aos campos soviéticos e aos prisioneiros têm uma força explosiva desde 1990, porque até há pouco a opinião pública e política acreditava que os prisioneiros fossem em sua maioria "militantes nazistas, líderes do BDM e criminosos".[3]

Sobre esse ponto, existem hoje grandes controvérsias entre os museus e os prisioneiros. A maioria deles não se vê representada com seu destino individual e coletivo nas exposições e publicações. Não apenas se defendem contra a classificação de "nazistas", como tentam provar que os campos soviéticos foram também campos de extermínio – e que eles são, conseqüentemente, vítimas do regime comunista ou stalinista como os prisioneiros do regime nazista.

As dificuldades de poder representar as condições de detenção nos campos origina-se na quase total inexistência de documentos, filmes ou fotografias da época. Com isso, os prisioneiros do período pós-45 tentam visualizar suas experiências por intermédio dos bem documentados depoimentos dos cam-

[3] BDM (Bund deutscher Mädchen): organização juvenil feminina nacional-socialista.

pos de antes de 1945. Isso significa uma ofensa para a maioria dos prisioneiros dos campos de concentração, porque para eles foram os nazistas que estiveram nos campos soviéticos. A dificuldade é maior pelo fato de que a maioria das pessoas ainda vivas hoje esteve como menor nestes campos – e declaram que na idade de 14, 15 ou 17 anos não tinham podido cometer crimes...

Para nosso trabalho significa que, para os prisioneiros do pós-45, somos representantes do público e temos poder para influenciar a imagem histórica deles como grupo e como pessoas. Isso se expressa em dois pontos principais: primeiro, tentam provar que quase não havia nazistas nos campos; segundo, tentam provar o que já se conhece dos campos nazistas: o caráter de extermínio. Para as pessoas que estiveram nestes campos, chegou a ser uma questão fundamental. Narrando-nos seu destino e sua vida, concentram-se muito nestes dois pontos. Além disso, para elas representamos o memorial, que se recusa a representar seu destino de uma maneira aceita por elas, ou seja, reivindicam um espaço tão representativo de seu sofrimento quanto o que já possuem os prisioneiros de antes de 1945. Para fundamentar seu ponto de vista, reúnem argumentos.

Uma avaliação das entrevistas e lembranças arquivadas no Memorial de Sachsenhausen demonstrou que a maioria deles recorre cada vez mais a dados e conhecimentos históricos e os integra na apresentação de seu destino; isto apenas aumentou a discrepância entre a avaliação oficial e a apreciação pessoal dos prisioneiros. Quer dizer, as primeiras entrevistas gravadas entre 1990 e 1992 são realmente descrições da trajetória pessoal e de circunstâncias concretas da vida no campo. Quanto mais tempo passa, mais detalhes históricos se revelam, mais detalhadas são as descrições e lembranças. Pode-se constatar que as comparações com os campos de concentração aumentam junto com a decepção de não serem representados nos museus de maneira adequada.

De onde tiram essas comparações?

Os antigos prisioneiros relatam constantemente que lêem todas as publicações sobre o período nacional-socialista, recordações pessoais dos prisioneiros dos campos de concentração, vão de um memorial a outro, conhecem Auschwitz, Dachau, Bergen-Belsen... Conhecem muitos detalhes da vida nos campos de concentração antes de 1945. Comparam suas experiências com isso e freqüentemente concluem: "É a mesma coisa." Quanto aos memoriais da Alemanha Oriental – Buchenwald e Sachsenhausen –, que oficialmente devem representar a história dos campos soviéticos, não os aceitam e não se sentem representados por eles.

Atualmente, pode-se encontrar o conhecimento histórico sobretudo nas comparações realizadas pelos prisioneiros dos campos do pós-45 com os campos pré-45. Estas comparações abrangem três temas principais:

1. A comparação entre os campos e as experiências de detenção. A pergunta subentendida é: Qual foi mais horrível? Para isso, identifica-se uma causa na política oficial de memória, que declara a subordinação dos campos soviéticos aos campos nazistas. O efeito é uma hierarquia de memórias e – do ponto de vista dos indivíduos – das experiências pessoais e subjetivas. Os prisioneiros soviéticos sentem-se obrigados a medir suas experiências e sofrimento aos dos prisioneiros durante o nacional-socialismo e a legitimá-los através disso. Esta comparação é evidente pela identidade dos lugares e das condições similares de detenção. E provocada pela reação e, às vezes, pelos preconceitos do ambiente. As experiências dos prisioneiros soviéticos lhes dizem que seu sofrimento só recebe atenção quando podem provar que foi muito mais horrível que nos campos nacional-socialistas. Além disso, defrontam-se freqüentemente com a opinião de que, para culpados, é justo sofrer e morrer. Sua experiência ainda lhes demonstra que, se tentam ilustrar suas lembranças, o veredicto é: estão tentando menosprezar o sofrimento dos campos nacional-socialistas. Entretanto, nas entrevistas dos anos anteriores, quase todas as descrições ou comparações são acompanhadas por desculpas e explicações: que não se trata de menosprezar a outra experiência, que o que se passou com os judeus foi muito mais horrível que tudo, porém...

2. A comparação da vida cotidiana nos campos que, para os prisioneiros soviéticos é, em sua essência, tão ameaçadora quanto antes de 1945. Baseia-se, em geral, em instituições existentes nos campos de concentração: barraca e cantina ou instalações médicas que, para os prisioneiros soviéticos, provocam a avaliação de que os prisioneiros de campos de concentração "estiveram em um sanatório". O inusitado é que esta palavra – sanatório – origina-se na fase inicial dos campos de concentração alemães e foi utilizada pelos prisioneiros que por eles passaram e com isso comparam com a fase posterior, quando havia um sistema eficaz e organizado nos campos. Prisioneiros dos campos soviéticos constantemente recorrem a isso e descrevem seus sentimentos vendo o padrão técnico da enfermaria.

Prisioneiros que viveram em ambos os campos sustentam essas comparações. A respeito de Sachsenhausen, em muitas entrevistas cita-se um médico judeu que disse: "As condições de vida no campo soviético foram muito piores que no campo de concentração."

3. Significa que a investigação histórica é em geral percebida como útil tanto para ilustrar como para provar a própria experiência. Quase sempre

nas entrevistas eles se referem às fotografias com mortos de Bergen-Belsen e comentam: "Aconteceu o mesmo nos campos soviéticos. Mas os russos proibiram que seus crimes fossem documentados." Para o historiador que fala com eles é estranho saber depois que a situação higiênica era horrível porque não havia papel higiênico durante quatro anos.

Ao longo de muitos anos um ponto principal na discussão e comparação entre os campos foi o número de mortos. A primeira frase é muito comum: "Stalin matou muito mais gente do que Hitler." Até a publicação do *Livro negro*, reduziam-se a 22 milhões de mortos no Gulag e seis milhões nos campos de concentração. No caso de Sachsenhausen, contam-se trinta mil mortos entre duzentos mil prisioneiros entre 1936 e 1945, e trinta mil mortos entre sessenta mil prisioneiros depois de 1945; proporcionalmente, são 17% de mortalidade no primeiro caso contra 50% no segundo. É evidente que estas comparações não valem muito; os historiadores, pelo menos, desconfiam delas, sobretudo porque ali não estão refletidas as circunstâncias históricas e locais dos campos, e além disso até hoje não existem cifras exatas, nem para os campos de concentração nem para os campos soviéticos.

Incorporadas à comparação entre os campos vêm as experiências médicas – especialmente nos campos nacional-socialistas. Os prisioneiros dos campos soviéticos se referem a elas e relatam que no momento de sua detenção não sabiam de nada: nem sabiam que havia campos, não sabiam do extermínio dos judeus nem de outros crimes. Apesar de isto poder ser interpretado como tentativa de mostrar sua própria inocência, descrevem sua prisão, relacionam-na a experiências médicas e as comparam com experiências nazistas. As experiências soviéticas servem novamente para demonstrar que os campos soviéticos tiveram o mesmo caráter exterminador dos campos nazistas. O que relatam são em geral tentativas da administração russa de compensar a falta de vitaminas e de nutrição. Contam sobre "experiências" com um extrato de pinhões (rico em vitamina C), ou da alimentação com chucrute para provocar diarréia e disenteria. Ou se relata a redução de rações no inverno de 1946-47 como tentativa de assassinato. Não querem aceitar o fato de que naquele ano uma colheita ruim reduziu os alimentos em toda a Alemanha.

O que quase não aparece nas narrativas são as circunstâncias concretas do pós-guerra, com imensas destruições, fome, epidemias etc. Os campos são lembranças isoladas da situação geral, explicada pelo isolamento quase total dos prisioneiros soviéticos: não havia correspondência, nem contatos com a família, nem jornais – estavam totalmente isolados nos campos. Diferentemente dos conhecimentos históricos que possuem sobre os campos,

não integram nesse caso conhecimentos sobre a situação política e social do pós-guerra. A já citada redução de rações alimentares, epidemias de disenteria ou tuberculose se reduzem aos campos – e são tentativas de assassinato em massa. A falta de papel, sabão e outros produtos de higiene é interpretada como ato de desumanidade dos russos.

Outra forma de integrar conhecimentos históricos às lembranças de campo é a referência a biografias de outros prisioneiros. Existem três grupos:

1) expoentes culturais ou intelectuais do nacional-socialismo, com certa reputação internacional: por exemplo, os atores Heinrich George e Gustav Gründgens, o cineasta Hans Fischerkösen, o jogador de futebol Otto Nerz;

2) prisioneiros ou vítimas do nacional-socialismo: judeus, comunistas, prisioneiros políticos, e

3) verdadeiros nazistas, verdadeiros "culpados".

Os dois primeiros grupos são normalmente representados por uns poucos indivíduos que se concentram nos últimos anos em duas pessoas, um judeu e um ator alemão. O terceiro grupo quase não tem nomes, mas grupos. Por exemplo, o batalhão policial que cometeu assassinatos em massa na Rússia. Não obstante, há raros exemplos para o terceiro grupo ("tivemos 23 guardas de campos de concentração entre sessenta mil prisioneiros" ou a definição de "crime" é reduzida a assassinatos: "Um criminoso do nacional-socialismo é uma pessoa que assassinou outra pessoa"). Assim, ao trabalhar com os prisioneiros, o pesquisador chega a saber o que muitos soldados aliados notaram imediatamente após a derrota do nacional-socialismo: não havia nazistas, ninguém viu nada, ninguém sabia de nada.

Agora quero apresentar o exemplo de uma mulher detida na idade de 23 anos pelos russos. Durante o nazismo exerceu a função de líder BDM. Entre 1990 e 1998 dava diversas entrevistas gravadas no memorial. No total há seis diferentes versões de sua vida e de suas lembranças: quatro em áudio e duas em vídeo.

Rosa (como a chamo) foi presa pelo serviço secreto soviético em junho de 1945, depois de ter suas atividades delatadas por um membro de seu grupo BDM. Passou por diferentes prisões – onde foi violentada várias vezes – e viveu sob ameaça de morte até chegar a Sachsenhausen em setembro de 1945, onde ficou até o fechamento dos campos em 1950. No essencial, os temas de que falava são os mesmos em todas as entrevistas. O que muda, porém, é a importância e o volume que se obtém em diferentes versões. Estas mudanças demonstram seu processo individual de cons-

truir sua identidade nas variadas circunstâncias políticas na Alemanha que têm influência em suas lembranças.

Nas primeiras entrevistas, Rosa falava muito de sua juventude durante o período nacional-socialista e do fim da guerra; havia espaço também para falar de sua detenção e do que sofreu na prisão e no campo. Não falava quase nada do tempo posterior a 1950 e das conseqüências da detenção.

Em todas as entrevistas, Rosa se coloca em situação de responder a uma pergunta que jamais foi feita. Ela responde – sem haver sido diretamente perguntada – à pergunta: "Você foi nazista?" Ela tenta descrever sua juventude e como viveu durante o período de Hitler:

> Pertenci ao BDM para estar entre jovens. Eu também era jovem e queria passar meu tempo com eles. Cantávamos, dançávamos e viajávamos. Dedicávamo-nos ao esporte. Nada mais. Era feliz, me sentia querida. Eu me eduquei acreditando que Hitler não era um criminoso. Tudo o que ele fez, eu soube depois. Não sabia que existiam campos de concentração. Além disso, nossa gente no campo parecia com os mortos dos campos de concentração: só ossos. Exceto as mortes por gás. Isto não havia. Quanto ao resto, foi a mesma coisa (entrevista 1/1993, II A).

O assunto principal em todas as entrevistas é sua própria integridade e a demonstração de não ter sido anti-semita e nazista. Ela não o faz apenas por si mesma, mas se integra na absolvição de todo o grupo. Não apenas ela, mas, com raras exceções, todo o grupo de prisioneiros dos russos era inocente. Conseqüentemente, o tema "nazismo" não ocupa muito espaço e perde progressivamente importância em suas reminiscências. Se em 1993 ela declarou: "Quando chegamos ao campo, todos eram do BDM, todos líderes, mas hoje ninguém quer ser, ignoram-no. Às vezes me envergonho"; já em 1997 afirmou:

> Quase não havia nazistas, apenas uns poucos. Das duas mil mulheres, havia apenas 17 guardas de campo de concentração. Os russos as transferiram para o Leste para confrontá-las com prisioneiros de campos de concentração e processá-las por seus crimes. Mas, exceto duas, todas voltaram; não foram reconhecidas como criminosas; não eram culpadas. Nazistas são aqueles que assassinaram alguém. Não havia ninguém assim entre nós (entrevista 1997).

Rosa exibe a prova da própria integridade e inocência sobretudo com duas pessoas: uma é o célebre ator Heinrich George, a outra é um médico judeu, o dr. Fritz Hirschfeld. George representa sua distância da "própria gente",

como diz, a desilusão da "comunidade do povo alemão" (*deutsche Volksgemeinschaft*). Além disso, incorpora seu desengano em relação aos homens em geral. Já o dr. Hirschfeld representa seu "amor aos judeus" e prova seu rompimento com o passado nazista.

Ela viveu a prisão e o estupro pelos russos de acordo com a propaganda nacional-socialista. Várias vezes repetia que os russos eram exatamente como no filme GPU.[4] Portanto não se desiludiu com o comportamento deles, mas com o comportamento dos homens alemães. Conseqüentemente, o que foi mais traumatizante para ela durante o período de prisão não foram os russos, mas "sua própria gente". Há diferentes situações em suas lembranças. Uma é a reação dos transeuntes à sua detenção, gritando: "Nazista porca, tem que morrer." E comenta:

> Esses eram nossa gente! Mas tivemos que nos deixar guardar pelos russos, contra nossa própria gente. Nossos inimigos deviam nos proteger contra nossa própria gente! E digo mais: eles tiveram sorte, e eu não. A única diferença é que eu fui presa, e os outros não. Poucas semanas antes, eles também se rejubilavam quando viam Hitler. Agora queriam demonstrar aos russos que não eram nazistas. Que ser mutável é o homem! Às vezes sinto vergonha de ser alemã (lembranças 30.7.1990).

Em outras entrevistas este tema se repete, mas em frases curtas: "Os homens foram como porcos", "fizeram de tudo por um pedaço de pão", "comportaram-se mal", etc. Tenta, ao mesmo tempo, compreender a "suscetibilidade moral" dos homens.

Suas primeiras lembranças do médico judeu, Fritz Hirschfeld, aparecem já na primeira entrevista, mas apenas menciona que havia um médico com esse nome. Nessas primeiras entrevistas realizadas no memorial, fazíamos sempre uma pergunta: "de que nomes eles se lembravam", porque naquele momento nem se sabia direito quem tinha estado naqueles campos, porque todos os documentos e listagens de nomes encontravam-se trancados nos arquivos russos. Rosa só mencionava o médico, porque trabalhava no hospital do campo. Nas entrevistas posteriores, este médico judeu vai adquirindo importância cada vez maior. Nas primeiras entrevistas, Rosa relatava fatos acontecidos com ela e outras pessoas, mas nas seguintes estes mesmos fatos passaram a acontecer com ela e o médico. A partir de uma entrevista feita em 1995, o dr. Hirschfeld passou a ser seu "tio Fritz" e seu melhor amigo. Entretanto, ele não desempenha um papel apenas nas entrevistas de Rosa, mas

[4] GPU: polícia secreta soviética.

com o passar dos anos aparece em acontecimentos similares aos relatados por ela, também, em entrevistas com outros ex-prisioneiros.

Trabalhando como historiadores no memorial, utilizando a história oral, temos que nos confrontar com o fato de que, para os antigos prisioneiros, somos representantes da memória oficial em que eles não se vêem representados, e por isso tentam nos convencer a lhes dar um lugar adequado à sua própria memória, além de tentar nos convencer a equipará-los aos prisioneiros dos campos nacional-socialistas e a reconhecê-los como "vítimas".

A pergunta geral que aqui se coloca é: Será a história oral o método adequado para conseguir os conhecimentos históricos necessários ao trabalho científico nestes memoriais? Os prisioneiros dos campos soviéticos devem vencer maiores barreiras de credibilidade do que os prisioneiros dos campos nacional-socialistas? Além disso, aqui se manifestam claramente certas reservas (ou uma resistência geral) da "historiografia séria" contra a "história vivida".

COMPETIÇÕES ENTRE VÍTIMAS*

Alexander von Plato

Gostaria de falar sobre diferentes traumas, sobre "hierarquias de vítimas", sobre "competições entre vítimas" e sobre diferentes períodos de silêncio e de conversação sob diferentes sistemas políticos na Alemanha Oriental e na Alemanha Ocidental.[1]

Com o passar do tempo, as duas Alemanhas do pós-guerra alteraram a aceitação pela sociedade das diferentes vítimas no Leste e no Oeste. Houve uma "evolução cruzada" de aceitação daqueles que estiveram em campos de concentração nazistas e daqueles que estiveram nos campos especiais soviéticos. A aceitação era determinada pela guerra fria; enquanto os sobreviventes do Holocausto tiveram experiências ruins ou mesmo novos traumas depois da guerra, os outros foram reconhecidos na Alemanha Ocidental como testemunhas, durante a guerra fria, por terem sofrido nos campos soviéticos. No final dos anos 60, com a política de *détente*, foi o contrário.

Dentro dessas evoluções cruzadas, houve tempos de silêncio e tempos de conversação para estas vítimas, porque houve diferentes padrões para julgar essas pessoas nas sociedades das duas Alemanhas no pós-guerra, nos anos 50 e hoje.

Estes padrões de julgamento e esta aceitação não apenas jogaram luz nestas sociedades, não apenas produziram diferentes "hierarquias de vítimas" no Leste e no Oeste, mas estas atitudes também influenciaram as formas de enfrentar as próprias experiências, influenciaram as recordações e as narrativas das histórias de vida dos antigos prisioneiros dos campos nazistas e dos campos especiais soviéticos: todos eles ficaram traumatizados, mas a

* Tradução de Lucia Hippolito.

[1] Quero agradecer a Alice von Plato por várias observações ao conteúdo deste artigo.

aceitação pela sociedade foi crucial para estabelecer boas relações com as conseqüências deste passado brutal.

As histórias de vida demonstram uma das principais diferenças entre essas vítimas: a maioria dos sobreviventes do Holocausto perdeu toda a família, ao contrário dos internos dos campos soviéticos, e isto significa muito mais do que um lar para onde retornar; eles não tiveram ajuda para superar seus traumas. E no lado ocidental deve ter sido muito duro para eles que estas pessoas tidas como criminosas fossem aceitas, obtivessem indenização financeira e fossem mostradas por todo o país como vítimas do comunismo, enquanto eles próprios lutavam para conseguir pelo menos a indenização financeira. Este cenário geral mudou, porém, no final dos anos 60, no lado ocidental, enquanto no lado oriental os antigos internos dos campos soviéticos foram mantidos em silêncio durante os anos de existência da RDA.

Estas evoluções cruzadas produziram uma competição entre as vítimas, especialmente após a grande mudança de 1989, agora numa Alemanha reunificada. Isto pode indicar como é – e tem sido – importante a "digestão" do passado, como o passado pode se tornar explosivo quando falta digestão, porque na Alemanha estas experiências tão diferentes de vítimas tão distintas tiveram origem em diferentes sistemas políticos: duas ditaduras e uma sociedade com padrões democráticos ocidentais. E parece muito difícil que estas vítimas diferentes possam vir a ser capazes de se aceitar mutuamente. Não obstante, todas são parte da história alemã.

Finalmente, uma nota metodológica: a forte influência dessa evolução cruzada nas recordações e nas narrativas tinha que nos tornar mais críticos e desconfiados da própria entrevista oral: de qualquer modo, tivemos que utilizar diferentes métodos – neste caso tivemos que confrontar documentos de arquivos, outros textos, imagens e narrativas – e em vez de entrevistas temáticas, apenas entrevistas de história de vida podem fornecer mais do que "informações" questionáveis. Do contrário, não poderíamos sequer notar as mudanças de padrões e narrativas pessoais, as alterações da própria memória.

Vítimas do Holocausto

Depois da Segunda Guerra Mundial, vítimas sobreviventes do terror nacional-socialista que escolheram permanecer na Alemanha Ocidental enfrentaram todo tipo de dificuldade. Na maioria das vezes, encontraram-se sem seus parentes, sem suas antigas propriedades, e quase todos se sentiram desprotegidos pela maioria da população alemã ocidental, cuja maneira de lidar com o passado nacional-socialista eles não podiam compreender. A maioria considerou humilhante o processo de *Wiedergutmachung* (indeni-

zação) – de fato, para algumas vítimas, este processo representou um segundo trauma.

Gostaria de apresentar-lhes Hans Frankenthal. Aos 15 anos foi deportado para Auschwitz com sua família, toda ela morta em 1943, após a chegada; só ele e seu irmão sobreviveram – fazendo trabalhos perigosos e pesados em diferentes campos de concentração e de trabalhos forçados (*Arbeitslager*). No final ele estava quase morto e foi libertado em Theresienstadt em estado de coma, com um joelho permanentemente avariado. Seus libertadores lhe perguntaram, e ao irmão, por que queriam voltar para a Alemanha. Sua resposta: "Porque nosso pai nos pediu e por causa de nossa propriedade na Alemanha." Entretanto, quando ele e seu irmão voltaram para casa, os outros – a parte não-judaica da família – tinham dividido entre si a propriedade da família dos dois. Pior de tudo: ninguém, nem sua família nem funcionários do governo, os apoiou quando tentaram conseguir a restituição da propriedade: "Tudo o que recebi foram cinco mil marcos pela perda de uma educação formal. Nada mais."

A explicação oficial de 1947: ele e o irmão eram jovens demais para herdar do pai quando este morreu. Ele não podia acreditar neste "esclarecimento". Não obstante, só depois de vários anos conseguiu de volta uma parte da propriedade de seus pais.

Ele estava frustrado e ansioso no final dos anos 40 e durante os anos 50, porque quase ninguém queria saber de nada sobre o destino deles, ninguém os ajudou naquele tempo a construir um memorial para os judeus mortos em sua terra natal.

Ele nos contou a seguinte história: no final dos anos 40 foi a um bar de sua cidadezinha, numa região rural, e todos os homens alemães, depois de se embebedarem, contavam histórias heróicas sobre suas experiências de guerra. No final, perguntaram-lhe onde estivera durante a guerra. Ele respondeu: "Estive em Auschwitz." Ninguém conhecia Auschwitz. Quando começou a falar sobre Auschwitz e outros campos de concentração, ninguém acreditou. Diziam que ele estava exagerando. Então ele disse: "Se algum dos antigos judeus da comunidade judaica (cerca de cinqüenta membros) pudesse voltar para casa, ofereceria bebida de graça a todos, iria à praça do mercado e denunciaria a si próprio como mentiroso."

"Na minha opinião", ele nos disse mais tarde,"todas as cidades alemãs podiam ter sido bombardeadas durante a guerra, como Dresden", que ele tinha visto quando voltou de Theresienstadt.

Hans começou a perceber que as vítimas do nacional-socialismo e as da União Soviética enfrentaram diferentes graus de aceitação na Alemanha Oci-

dental nos anos 50: primeiro, havia os membros do "Grupo de resistência de 20 de julho" (os oficiais que tinham tentado matar Hitler e tomar o poder na Alemanha) e as vítimas da resistência da Igreja; a rememoração do extermínio dos judeus ocupava um nível "mais baixo"; às vezes até as vítimas alemãs da guerra ou da ocupação soviética na Alemanha ocupavam uma posição "mais alta" nesta hierarquia – especialmente durante a guerra fria.

Nessa situação, ele se casou com uma mulher não-judia em 1948, e ela deu aos filhos uma educação cristã, mas – como um compromisso – sem batismo. Teria sido possível dar-lhes uma educação judaica porque depois da guerra e do Holocausto todas as crianças de famílias mistas judaico-cristãs foram aceitas como membros da comunidade judaica. Em 1955 ele desistiu: seus três filhos foram batizados. Este era um novo tempo, de mimetismo, medo e doenças: "Transformei-me num eremita." Ele nunca falou com seus filhos sobre sua experiência em Auschwitz e sabe que estas experiências anteriores influenciaram seus sentimentos pessoais e relacionamentos para sempre: "Agora eles estão com mais de quarenta anos e sabem por que nunca os peguei no colo. E quase todos nós fomos maus cônjuges."

Acho que estas experiências são típicas de judeus que residem na parte ocidental da Alemanha.

Típico, também, foi que Hans Frankenthal percebeu que uma geração inteiramente nova estava surgindo no final dos anos 60: começou a se sentir menos estranho ou alienado na República Federal. A nova geração de professores, contou ele, começou a convidá-lo para dar conferências em escolas; jornais publicaram uma série de artigos sobre a história de sua vida, estações de TV o entrevistaram; ele se tornou membro da comunidade judaica que hoje dirige. Mas continuou a viver como eremita. Por outro lado, critica toda a Alemanha atual, da mesma maneira que costumava fazer nos anos 50. Uma vez ele me contou que sua lembrança das traumáticas experiências em Birkenau são mais fortes que sua nova experiência com os alemães mais jovens. Não conseguiu combinar estas atitudes entre si.

Na Alemanha Oriental a situação era diferente. Muitas vítimas que foram aprisionadas por motivos políticos ou raciais voltaram e começaram a participar da construção da República Democrática Alemã (RDA), muitas vezes em altos postos. Assim, generalizou-se um sentimento de aceitação no início da ocupação soviética, e talvez durante os primeiros anos da jovem RDA. Porém, poucos anos depois da Segunda Guerra Mundial, o clima político se alterou: vítimas judias foram confrontadas com o julgamento Slansky e com a luta contra o sionismo, e assustaram-se com a onda de anti-semitismo na União Soviética. Embora esta onda não fosse tão forte na RDA, os judeus

sempre foram cautelosos; a "hierarquia das vítimas" tinha mudado. Os sobreviventes souberam, então, que passaram a ser subordinados às vítimas políticas; duas categorias "oficiais" foram introduzidas na RDA: "os que lutaram contra o nacional-socialismo", principalmente comunistas, e "vítimas do nacional-socialismo". Isto significava que os membros dos dois grupos receberam, por exemplo, indenizações, pensões e outros serviços sociais diferenciados. Não obstante, a maioria tentou ser um "bom" cidadão da RDA ou um comunista leal, às vezes até de maneira oportunista. Muitos anos depois, após a grande mudança de 1989 – muitos conservaram lembranças muito positivas da RDA –, para uma grande maioria as dificuldades dos judeus na RDA perdeu importância.

Vítimas da ocupação soviética

As experiências dos primeiros internos nos campos especiais soviéticos na Alemanha foram muito diferentes. Estes campos especiais existiram entre 1945 e 1950, na Zona de Ocupação Soviética; de acordo com as fontes soviéticas daquela época, cerca de 155 mil pessoas foram aprisionadas (incluindo "estrangeiros", principalmente russos), mas atualmente o número levado a sério eleva o total para 185 mil pessoas.[2] Muitos internos eram – como mencionei na introdução do painel – nazistas de escalão intermediário e inferior; um dos mais altos funcionários era Ritter von Halt, presidente do Comitê Olímpico Alemão. Hoje podemos entrevistar apenas os mais jovens entre os antigos prisioneiros, menos incriminados ou menos prejudicados por seu passado nazista, muitos dos quais foram enviados aos campos sob suspeita de ser um *Werwolf*, uma organização de jovens hitleristas, mais temida que real. Entretanto, não é mito o fato de que o principal interesse dos soviéticos em 1945 foi conseguir trabalhadores para a reconstrução da União Soviética. Mais tarde tentaram prender antigos nazistas, mas, por exemplo, no início membros da SS não eram aprisionados nesses campos, pois eram tratados como prisioneiros de guerra. Não obstante, a maioria dos internos era composta de antigos nazistas, principalmente *Blockwarte*. Tinham que ser punidos ou mantidos em *Schweigelagern*, para que não ocupassem altas posições no governo do pós-guerra. Nos campos, entretanto, não havia "ree-

---

[2] Na Zona Americana cerca de cem mil pessoas foram enviadas para campos de prisioneiros de guerra, na Zona Britânica, cerca de 93 mil. Mas a taxa de mortalidade nesses campos era muito mais baixa, e os internos eram freqüentemente libertados depois de um período mais curto do que o que ocorria nos campos soviéticos. Americanos e ingleses começaram logo a checar cada caso. Ver a Introdução de Plato, A. von (ed.), *Sowjetische Spezialllager in Deutschland 1945 bis 1950*, Band 1. Studien und Berichte, Berlin (Akademie Verlag) 1997.

ducação antifascista". A arbitrária política soviética desses campos pode ser demonstrada por um dos interessantes resultados de nossa pesquisa: a maioria das pessoas mais velhas, com um passado nazista aparentemente ativo, não foi julgada pelos tribunais militares soviéticos, enquanto os que foram julgados eram principalmente mais jovens e sem este *background* nazista.[3]

Gostaria de apresentar a vocês Ludolf Veberg, caso típico de interno bastante jovem. Nasceu em 1929 em Berlim; seu pai era um marceneiro e depois da Grande Depressão tornou-se chefe numa empresa de segurança. Ludolf freqüentou escola secundária, ingressou no Deutsche Jungvolk, a seção infantil da Juventude Hitlerista, onde conseguiu uma patente mais baixa (*Jungzugführer*). Com 15 anos, durante os últimos meses da guerra, foi recrutado para o *Volkssturm* perto de Berlim, foi ferido seriamente no ombro e voltou para casa. Depois de um curto período no hospital, foi preso pela Polícia de Segurança Soviética. Razão: sua patente como *Jungzugführer* no Deutsche Jungvolk e um revólver encontrado na casa de um membro de seu grupo; foi interrogado e espancado pelo oficial, a despeito de seu ombro ferido. Foi transportado para diferentes campos soviéticos (Weesow, Landsberg/Warthe); no fim, estava em Buchenwald, o antigo campo de concentração nazista, usado pelos soviéticos como campo especial para todos aqueles que não tinham sido julgados por um tribunal militar soviético. Ludolf nunca soube por que era acusado e nunca foi a julgamento. Em 1948 foi libertado. Mas não fez as pazes com a vida sem seqüelas. Depois de alguns anos, sua família e um grupo de jovens cristãos "trouxeram-me de volta à vida". Ele fez um rápido treinamento para escriturário e se tornou chefe de uma gráfica no fim de sua carreira. Até esse dia ele tinha estado traumatizado: "...Buchenwald ocupava freqüentemente meus pensamentos... Só era preciso uma palavra, por exemplo, Thüringen ou Weimar.[4] Só precisava ouvir 'KZ'–[5] imediatamente Buchenwald ou Landsberg se faziam presentes... com todo o medo e outros sentimentos."

Assim como ele, todos estes prisioneiros dos campos especiais tiveram experiências traumáticas. Muitos ouviram que eram acusados de serem *Werwölfe*, mas a maioria não tinha qualquer relação com esta organização. Algumas vezes foram torturados, freqüentemente espancados, a maioria

---

[3] Kersebom/Niethammer, In: Plato, 1997.

[4] Buchenwald (perto de Weimar) fica em Thüringen.

[5] Interessante que ele usa a expressão "KZ" (campo de concentração) e não "campo especial". Ele é muito solidário com os prisioneiros dos campos de concentração alemães, porque tiveram – na minha opinião – experiências semelhantes.

estava doente e todos passaram fome. Perto de 35% dos prisioneiros morreram; conferindo com fontes soviéticas, isto significa 42 mil entre 122 mil internos alemães. Os outros foram libertados depois de três ou cinco anos; mais tarde, muitos foram para a Alemanha Ocidental.

Na RDA sua experiência passada era tabu: durante toda a existência da RDA não foi permitido falar sobre esses campos. Os ex-prisioneiros nunca se sentiram aceitos como vítimas e nunca conseguiram uma indenização como seus "camaradas" ocidentais. Portanto, descrevem a si mesmos como "vítimas de segunda classe", quando comparadas aos antigos internos ocidentais, e mesmo em comparação às vítimas do nacional-socialismo. Talvez este longo período de silêncio possa explicar a forma agressiva com que muitos deles estão agora tentando ser aceitos, depois da mudança de 1989.

Entretanto, surpreendentemente, muitos de nossos entrevistados do Ocidente nos contaram que também não falavam sobre suas vidas nos campos de prisioneiros de guerra. Ludolf Veberg diz:

> Bom, por que não falei sobre essas experiências? Isto é muito difícil de responder, muito difícil. Basicamente, acho que pensei: "Ninguém vai compreender você, afinal de contas, ninguém pode imaginar como era aquilo..."Mesmo na Juventude Cristã, depois da minha prisão, nunca falei sobre minhas experiências ou lembranças, nunca. Nem com minha família... Tenho a impressão de que ainda existe uma idéia na cabeça das pessoas: "Eles devem ter feito alguma coisa, caso contrário não teriam sido presos... Eles são responsáveis por 1945..."Mas no final da guerra eu tinha 15 anos, por isso não podia ser culpado, não mesmo, pois no início da guerra eu tinha dez anos. Quando Hitler subiu ao poder, eu tinha quatro anos. Como você vê, não posso explicar por que ninguém fala sobre isso nem por que ninguém quer falar sobre isso.
>
> Mais tarde:
>
> Na RDA todos os antigos internos tiveram dificuldades. Mas, mesmo na República Federal, durante todos aqueles anos antes da grande mudança de 1989 muito pouco tinha sido publicado sobre estes campos. Naquele tempo quase nada chegou ao conhecimento do público... Tenho a impressão de que nenhum dos lados tinha qualquer interesse nesse assunto.

Ele não fala apenas da época da *détente*, mas de todos os anos entre 1945 e 1989. Quase todos os antigos internos a quem pudemos perguntar responderam que tinham dificuldade de falar sobre suas experiências em campos.

As principais razões mencionadas são:

1) tinham medo de que não lhes fosse permitido visitar suas famílias na RDA ou tinham um medo generalizado da polícia secreta da Alemanha Oriental (Stasi). Ludolf Veberg: "Sempre ficava de coração na boca quando viajava através da RDA (Alemanha Oriental)";

2) mas a principal razão tem sido a política de *détente* entre Leste e Oeste desde o final dos anos 60, e

3) alguns deles tinham medo de serem chamados de nazistas até mesmo por seus próprios filhos.

Estas foram as razões que nos deram. Se entrássemos em detalhes, no entanto, perceberíamos que suas lembranças tinham mudado. Eles vêem o passado dos anos 50 à luz dos dias de hoje. Apesar de sua memória, suas experiências foram levadas a sério durante a guerra fria. Muitos deles fizeram relatos sobre seu passado em diferentes lugares, diante de públicos variados, como grupos do Partido Social-Democrata, grupos da Igreja etc. Às vezes, eles mantinham fotos de suas aparições em público nos seus álbuns de fotografias. Em resumo, apesar de suas recordações, foram aceitos como vítimas do comunismo, como testemunhas contra a União Soviética durante a guerra fria.

Parece, entretanto, que a segunda parte de suas lembranças pode ser mais "confiável". Depois dos anos 60 e início dos 70 – exatamente o contrário do que teria ocorrido com nossos entrevistados judeus – muitos deles não ousavam mais falar sobre seu período como prisioneiros porque temiam o julgamento de seus filhos, amigos, da imprensa ou de grupos políticos. Temiam ser julgados por terem sido nazistas ou – durante a *détente* entre Leste e Oeste – soldados da guerra fria. No entanto, aqueles que permaneceram na Alemanha Oriental passaram por um processo oposto. Incapazes de falar sobre suas experiências durante a existência da RDA, passaram a fazê-lo abertamente pela primeira vez depois da reunificação.

Mas hoje, não sendo tão aceitos como vítimas por uma geração mais jovem, eles estão compreendendo seu passado como se ele tivesse sido tratado dessa forma durante os últimos cinqüenta anos. Suas recordações reais sugerem: mesmo nos anos 50 – assim são as principais declarações – ninguém queria ouvir suas histórias, todo mundo aceitava os judeus como vítimas, mas não as vítimas dos campos especiais soviéticos que eram, ao contrário, às vezes até chamados de "criminosos" (*Täter*). É por isso que muitos lutam vigorosamente pelo mesmo *status* de vítima que os judeus, lutam pelos mesmos conceitos (campos de concentração, política de extermínio,

Vernichtungspolitik). "Não queremos ser vítimas de segunda classe" – é uma frase que ouvimos freqüentemente dos antigos internos dos campos especiais. Por outro lado, a maioria dos membros da minha geração que criticou o silêncio sobre o Holocausto nos anos 50 e 60, assim como os próprios sobreviventes do Holocausto, não aceita os antigos internos dos campos especiais como vítimas, mesmo que esses internos fossem os mais jovens, anistiados pelos Aliados depois da Segunda Guerra Mundial.

Aqui podemos ver que existe uma competição verdadeira entre os chamados grupos de vítimas.

Gostaria de citar uma carta que recebi não de um entrevistado, mas de um outro antigo prisioneiro de um campo especial. Ele criticava – tal como nossos entrevistados – o número de mortos nos campos especiais soviéticos que estavam sendo usados por pesquisadores e continuava:

> Os números verdadeiros de nossos camaradas mortos devem ser conhecidos(!) ... Não há razão para se adulterar o número de mortos num campo da SS, de sessenta mil para cem mil, isto para não mencionar que as circunstâncias de vida nos guetos de Lodz e Varsóvia durante os amargos anos de 1941 e 1942 geraram muito menos vítimas mortas por habitantes do que as que vivemos [nos campos especiais]. O que me interessa é a verdade sobre nossos campos (especiais).

Este é um exemplo que parece partir de um radical de direita, porque ele esqueceu o "pequeno detalhe" de que a maioria dos habitantes desses guetos foi morta depois. Mas não tem que ser necessariamente a voz de um extremista de direita – mesmo que pareça assim para a maioria de nós. Talvez ele apenas se tenha tornado amargo porque ninguém quis ouvir os relatos sobre o sofrimento nos campos soviéticos, talvez nós mesmos presumamos inconscientemente que todo mundo que esteve num campo especial deve ter sido nazista.

5

Identidade da classe trabalhadora em uma economia global

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO VISTA DE BAIXO PARA CIMA E DE DENTRO PARA FORA: O DESAFIO DE SE RETRATAR A CLASSE TRABALHADORA EM PALAVRAS E IMAGENS*

Michael H. Frisch

O título de minha apresentação sugere um contexto: as amplas transformações econômicas e sociais do forte núcleo industrial dos Estados Unidos, como parte da reestruturação global ora em curso. Sugere, ainda, um método para documentar esse contexto e a complexidade singular que a dimensão de classe insere neste processo.

Comentarei um projeto documental particular: minha colaboração em história oral com o fotógrafo Milton Rogovin. Em nosso livro *Portraits in Steel* (Retratos em Aço), publicado em 1993 pela Cornell University Press, retratamos através de palavras e imagens os trabalhadores do setor siderúrgico – e suas famílias – de Buffalo, Nova York, uma cidade que acabara de passar por um colapso quase total de sua indústria siderúrgica, que antes havia sido dominante.

Ao apresentar este trabalho, espero levantar algumas questões mais amplas sobre mudança social, história oral e documentação. Parece-me particularmente apropriado fazê-lo aqui no Rio de Janeiro, pois o trabalho de meu parceiro está especialmente em consonância com o do grande fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado. E igualmente apropriado, porque as questões da transformação econômica global que vinculam nossas sociedades de maneira tão complexa conferem, espero, maior relevância e importância às experiências dos operários de Buffalo que Rogovin e eu exploramos minuciosamente.

Gostaria de começar chamando atenção para algumas das qualidades genéricas da história oral e da documentação fotográfica que têm de ser consideradas em projetos como este. Posso permitir-me ser particularmente

* Tradução de Paulo Martins Garchet

conciso na discussão sobre história oral com esta platéia, porque o trabalho das conferências internacionais de história oral, como esta, tem tido muito a ver com a cristalização de novos entendimentos da capacidade e do potencial que são exclusivos deste modo de documentação. Neste ambiente, já é quase um truísmo observar que o que aparece, à primeira vista, como limites e desvantagens da história oral como evidência histórica, torna-se, na verdade, sua mais proeminente e distinta vantagem. A história oral enfoca, geralmente, contextos específicos com grande detalhamento; apóia-se na fugidia evidência da memória; e distingue-se das metodologias históricas, como Ron Grele há muito observou, porque através do formato das entrevistas o entrevistador é profundamente envolvido na geração, no presente, dos próprios dados que serão estudados, em seguida, como evidência do passado. Em termos convencionais, cada um destes fatos pareceria estar em contradição com o estudo formal da história, que busca entendimentos mais gerais apoiados em evidência objetiva solidamente embasada no passado.

Apesar disso, compreendemos que o sentido de minuciosidade e o interesse pela construção individual, social, cultural e política da memória, pela natureza das formas narrativas e pela construção inevitavelmente dialógica do "passado no presente" – que a entrevista de história oral tão vividamente representa – promoveu a história oral a uma posição central no que há de mais vital e excitante em teoria cultural e estudos históricos de nossos dias.

Contudo, este movimento nem sempre se traduz em entendimento e aceitação mais amplos do potencial da história oral. Na verdade, nosso próprio sucesso como historiadores colocou desafios à autoridade profissional, e nossa concepção de história oral, como geradora de um diálogo mais amplo sobre importância e significado históricos no presente, tem desafiado a autoridade cultural das elites sociais e institucionais. A história oral talvez tenha demonstrado seu potencial, mais precisamente quando teve suficiente importância para provocar resistência. Estas questões, em grande parte inerentes à metodologia e suas aplicações, têm sido particularmente agudas quando a história oral aborda e engaja linhas de classe e poder. Em outro documento, escrevi sobre como tem sido possível, já há um bom tempo, reduzir a história oral ou a "dados" – usados pelos árbitros profissionais e culturais com autoridade – a uma "voz do povo" emotiva, romantizada. O que pode significar a mesma coisa se a interpretação e a localização da experiência continuarem sendo reservadas às "classes pensantes".

Alguns dos presentes devem conhecer o artigo que escrevi há alguns anos ao me deparar pela primeira vez com esta tendência, quando um grupo com o qual trabalhava viu-se envolvido em uma "batalha" editorial com o *New*

York Times acerca do texto que nos havia sido encomendado para sua revista de domingo e que se baseava em entrevistas sobre desemprego. Aquilo a que o *Times* resistia nada tinha a ver com conteúdo político. Na verdade, pareciam estar nos dizendo: "quanto mais radical, melhor". O que lutaram – para excluir – o que achavam desinteressante e irrelevante – era toda e qualquer consciência analítica, explicativa ou histórica que houvesse nas entrevistas. Era como se o trabalho da classe operária provocasse um choque de experiência pura e autenticidade emocional que os leitores do *New York Times* poderiam então deglutir e digerir junto com as guloseimas de seu café da manhã dominical. O paralelismo desta postura com a pornografia pareceu-me, à época, bastante revelador e informou muito de minha busca por alternativas em história oral ao longo dos anos, especialmente enquanto tomava forma o projeto *Portraits in Steel*.

O trabalho em conjunto com um fotógrafo documentalista ajudou-me a perceber que as questões que inicialmente tendera a definir em termos de história oral representavam, na verdade, temas mais amplos e profundos de engajamento cultural e de representação, temas centrais na longa e complexa história da fotografia documental: a atitude e a postura do fotógrafo em relação ao assunto-tema; o envolvimento do fotógrafo nas fotografias, como algo mais que lentes passivas para documentação da "realidade"; a questão de como intenção, platéia e usos de tais fotografias atuam como componentes de seu "significado"; e o problema da responsabilidade do fotógrafo perante as pessoas em suas imagens – tudo isso levanta questões curiosamente paralelas aos temas centrais do discurso da história oral, estimulando muito do que há de mais interessante em nosso campo.

E também no caso da fotografia, como acontece na história oral, estas questões tornam-se mais complexas e significativas quando o enfoque é a intervenção em vidas individuais em comunidades e locais específicos e quando o que está sendo explorado não é alguma realidade estática, mas mudanças e opções complexas nessas vidas e comunidades, assuntos que as pessoas nas fotografias experimentam como temas ativos, reflexivos. E quando esses temas têm uma dimensão definitiva de classe, aquilo que, na fotografia documental, pode ser chamado de "dialógico", torna-se, como na história oral, extremamente complexo, com impacto tanto na geração, quanto na recepção do trabalho documentativo.

Nestas acepções, não chega a surpreender que a problemática do documentário de classe operária tenha sido tão fundamental na história da fotografia nos Estados Unidos – do impulso de expor, revelar – que motivou as expedições de Jacob Riis à *other half* (outra metade), ao impulso para reforma e ação social no trabalho de Lewis Hine e à tensa, instável, conflu-

ência de documental e introspectivo no *Let us Now Praise Famous Men* (Vamos Agora Homenagear Homens Famosos). Aqui, no Brasil, tensões similares animam a ligação que Sebastião Salgado faz, em suas fotografias de trabalhadores, de particularidades humanas e estruturas globais, fotografias cuja intensa força gera em sua platéia uma tensão artística distintiva, que é central no romântico dilema do projeto documental: como receber, responder, e que atitude tomar diante de fotografias tão lindas de realidades definitivamente nada belas.

Com estas preocupações em mente, permitam-me apresentar-lhes o fotógrafo Milton Rogovin, como base para discussão do que aprendi elaborando histórias orais em conexão com suas fotografias. Milton Rogovin personifica hoje, perto dos noventa anos, a tradição mais antiga de documentarista ativista social, cuja origem ele atribui a Lewis Hine. É interessante notar que Rogovin não começou a fotografar seriamente senão já próximo dos cinqüenta anos – quando seu ativismo político fez dele uma vítima dos expurgos promovidos por MacCarthy nos anos 50. Com a voz, de fato, silenciada, este optometrista por profissão voltou-se para os olhos, como um meio de continuar se manifestando e trabalhando em prol da mudança social.

O trabalho de Rogovin tem como foco aqueles que ele denomina, no título do catálogo de sua principal exposição retrospectiva, *The Forgotten Ones* (Os Esquecidos). Parte de sua obra tem um enfoque microscópico – em livro recente documenta ao longo de 25 anos pessoas de vizinhanças muito pequenas e muito pobres –, e parte é impressionantemente global – em um vasto projeto fotografou mineiros de carvão em cerca de 25 países em todo mundo.

No projeto que deu origem ao nosso livro, Rogovin fotografou operários siderúrgicos nas usinas e fundições de Buffalo no final da década de 70, principalmente. Empregou uma técnica direta que é, ao mesmo tempo, óbvia e, pelo mesmo motivo, surpreendentemente original, pois não tenho conhecimento de nenhum paralelo similar na longa história da fotografia documental: fotografava o operário no local de trabalho e depois pedia permissão para visitá-lo em casa e lá tirar fotografias em ambiente e pose da escolha do trabalhador. Seu espetáculo *Working People* (Gente que Trabalha), que foi exibido internacionalmente, apresentou cerca de quarenta desses pares casa trabalho; Rogovin empregou uma técnica muito similar nas maciças séries multinacionais com mineiros de carvão, que esperamos sejam publicadas brevemente. Mais recentemente, a curiosidade do fotógrafo foi excitada por outras dimensões de comparação, especialmente as mudanças ao longo do tempo, e vem se dedicando a uma variedade de projetos em que volta a fotografar temas de retratos anteriores.

Este impulso levou à nossa colaboração, quando Rogovin observou que praticamente todos os siderúgicos que fotografara no final da década de 70 haviam-se tornado "ex-siderúrgicos" com o colapso da indústria em Buffalo. Eles representavam, podemos dizer, uma espécie de amostragem acidental da desindustrialização, um grupo de "índices humanos chaves" de uma ampla transição econômica e social. Rogovin decidiu refotografá-los e eu conduzi extensas entrevistas de histórias de vida, freqüentemente utilizando as fotografias originais como ponto de partida para documentar um mundo de trabalho e comunidade que havia sofrido, subseqüentemente, tão profunda modificação.

Desde o início procurei desenvolver um modo de entrevista adequado às fotografias, razão por que achei particularmente útil a idéia de elaboração de retratos. Quase todas as fotografias de Rogovin são retratos formais – ele se interessa quase que exclusivamente por envolver diretamente uma pessoa que olha fixamente para ele e sua câmera. Esta dialética de auto-apresentação e representação mediada, que pude sentir, é tão central para a história oral quanto a elaboração de retratos. Em nenhum dos casos, o artista ou historiador é um receptor passivo. Nem o sujeito é uma fonte passiva de dados para o artista ou historiador. A energia que une o artista e o sujeito é muito similar à qualidade dialógica que muitos de nós exploramos na entrevista de história oral. Em ambos os casos, o resultado é um registro complexo, sincrético da interação ocorrida. Esta, foi a qualidade que busquei nas entrevistas que conduzi para complementar os retratos de operários do setor siderúrgico feitos por Milton Rogovin.

Antes de mostrar-lhes estas imagens e comentar rapidamente os textos, permitam-me observar que esta dimensão de nosso projeto teve o efeito de produzir um livro de difícil publicação – o que se deve, principalmente, ao fato de ter provocado muita resistência, do mesmo tipo da descrita anteriormente, resistência esta fundada no desafio inerente ao documentário de classe operária.

Contatamos cerca de dez editores antes de encontrarmos um que estivesse disposto a aceitar o projeto. Parte da pilha de cartas de rejeição, é verdade, deve-se a preocupações reais quanto ao custo e ao mercado potencial, tendo em vista a despesa com a produção de um livro com tantas fotografias de alta qualidade. Muitas das recusas, porém, tinham origens mais complexas: resistência à inclusão de entrevistas de histórias de vida que pudessem ser mais que simples "legendas" ou *word-bites* para os retratos; resistência a nossa decisão de empregar um formato de conversação modificado, com perguntas e respostas, em vez de apresentarmos entrevistas redigidas como narrativas contínuas a uma única voz, o que tornaria a interação com o

entrevistador explícita e engajaria o leitor; e, mais fundamental, resistência a nossa apresentação das entrevistas sem anotações, interpretações ou comentários acadêmicos, e com uma introdução mínima, apenas para explicação do contexto.

Com efeito, a maioria dos editores se sentia mais confortável com um livro artístico de fotografias sem nenhum contexto ou contextualizado como de "classe média", mas acabavam dando a este termo um significado altamente carregado, cujos conteúdo e implicações seriam qualquer coisa, menos burguês: a linguagem da classe média quase sempre emerge quando esses sujeitos desejam expressar a idéia de que o chão está desmoronando sob seus pés e de que se sentem, subitamente, suspensos no fosso entre os ricos despreocupados e a desesperada subclasse dos pobres – de fato, uma noção bem distinta de "classe média".

Fiquei muito intrigado a este respeito ao notar o impressionante contraste entre as aglomeradas e diferentes categorias que os trabalhadores constroem no interior e no entorno de suas histórias e de suas vidas, e as análises em malhas truncadas, unidimensionais que os críticos adotam, seja através de pesquisas acadêmicas, seja da crítica política. Pode-se sentir algo dessa complexidade, creio, no comovente contraste entre as imagens do trabalho e dos ambientes domésticos onde as pessoas escolheram posar para a câmera de Rogovin – ambientes que um incompreensivo crítico pôde ver apenas como evidência de que os trabalhadores haviam se "vendido" a um estilo de vida burguês, como se a verdadeira consciência de classe exigisse que se viva em um barraco e se boicote a cultura de consumo.

A título de ilustração, permitam-me apresentar de forma condensada o que talvez seja o exemplo mais carregado e fascinante surgido nessas entrevistas – um exemplo que estive muito perto de eliminar quando notei que uma certa Doris McKinney, fotografada com óculos de proteção e maçarico, havia contado a mesma história duas vezes em uma longa entrevista que eu tentava desesperadamente resumir. A história compreende o fato de que ela era uma mãe que recebia auxílio da assistência social e que estava diante de uma oportunidade de obter emprego permanente na usina da Republic Steel. Eis como ela contou a história da primeira vez:

> Lembro do maçarico de que estava falando com você... tive de aprender como cortar o aço. E nós tínhamos três meses antes de acabar o período de experiência. E eu já conseguia cortar o aço, mas o maçarico ainda parecia pesado demais para eu levantar, e aí eu meio que arrastava e empurrava ele – você sabe. E o cara com quem eu estava trabalhando ficava mandando relatórios negativos sobre mim,

> dizendo que eu não conseguia pegar o maçarico, e coisas desse tipo. Aí um dos outros contramestres disse, "bem, eu acho que ela dá conta do serviço". Então, eu tinha perto de uma semana para atravessar e ia haver um feriado longo, tipo dia do trabalho, ele me chamou no escritório e disse: "Bom, se você não levantar esse maçarico quando voltar do feriado, está fora." Simples assim (ri). Imagina só, passar de duzentos – deixa eu ver, acho que era quanto eu estava ganhando, talvez trezentos por semana, e a idéia de voltar para a assistência social e ganhar trezentos por mês... O fim de semana inteiro eu chorei e chorei (ri). Quando voltei na segunda consegui pegar e carregar o maçarico como se não fosse nada. Porque era psicológico, sabe. Eu sabia que não queria voltar para a vida que estava tendo, e que se houvesse um restinho de força dentro de mim, e se as outras mulheres conseguiam, então não via por que eu não ia conseguir. E aí eu consegui.

Mais tarde, contudo, em uma entrevista muito longa, Doris McKinney descreveu como havia completado um programa de curso comunitário de nível superior enquanto estivera por conta da assistência social, curso do qual saíra como assistente de terapeuta ocupacional, e como procurara uma posição profissional no campo da assistência social mas acabara ficando com o emprego na Repubic Steel. Eis o que ela disse:

> DM: Era um passo para frente, porque era um bom emprego e pagava bem; e era um passo para trás porque não era o tipo de coisa que eu queria fazer. E aí, foi bem deprimente. E depois, ter de manter o emprego – que não tinha nada a ver com ajudar um paciente a se recuperar de um derrame, ou um doente mental a ocupar seu tempo livre. Isto é o que eu fora treinada para fazer, e, ainda por cima, tinha conseguido um emprego no hospital Memorial de Niagara Falls. Mas o salário inicial era muito baixo. E a gente tinha estado privado de tudo, tanto tempo, que o dinheiro pesou mais que a experiência. E quem podia garantir que o outro emprego ia dar certo? De modo que, quando consegui o emprego na Republic (Steel) – você sabe como é, a cabeça da gente tem de mudar para manter um emprego, não dá para continuar se imaginando fazendo outra coisa.
>
> MF: Você não pode dizer "O que sou 'mesmo' é uma terapeuta ocupacional"?
>
> DM: Isso mesmo. É, "estou fazendo isto só temporariamente". Não, não dá – tem de ser tudo ou nada. Pensei que desse para manter as leituras, e manter os *AJOTs, Journal of Occupational Therapy* (revistas

> de terapia ocupacional), as revistas (do ramo), você sabe. Mas você não consegue se manter no emprego a menos que participe ativamente dele. Aí, uma hora, você se decide e diz, "Bom, enquanto estiver nesse emprego vou fazer o diabo para mantê-lo e conseguir algumas das coisas que quero, e se chegar a hora, que seja, sigo em frente."

É claro que esta é a mesma história de experiência, tentativa e determinação – mas com um invólucro de significado totalmente diferente, um novo envoltório que transforma uma mãe desesperada, que vive à custa da assistência social e procura uma saída, em uma graduada de nível superior que aceita uma mobilidade profissional descendente em troca de sustento econômico para suas necessidades familiares.

Tais exemplos poderiam ser multiplicados por muitos outros que se encontram no livro, talvez não tão dramáticos, todos sugerindo resistências vividas a categorias redutivas e a capacidade que têm as pessoas que trabalham de entender e representar esta complexidade através de construções próprias – do mesmo modo que suas poses diante da câmera apresentam sua realidade em seus próprios termos, basicamente, e não apenas nos do fotógrafo.

Desde que terminei este projeto, passei a me interessar muito pelo que se mostrou ser um crescente campo de trabalhos que documentam a desindustrialização e a transformação econômica, baseados em grande parte em combinações de história oral e fotografia. O que tem despertado minha curiosidade é ver como estes trabalhos evidenciam, com tanta freqüência, exatamente os mesmos tipos de categorias de consciência e identidade – variadas e de difícil compreensão – que a história contada duas vezes de Doris McKinney, ou o templo a Elvis Presley de Dick Hughes conseguem transmitir. Para exprimir o que tanto compele e instrui nesta ótica, quero, resumindo meus comentários e apresentando os dela, contar uma história sobre a primeira vez que encontrei Alicia Rouverol, minha colega neste painel.

Deparei-me pela primeira vez com o projeto de Alicia sobre Linda Lord como interlocutor de seu ensaio em um painel acadêmico chamado *When Plants Shut Down* (Quando as Fábricas se Fecham), na Berkshire Conference on the History of Women, em Chapel Hill, Carolina do Norte. O painel como um todo estava diretamente voltado para o tema da conferência, *Complicating Categories: Women, Gender and Difference* (Categorias Complicadoras: Mulheres, Gênero e Diferenças). Neste papel, vi-me repetidas vezes atraído pela citação que Alicia havia tomado da entrevista de Linda Lord, citação que ela escolheu para título do que viria a ser o livro conjunto das duas: "Eu Estava Satisfeita, e não Estava Satisfeita".

Isto parecia capturar com exatidão a qualidade que havia acabado de observar em minhas próprias entrevistas – como na "classe média, mas não classe média". Mas, à época, fiquei surpreso de me pegar lembrando de um quadro de referência muito distinto que a citação sugeria, um quadro que me ajuda a cristalizar os pontos que desejo afirmar neste painel, no Rio – tanto sobre documentação, quanto sobre realidades da classe trabalhadora. Isto envolve uma história pessoal que pode parecer um pouco distante do assunto – caso Anton Tchekhov e os aristocratas russos do final do século XIX pareçam, a vocês, muito distantes de uma usina siderúrgica de Buffalo, Nova York, e de uma indústria avícola de Belfast, Maine.

Há alguns anos, um amigo me recrutou para o elenco do teatro da comunidade em uma produção local da grande peça de Tchekhov, *The Three Sisters* (As Três Irmãs). Meu papel era o de Kulyiugin, um mestre-escola e marido traído de Masha, a mais temperamental das irmãs. Eu tinha pouca experiência de palco e precisava de muita orientação; boa parte dela dizia respeito a como apresentar algumas falas cruciais: diante de cada humilhação e desapontamento que sua sina lhe impunha, Kulyiugin repete: "Estou satisfeito, estou satisfeito, estou satisfeito." O truque era dizer estas palavras de um modo que não fosse apenas patético, mas que também deixasse claro quão determinado estava este homem em, de alguma maneira, seguir em frente, em evitar a autopiedade que paralisava as outras personagens da peça. Essas linhas voltaram à minha mente quando li as palavras de Linda Lord porque, ecos pessoais à parte, parecia que Tchekhov, Linda Lord e, por extensão, os trabalhadores de Buffalo que eu havia entrevistado estavam, de fato, falando uns com os outros.

Considerem que, além do pobre Kulyiugin, *As Três Irmãs* envolve uma família de aristocratas que esmaecem no crepúsculo de uma nobreza russa que logo seria varrida pela modernização e pela revolução. Eles estavam perdidos em províncias muito distantes do centro do poder e da sofisticação de seu mundo. Eles, seus amantes e seus amigos passam a maior parte dos quatro longos atos reclamando do tédio e lamentando seu destino. (Nunca esqueço a luta de nosso valente diretor, não inteiramente bem-sucedida devido à dubiedade de nossos talentos, para evitar que uma maravilhosa peça sobre o tédio se tornasse uma chatice. Mas isto é uma outra história).

Linda Lord lança tudo isso em uma perspectiva nítida: aqui estão os nobres e aristocratas de Tchekhov, que apesar de toda sua riqueza e de seus privilégios insistem, de fato, em dizer "não estamos satisfeitos"; aqui está Kulyiugin, o determinado profissional de classe média, que sem convencer, mas comovedoramente, insiste em afirmar "estou satisfeito" quando tão

obviamente não o está. E aqui está Linda Lord, uma mulher da classe trabalhadora de Belfast, Maine, que ao ser perguntada se gostava de seu emprego na indústria avícola refuga e desvia a implícita opção isto/ou aquilo, respondendo: "eu estava satisfeita, e não estava satisfeita", e segue em frente contando sua história à sua própria maneira.

Esta é uma afirmação reveladora, e colocar esta declaração no título foi uma escolha reveladora de Alicia Rouverol. O que isto me diz ecoa poderosamente o que aprendi com as fotografias de Milton Rogovin e com os textos que lhes foram apresentados, que ajudei a compor para meu próprio projeto de história oral. Os indivíduos da classe trabalhadora se encaixam nas categorias óbvias que outros usam com tanta freqüência para engajá-los e aferi-los, sejam elas categorias de valores de classe média que se presumem auto-evidenciadamente universais, sejam categorias de análise acadêmica tidas como um tanto mais profundas ou mais verdadeiras do que aquilo que as pessoas podem descobrir quando refletem sobre conversas acerca de sua própria experiência. A maneira certa de começar, dizem-nos, é deixar nossas categorias na porta – aproximarmo-nos de suas histórias em seus próprios termos, para ver como eles podem se questionar, complicar e imaginativamente expandir, em vez de serem enquadrados a partir de nossas próprias premissas.

Permitam-me concluir com uma palavra final – literalmente, uma palavra. Na conferência de Berkshire onde conheci Alicia Rouverol, como acontece com vários congressos acadêmicos nos dias de hoje – excluindo, esperamos, este do Rio de Janeiro –, a atmosfera estava carregada de teoria e jargão – o tipo de frases de efeito que servem, em todos os campos, como atalhos para a comunicação entre os que sabem exatamente aquilo a que se está fazendo referência, mas que pode ser impenetrável e opressivo para quem vem de fora. Nosso painel estava, felizmente, imune a esta praga contemporânea, tanto que alguém sugeriu que tínhamos deficiência de jargão ou de vocábulos técnicos e que, para sermos levados a sério pelos outros, precisávamos cunhar nosso próprio vocabulário técnico. A palavra que sugeri, referindo-me jocosamente à qualidade que estive discutindo aqui, foi "multivalência", pronunciada de modo a ecoar, mas contrastando, com ambivalência.

Ambivalence, como é geralmente usada em inglês, sugere sentimentos de incerteza ou uma confusão de valores. Mas *multivalence*, sugeri, evoca exatamente a qualidade distinta que estávamos escutando: multi-valentes, muitos valores, o tomar-se muitos valores ao mesmo tempo sem implicar confusão, contradição ou, sequer, paradoxo. Como em estar "satisfeito e não satisfeito". Multivalência implica uma maneira de ser no mundo, maneira que,

como sugeri aqui, pode ser particularmente característica da experiência da classe trabalhadora, desafiando e complicando nossas categorias e nos pedindo que pensemos sobre as coisas de modos muito diversos.

As piadas têm o mau hábito de voltarem para nos assombrar e mereço toda a culpa se, nos próximos anos, vocês começarem a ouvir "multivalência" como apenas mais um pomposo jargão acadêmico sem o menor sentido. Acredito, porém, que há um ponto de utilidade junto à piada; um ponto sobre o qual vale a pena refletir, considerando a arraigada influência do pensamento isto/ou aquilo em tantas áreas de discussão pública e privada, quando todos sabemos que no mundo real a vida pode ser muito mais complexa e bem "multivalente".

Vou encerrar aplicando este ponto – e a palavra – ao corpo mais amplo do trabalho documental em imagens e palavras que mencionei nesta apresentação. Sentir e avaliar a multivalência nos lembra que, se a fotografia se refere à qualidade do ver, a história oral terá que ver com a qualidade do escutar. Em ambos os casos, estas qualidades exigem níveis de diálogo, interação e troca ou ativos – algumas vezes implicitamente, como no trabalho de mestres da fotografia documental, como Rogovin e Salgado, outras explicitamente, como no próprio processo histórico oral e, quase sempre indispensavelmente, se nós e os sujeitos de nossos temas documentais quisermos ter esperança de entender complexas transformações sociais, cruzando o hiato de classe e poder, e de nos entender uns aos outros.

ENTRE TEXTO E FOTOS: CONTANDO A HISTÓRIA DE LINDA LORD E DO FECHAMENTO DA PENOBSCOT POULTRY*

Alicia J. Rouverol

Em 24 de fevereiro de 1988, a Penobscot Poultry – última processadora de frangos do Maine – fechou suas portas, encerrando as atividades de uma indústria do ramo avícola que um dia fora produtiva e competitiva em nível nacional. Localizada na comunidade costeira de Belfast (população: 6.200), a Penobscot Poultry havia sido a única empregadora de porte no Condado de Waldo, e seu destino levou ao desemprego mais de mil pessoas. Sofrendo já alto índice de desemprego, Belfast, Maine, tinha muito pouco a oferecer como alternativa de emprego para esses trabalhadores demitidos.

O fechamento da Penobscot não é um incidente isolado. É parte de uma tendência maior de declínio industrial que afeta todas as regiões do país. Conquanto os historiadores tenham dado considerável atenção ao impacto da industrialização na vida das mulheres, há uma carência de literatura sobre as conseqüências desta desindustrialização. Em meu trabalho explorarei este importante fenômeno social e econômico nos níveis individual e local, enfocando o fechamento da Penobscot e seu efeito na vida de uma determinada operária: Linda Lord.

Quero começar descrevendo as particularidades que envolveram o fechamento da indústria e como ele afetou Linda de maneira singular, devido, precisamente, a seu sexo – apesar de gênero não ter sido o único fator em ação aqui. Como, porém, nosso painel aborda a inter-relação entre narrativa de história oral e fotografias, falarei também de como construímos nosso livro, ora em vias de publicação, *I Was Content and Not Content: The Story of Linda Lord and the Closing of Penobscot Poultry*, e ainda como, através de texto e

* Tradução de Paulo Martins Garchet.

fotografias, desenvolvemos esta "narrativa da desindustrialização". O que diz nosso livro – uma justaposição de texto e imagens – sobre o declínio industrial e o significado de seu impacto nos trabalhadores locais e suas comunidades; o poder de texto e imagens na configuração deste contar ou recontar a desindustrialização?

Finalmente, encerrarei abordando algumas das questões metodológicas que moldaram meu entendimento da experiência de Linda Lord na Penobscot Poultry e alteraram a história que contamos nesse livro. Recorri a entrevistas, jornais e documentos governamentais para posicionar a narrativa de Linda Lord em uma perspectiva de contexto mais ampla. Utilizei também história oral colaborativa, como recurso para explorar as ligações entre subjetividade, identidade e as políticas de pesquisa documental. Esta colaboração teve início quando meus colegas Cedric Chatterley e Stephen Cole conduziram extensas entrevistas com Linda Lord entre 1988 e 1989, mas tomou novo significado quando envolvi Linda na análise dessas entrevistas. Os resultados foram surpreendentes e tiveram marcante influência no projeto do livro de história oral/fotografia de que estamos falando. Darei especial atenção, aqui, à reação de Linda à nossa análise inicial de sua narrativa e comentarei como sua própria análise subseqüente influenciou nosso entendimento do impacto do fechamento da Penobscot. Permitam-me primeiro fornecer algumas informações sobre o contexto da indústria avícola no estado do Maine e, então, situar Linda e a família Lord na história desta indústria.

A criação de aves nos Estados Unidos data da fundação de Jamestown[1] e foi uma operação essencialmente doméstica durante bem mais de duzentos anos.[2] Por volta de 1860, a indústria avícola do Maine estava quase que exclusivamente voltada para a produção de ovos, que fornecia milhares, anualmente, à cidade de Boston. Na década de 1920, os frangos ou eram vendidos localmente, ou entregues por caminhões diretamente aos mercados das cidades.[3] Foi na década de 40 que a indústria de processamento de frangos – indústria em que trabalhou Linda Lord – finalmente deslanchou.

---

[1] Jamestown, no atual estado da Virgínia, foi o primeiro assentamento inglês na América, fundado em 1607. O nome homenageava James I, então rei da Inglaterra.

[2] Hanke, O. A.; Skinner, J. L. e Florea, J. H. (eds.). *American Poultry History.* Madison, WI: American Poultry Historical Society, Inc., 1974, p. 200-372.

[3] Barringer, R. E. An Economic Perspective on Waldo County, palestra proferida na abertura da exposição original do projeto. Belfast, Maine: Belfast Free Library, 23 de fevereiro de 1989.

Os desenvolvimentos tecnológicos, aliados à demanda ampliada do mercado, alimentaram a indústria, tanto durante a Segunda Guerra, quanto imediatamente depois.[4] Por volta de 1954, a produção de aves era a maior e mais importante atividade agrícola do estado do Maine. Por volta de 1971 a indústria atingiu seu ápice.[5] Apesar do Maine ser apenas o décimo produtor de frangos processados do país à época, Belfast se cognominava "A Capital Mundial do Frango".[6] A comunidade, claramente, se percebia como um centro de processamento de aves e, para Belfast, os frangos, de fato, eram um negócio de porte.

A Penobscot Poultry foi fundada em Belfast, em 1949, por Al Savitz, que depois a vendeu, e tornou a comprá-la com financiamento da família Lewis. Com a morte de Savitz pouco tempo depois, os Lewis – o pai George e o filho Bernard – assumiram a Penobscot.[7] Natural da Polônia e filho de um açougueiro, George Lewis tinha uma longa carreira em processamento e armazenamento frigorificado de peixe e carne, bem como no mercado imobiliário. Tornou-se milionário e um dos empresários e filantropos mais proeminentes do Maine.[8] Seu filho, Bernard Lewis, sucedeu-o após sua morte, em 1987. Bernie contraiu câncer logo após a morte de seu pai e pouco depois fechou a Penobscot Poultry. O próprio Lewis admitiu que fechara a companhia não só pelas perdas ostensivas da família, de cinco e meio milhões de dólares, mas também devido à pressão familiar para vendê-la ou liquidá-la.[9] Na verdade, Linda Lord e outras pessoas familiarizadas com a indústria avícola do Maine afirmaram que a Penobscot poderia ter sobrevivido se os filhos de Lewis tivessem tido o mesmo compromisso demonstrado por seu pai e por seu avô com a exploração do negócio de processamento de aves.[10]

---

[4] Hanke, p. 420, 558-560.

[5] Barringer. *An Economic Perspective*, op. cit, p.5-6. Ver também Barringer, Waldo County: Historical Profile. Manuscrito inédito, 1989, p. 6.

[6] *U.S. Bureau of the Census, Statistical Abstract of the United States 1973*. Washington, D.C.: Government Print, 1973; *Waldo County: An Area Where Industry, Agriculture, Recreational Industries Complement Each Other. Maine Sunday Telegram*, 4 de março de 1973.

[7] Bernard Lewis, palestra proferida na inauguração da exposição do projeto original. Belfast, Maine: 23 de fevereiro de 1989. Belfast Free Library, p. 12.

[8] *George I. Lewis, 83, Philanthropist, Dies*. Morre George I. Lewis, 83, Filantropo. *Portland Press Herald*, 16 de maio de 1987, p. 37.

[9] Lewis, p. 22.

[10] Comunicação pessoal da autora com Linda Lord, 7 de agosto de 1994; com o jornalista de Belfast, Jay Davis, 8 de agosto de 1994; com dr. Harris (Zoologia e Veterinária, Universidade do Maine), 2 de abril de 1993.

As razões mais freqüentemente aventadas para explicar o destino da indústria avícola do Maine, contudo, incluem custo de combustíveis, despesa de transporte de grãos e, especialmente, concorrência com os mercados do Sul, que ofereciam mão-de-obra mais barata.[11] Contudo, outros fatores também contribuíram para o fracasso da indústria: administração fraca, políticas governamentais problemáticas e empréstimos insustentáveis. Alguns críticos culpam as companhias avícolas por não reinvestirem adequadamente na indústria.[12] Estudos sobre a desindustrialização revelam que, freqüentemente, as fábricas são fechadas não apenas porque deixaram de ser lucrativas, mas porque já não são lucrativas "o bastante".[13] A Penobscot Poultry – e a indústria avícola do Maine como um todo – pode bem enquadrar-se neste padrão de declínio industrial.

Ao lado da história do fechamento da Penobscot está a história de Linda Lord, cuja família – de modo não muito diverso da família de George e Bernard Lewis – estava intimamente ligada à criação de aves. Nascida em Waterville, Maine, em 1948, Linda cresceu na comunidade rural de Brooks, apenas 24 Km a oeste de Belfast, onde se localizava a Penobscot. Seu pai, Philip Lord, havia trabalhado para a Universidade do Maine, testando o sangue dos frangos para controle de *pullorum*,[14] e ela se lembra vividamente de tê-lo ajudado em seu trabalho quando criança. A família também criava galinhas poedeiras

---

[11] Para uma discussão sobre a indústria avícola do Maine e sua concorrência com mercados do Sul, ver Cartter, C. T. *The U.S. Broiler Boom: New Pressures and New Possibilities for Maine's Contract Poultry Growers*. Bath, Maine: Coastal Enterprises, 1980, p. 2-18. Para uma discussão sobre como o Sul historicamente atraiu a indústria reprimindo salários e condições, ver Cobb, J. C. *The Selling of the South: The Southern Crusade for Industrial Development 1936-1980*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1982.

[12] Goodman, D. *Belfast Now and Tomorrow, Maine Times*, 18 de julho de 1980, p. 3.

[13] Bluestone, B. e Harrison, B. *The Deindustrialization of America: Plant Closings, Community Abandonment, and the Dismantling of Basic Industry.* Nova York: Basic Books, Inc., 1982, p. 6-7. Para um exemplo recente, ver também Rimer, S. Fall of a Shirtmaking Legend Shakes its Maine Hometown, *The New York Times*, 15 de maio de 1996: A1, A13. Em 6 de maio de 1996, o grupo Warmco anunciou que iria vender ou fechar sua divisão de Waterville da Hathaway, a mais antiga fábrica de camisas do país, apesar do fato de que a companhia acabara de duplicar sua produtividade. Entre outras estratégias, os trabalhadores – 95% dos quais mulheres – tinham aberto mão de seus aumentos em um esforço para manter a fábrica aberta. Linda J. Wachner, a principal executiva, declarara que a divisão de Waterville seria fechada porque "não estava ganhando dinheiro" (A13). Sua companhia, cujas afiliadas incluem importantes linhas de vestuário, como a Calvin Klein e a Ralph Lauren, tivera um lucro líquido de US$46.5 milhões em 1995. O salário de Wachner em 1995 totalizara US$10 milhões, entre salário e ações. Para uma discussão mais detalhada sobre mobilidade do capital e formas de desinvestimento, ver Bluestone e Harrison, p. 140-190.

[14] Nome científico da doença conhecida como "diarréia branca dos pintos", provocada por bactérias do gênero *salmonela*.

e Linda, como tantas outras crianças que cresceram no meio rural, ajudava nessas tarefas. Em suas próprias palavras, "qualquer coisa que precisasse ser feita ... quando (eles) iam cuidar das aves". Embora Linda diga que cresceu "no meio" das aves, o que a levou a optar pelo emprego na Penobscot foi o salário, melhor que o de qualquer outro negócio da região – melhor, especialmente, que o do sazonal ramo de turismo, hoje o número um da economia do Maine. Linda entrou para a Penobscot pouco depois de concluir o secundário, e sua posição inicial foi na unidade de chocadeiras, e depois na de processamento industrial. "Eu tinha procurado outros empregos", diz ela "e aí pensei: bem, eu já trabalhei para a companhia, melhor ficar com ela. E, então, fui para a Penobscot."

Quando começou a trabalhar na unidade industrial, seu primeiro serviço foi na "transferência" – pendurando os frangos nas linhas mecanizadas da fábrica. Depois de cinco anos e repetidos casos de septicemia, optou por passar para o "túnel do sangue", onde degolava manualmente as aves até que a companhia instalou um equipamento que cortava automaticamente os pescoços, ao qual ela passou a dar apoio. Durante 15 dos vinte anos que trabalhou na Penobscot, Linda ficou no "túnel de sangue". Em um acidente de trabalho perdeu a visão do olho direito e lutou muito para obter uma indenização. Em 1984 aderiu a uma greve por salários mais altos e melhores benefícios. Solteira e sustentando a si mesma à época do fechamento da fábrica, sua meta era ficar e encontrar emprego na área de Belfast, para continuar perto da família e cuidar de seus pais, então já idosos.

Qual o papel do gênero na experiência de Linda na Penobscot Poultry e nos eventos que se sucederam a seu fechamento? O gênero teve papel significativo; porém, a classe, a cultura rural e outros fatores também moldaram sua experiência de vida. As escolhas de Linda freqüentemente iam contra os papéis esperados de seu sexo. Ao construir uma vida não tradicional, no trabalho e em casa, Linda Lord viveu uma experiência que pode servir como exemplo, encorajando-nos a ultrapassar falsas dicotomias e considerar as conexões – tanto as similaridades quanto as diferenças – entre as culturas de trabalho dos homens e das mulheres.[15] É precisamente na complexidade da história de Linda que está seu valor para nós, como acadêmicos; porque são as histórias individuais reveladas através da história oral que freqüentemente questionam nossas generalizações históricas.[16] A história

---

[15] Baron, A. Gender and Labor History: Learning from the Past, Looking to the Future, In: *Work Engendered: Toward a New History of American Labor*, Baron, A. (ed.), Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1991, p. 23. Baron se reporta, aqui, a Linda Kerber. Separate Spheres, Female Worlds, Woman's Place: The Rhetoric of Women's History. *Journal of American History* 75, junho de 1988, p. 9-39.

[16] Biel, S. The Left and Public Memory. *Reviews in American History*, v. 23, 1995, p. 704-709.

oral colaborativa, como mostrarei, tem complicações adicionais, mas enriquece nosso entendimento.

Primeiro, e mais importante, os aspectos econômicos tiveram papel fundamental nas opções de Linda com relação a seu emprego na Penobscot Poultry. Quando procurou trabalho, logo após deixar o secundário, "era (a Penobscot) praticamente o único lugar onde estavam contratando", disse ela. Depois da experiência na área de "transferência", Linda preferiu passar para o "túnel do sangue" não apenas devido aos riscos de septicemia associados com a "transferência", mas porque o salário era muito melhor. "Naquele tempo eu estava no meio de um divórcio", disse, "e por isso estava correndo atrás de ganhar o máximo que pudesse para poder me sustentar." Linda foi forçada pela necessidade econômica a aceitar e manter um emprego que a levava a trabalhar em relativo isolamento e em condições menos que ideais, coberta de sangue e poeira. Mas era, também, uma das funções de melhor remuneração da fábrica e uma posição ocupada predominantemente por homens.[17]

Porém, Linda não aceitou o emprego na Penobscot apenas por causa do salário, mas também porque queria ficar perto de casa: sua mãe estava doente e seu pai já era idoso. Embora ela mesma admita que "não era um trabalho muito agradável", Linda escolheu permanecer na Penobscot porque isto lhe permitia cumprir suas obrigações familiares. A irmã de Linda e um de seus irmãos haviam mudado para outro lugar do estado; seu irmão mais velho ficara na área e morava perto da casa de sua família, a uma distância que podia ser coberta a pé, mas não era o principal encarregado dos pais. Ela é quem o era. De modo bastante similar aos trabalhadores da indústria de vestuário na virada do século que foram estudados pelo historiador Thomas Dublin – especialmente os sapateiros de Lynn, alguns dos quais haviam migrado do campo circunvizinho –, Linda escolheu trabalhar na cidade, mas permaneceu, essencialmente, em sua comunidade natal.[18] Embora não

---

[17] O salário inicial de Linda na Penobscot, em 1967, era cerca de US$3.25 por hora. Mais de vinte anos depois, quando a Penobscot fechou em 1988, estava ganhando US$5.69 por hora. Naquela época, as funções que pagavam melhor na fábrica incluíam a de motorista de caminhões, de pesagem e a de espetar os frangos, executada por Linda Lord.

[18] Dublin, T. *Transforming Women's Work: New England Lives in the Industrial Revolution.* Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1994, p. 119-151; particularmente 130-137. Há uma quantidade de paralelos interessantes entre os sapateiros de Lynn na virada do século e a experiência de Linda Lord na indústria avícola. Evidentemente, a continuidade através de gerações era comum entre os sapateiros de Lynn, e uma grande proporção de pais estava empregada na indústria. Antes de 1855, a indústria de calçados fora transferida de dentro das casas, e Dublin depreende que diversas filhas da área rural começaram a assumir a função de amarrar sapatos primeiro dentro das próprias casas. Para essas mulheres, a entrada nas fábricas de Lynn parecia estar a poucos passos de distância.

residisse na casa da família, quando efetivamente foi viver por conta própria depois de seu casamento, comprou a casa de sua avó, no centro da aldeia de Brooks, a menos de um quilômetro e meio de onde morava sua família. Embora motivada pela necessidade econômica, Linda não usou seus ganhos para suplementar a renda familiar (como fizeram os sapateiros de Lynn); ela fez-se arrimo de sua própria casa. Porém, ajudou de fato a cuidar de sua família, um apoio que é crítico e que, freqüentemente, esquecemos de considerar em nosso entendimento das contribuições econômicas das mulheres quando analisamos a economia familiar ampliada. E este papel recaiu sobre seus ombros precisamente por causa de seu sexo e de seu lugar na estrutura familiar.

As escolhas de Linda no mundo do trabalho não foram, de modo algum, tradicionais. Não apenas porque optou pelos serviço na fábrica, em lugar de outros: dentro da própria fábrica, ela também ocupou uma posição não tradicional. Depois de trabalhar na "transferência" (uma posição ocupada tanto por homens quanto por mulheres), Linda não passou às linhas de evisceração, ou a outras fases do processamento onde trabalhava a maioria das mulheres da Penobscot. Optou, ao invés, por trabalhar no "túnel do sangue". Não apenas era raro ver uma mulher nesta posição na indústria, como era extremamente raro aquelas que ali estivessem permanecerem 15 anos, como Linda o fez. De fato, ela comentou que provavelmente teria continuado nesta posição se a fábrica não tivesse fechado.

Como foi que Linda quebrou a barreira do gênero? De modo bem simples – como outras mulheres que entrevistei, oriundas de famílias de camponeses ou pescadores –, ela não encontrou os mesmos tipos de constrangimentos de gênero que são experimentados pelas trabalhadoras urbanas. Precisamente porque havia crescido em um ambiente rural – e sempre havia executado uma série de tarefas de casa e da fazenda que não são gênero-específicas –, ocupar uma posição tradicionalmente masculina não a embaraçava. "Eu era o tipo de garota que nada me incomodava quando cresci – nem sangue, nem nada dessas coisas", comentou Linda. "Eu acho que, por ser uma garota da roça, educada em uma fazenda, essas coisas, sangue nunca me incomodou." Mais tarde, fora da fita, ela disse: "Quando aceitei aquela posição no pau de degola, todo mundo riu de mim – disseram que eu jamais ia conseguir fazer o serviço. Eu fui a primeira mulher a fazê-lo – mostrei a eles, a esses danados desses homens!" Linda desafiou a tipologia de funções por sexo que prevalecia na indústria insistindo em seu direito a ser tratada como seus colegas homens.[19]

---

[19] Para um interessante paralelo quanto à luta contra barreiras de gênero, ver Cobble, S. D. Drawing the Line: The Construction of a Gendered Work Force in the Food Industry. In: Baron A. (ed.) *Work Engendered: Toward a New History of American Labor*, Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1991, p. 221. Linda foi a primeira mulher, na Penobscot, a trabalhar no "túnel do sangue", e pode ter sido a primeira a ocupar esta posição em qualquer lugar do estado.

O gênero certamente influiu nas outras experiências de Linda na Penobscot, em graus maiores e menores. Ela sofreu assédio sexual no emprego: "Tive um (gerente) que foi uma dureza – tentou me demitir, mas não conseguiu. Mantive o pé firme." Linda soube se defender nessas ocasiões, mas também participou de ações coletivas em favor de seus colegas de trabalho. Como superintendente de linha, participou de uma greve por salários maiores e melhores benefícios. A greve não teve sucesso, mas ela continuou a agir na defesa de seus próprios direitos e dos de seus colegas de trabalho. Não apenas batalhou por uma indenização quando perdeu a visão em um acidente de trabalho, como, com a informação obtida no processo, ajudou outros empregados que enfrentavam problemas de septicemia causada pelo trabalho com os frangos. "Quando alguém está errado eu realmente luto pelos meus direitos", declarou. "E ajudei muitas outras pessoas lá. Porque, quando fui superintendente de linha e assistente de superintendente geral, cheguei à conclusão de que as pessoas estavam certas e a companhia errada, e realmente saí do meu caminho para lutar por eles – você sabe –, conseguir o que eles precisavam." Mesmo quando criança ela sempre manteve suas posições. Linda comentou em uma conversa recente: "Eu acho que foi a maneira como fui criada." Ela disse que foi criada para ser uma "moça de bom coração". Contudo, Linda acredita que sua tendência para lutar pelos mais fracos pode, na verdade, estar ligada a seu papel de "ovelha negra da família", sempre tendo que se defender por si só.[20] Tais comentários indicam a gama de influências – incluídos gênero, valores rurais e dinâmica familiar – que afetaram seu comportamento e suas escolhas enquanto trabalhou na Penobscot.

É com o fechamento da fábrica, contudo, que alcançamos um entendimento mais penetrante de como o gênero influiu na experiência de Linda Lord, o que, por sua vez, pode nos informar sobre o impacto genérico dos fechamentos de fábricas. Até o presente temos poucos dados sólidos sobre os custos sociais da desindustrialização, tanto para os homens quanto para as mulheres, mas os estudos existentes indicam que tais custos são consideráveis. No mínimo, o fechamento de uma indústria produz desemprego no curto prazo. Não apenas os trabalhadores perdem seus empregos, como, freqüentemente, os empregos subseqüentes que encontram não propiciam renda comparável.[21] Tendo

---

[20] Comunicação pessoal da autora com Linda Lord em 13 de maio de 1996.

[21] Wallace M.e Rothschild, J. Plant Closings, Capital Flight, and Worker Dislocation: The Long Shadow of Deindustrialization. In: M. Wallace, M. e Rothschild, J. (eds.), *Deindustrialization and the Restructuring of American Industry*, Research in Politics and Society, Greenwich, CT: JAI Press Inc., v. 3, 1988, p. 19-20.

perdido o tempo de casa, ficam vulneráveis a demissões no novo emprego. Essas conseqüências são particularmente graves durante uma recessão e nas cidades ou regiões onde haja poucas oportunidades de emprego. Estudos revelam que pelo menos um terço dos que são afetados pelo fechamento de uma fábrica irão enfrentar desemprego de longo prazo.[22] No caso das mulheres, é duas vezes maior a probabilidade de que ainda estejam desempregadas um ano depois de perderem seu emprego.[23] Os trabalhadores mais velhos, quando dispensados, também passam por longos períodos de desemprego e vêem declinar suas trajetórias de ganhos.[24] Também as minorias são particularmente vulneráveis devido à sua concentração no centros urbanos, onde o fechamento de fábricas tem sido maior.[25]

Contudo, a incidência de perda de empregos, a duração do desemprego e a estabilidade prejudicada são apenas alguns dos muitos custos pessoais associados com os fechamentos de fábricas. Freqüentemente, os trabalhadores e suas famílias acabam por exaurir suas reservas e podem ser forçados a vender suas casas para evitar a execução da hipoteca.[26] A saúde, física e mental, pode também ser negativamente afetada. São comuns as doenças associadas ao estresse, bem como de depressão e, até, um número maior de suicídios. As famílias e as comunidades também sofrem: os estudos dos efeitos do desemprego em massa, por exemplo, indicam que há um aumento de violência e crime nas comunidades afetadas.[27] Porém, uma das principais preocupações manifestadas por trabalhadores que sobreviveram a fechamentos de fábricas é a perda de benefícios de saúde.[28] E, além dos efeitos sobre os indivíduos e suas famílias, há também os "efeitos em cascata" dentro da comunidade.

A experiência de Linda Lord depois do fechamento da Penobscot ilustra os efeitos singulares do declínio industrial sobre as mulheres operárias. Primeiro, e mais importante, o curso de treinamento para novas funções – freqüentemente alardeado como um apoio para que os trabalhadores pos-

---

[22] Bluestone e Harrrison, p. 51-53.

[23] Bluestone e Harrison, p. 54

[24] Folbre, N. R.; Leighton, J. L. e Roderick, M. R. Legislation in Maine. In: Staudohar, P. D. e Brown, H. E. (eds.), *Deindustrialization and Plant Closure*, Lexington, MA: D. C. Heath and Company, 1987, p. 294.

[25] Bluestone e Harrison, p. 54-55.

[26] Bluestone e Harrison, p. 63-72.

[27] Wallace e Rothschild, p. 22-24.

[28] Bratlett, D. e Steele, J. *America: What Went Wrong?* Kansas City: Andrews and McMeel, 1992, p. 140-134.

sam começar uma nova vida – não facilitou a habilitação de Linda para a era pós-industrial. Tendo perdido um olho no emprego, ela estava mal equipada para manter a carga de leitura que fazia parte do curso sobre fornalhas a óleo em que se matriculou. Talvez igualmente desencorajadora foi a experiência de ter sido – literalmente – posta de lado pelos homens da turma quando todos os alunos se amontoavam em volta do queimador de óleo para as aulas práticas. Linda abandonou o curso e continuou procurando emprego, mas sentiu-se prejudicada neste processo, não apenas por suas dificuldades no curso de treinamento, como também por não ter um nível mais alto de educação. Como disse, falando de seu irmão mais velho, "Ele tem a educação por trás dele, de modo que vai poder sair e encontrar outro emprego bom em algum lugar." O diploma de mestrado de seu irmão permitiu-lhe se reaparelhar e obter emprego com muito mais rapidez que sua irmã.[29]

É interessante observar que Linda desafiou as estatísticas de outras maneiras; nesse sentido, sua experiência pode ter sido a exceção, antes que a regra. Dentro de seis meses encontrou trabalho em uma fábrica local de cordas, que empregava entre trinta e 35 operários. Embora tenha um sólido pacote de benefícios médicos, não tem direito a benefícios de aposentadoria. Com os cortes na indústria da defesa e as demissões resultantes, a segurança no emprego e sua estabilidade econômica de longo prazo continuam incertas. Linda sente que melhorou sua situação de trabalho, apesar da insegurança no emprego. O serviço é muito mais limpo e ela recebe mais por hora trabalhada, embora seja paga por produção. Como ela mesma diz, "Bem, posso garantir que ficar olhando dez milhas de corda passa muito mais rápido que vigiar galinhas passando em uma linha (de produção)." Mais importante, contudo, Linda sente que o emprego lhe permitiu ficar em sua comunidade natal e cuidar de sua família.

Linda – como tantos outros trabalhadores deslocados – não optou pelo antídoto que se sugere com maior freqüência àqueles que não conseguem mais ganhar a vida em uma área desindustrializada. Estudos revelam que, conquanto as pessoas migrem por razões econômicas, os trabalhadores empregados raramente sacrificam seus empregos para se transferir outra região que ofereça melhores salários. Os custos econômicos de uma mudança são apenas uma de muitas considerações. Os custos psicológicos, a perda das

---

[29] Em uma conversa com Linda no dia 13 de maio de 1996, vim a saber que seu irmão não era o único membro da família com educação mais elevada. Sua irmã também freqüentara a universidade, obtivera um diploma de professora e lecionara em Hartford, CT, antes de retornar para a área de Portland. Linda mencionou em sua história oral que logo após o secundário ela (Linda) fora internada em um hospital para uma operação, e ficara um ano sem poder trabalhar. Não ficou claro se isto afetou suas possibilidades de cursar uma faculdade. Nunca pressionamos Linda a respeito deste ponto específico.

amizades e dos vínculos comunitários que estão associados à migração não podem ser medidos com facilidade.[30] E nem sempre a migração é uma opção viável. As famílias cujos cabeças são trabalhadores em meio de carreira têm, freqüentemente, obrigações financeiras que os impedem de mudar e aceitar "qualquer emprego" com salário menor.[31] As mulheres – especialmente as mães solteiras – não podem facilmente pegar suas coisas e mudar para outra área em busca de trabalho. As mulheres que têm a responsabilidade de cuidar de pais idosos ou enfermos – como freqüentemente acontece em nossa sociedade – têm sua mobilidade restringida do mesmo modo. "E não se pode mudar um pai que cresceu, viveu e que, na verdade, espera morrer em um determinado lugar. Uma sociedade não pode exigir que tal pessoa parta", como comenta a historiadora Paula Petrik.[32] Linda Lord quis ficar na área de Belfast, não apenas porque Brooks era seu lar, mas também porque precisava – e queria – cuidar de seus pais idosos.

Contudo, não podemos avaliar a experiência de Linda dentro dos limites de seus próprios objetivos e interesses pessoais, e de sua posição dentro da estrutura familiar, um ponto ressaltado por Dublin em seu recente livro *Transforming Women's Work*.[33] A comunidade de Linda foi fundamental em sua decisão de permanecer na região após o fechamento da Penobscot. Permitam-me explicar. Linda serve há já 25 anos no corpo voluntário de bombeiros de Brooks, além de ter sido atendente de ambulância durante dez anos, carreira que ela afirma ser a que teria seguido se tivesse prosseguido seus estudos. Ela continua a ajudar amigos e membros da comunidade à qualquer menção de necessidade, seja o dono de um restaurante local com problemas com seu sistema de aquecimento, seja um amigo que precisa de ajuda para matar algumas galinhas em casa. Ao longo dos últimos vinte anos, Linda tocou bateria em bandas locais de música *country*; o conjunto com o qual toca no momento, a Frye Mountain Band, já tem compromissos agendados para o verão. E a chegada do verão também lhe permitirá tirar da garagem sua motocicleta e seu *trike* (motocicleta de três rodas, uma de suas aquisições mais recentes). Linda também adora caçar e pescar, e gosta de viver no campo com seus cachorros. São todos esses aspectos da vida de Linda – não apenas seu papel de quem cuida da família – que a mantêm casada, talvez no sentido mais verdadeiro da palavra,

---

[30] Bluestone e Harrison, p. 99-103

[31] Wallace e Rothschild, p. 24.

[32] Petrik, P. Walking the Line: Women in Industrial Labor, palestra proferida na inauguração da exposição original do projeto, Belfast, Maine: Belfast Free Library, 23 de fevereiro de 1989, p. 4-5.

[33] Dublin, p. 11.

com sua comunidade natal de Brooks, no Maine. Como observou a historiadora Laurel Thatcher Ulrich, "a vizinhança, em todas as suas ramificações, é um dos aspectos mais importantes da história feminina na América, e um aspecto freqüentemente negligenciado".[34] Explorando o papel das comunidades nas vidas de mulheres como Linda Lord, podemos começar a ampliar nosso entendimento de por que é pouco provável que as mulheres, em pleno declínio industrial, consigam se desenraizar de seus lares e comunidades para procurar outros empregos melhores em outros lugares. Podemos ter também *insights* sobre os fatores que, além das considerações das esferas individual e familiar, influenciam as escolhas e motivações das mulheres.

Dizer que o gênero de Linda limitou sua mobilidade, tanto antes quanto depois da Penobscot, é uma avaliação razoável; dizer que ela era apenas "um braço da economia de sua família" seria prestar-lhe um tremendo desserviço. Embora não invoque o termo feminista para si mesma, Linda concorda com a maioria de seus princípios fundamentais. Ela é uma cidadã do Maine que trabalha duro e sustenta a si mesma. Ainda que Linda possa ter sido explorada, tanto na Penobscot, quanto na Belfast Rope, ela fez escolhas que freqüentemente atenderam seus próprios interesses.

Entender os "interesses" de Linda provou ser o desafio crucial deste projeto. "Eu estava e não estava contente", foi o comentário de Linda Lord a respeito de seu trabalho na Penobscot. E esta declaração, aparentemente paradoxal, tornou-se o ponto central de nosso estudo à medida que tentávamos compreender quem era Linda exatamente, por que ela havia aceito o emprego na Penobscot e lá permanecera durante vinte anos e se, como trabalhadora, havia-se demonstrado diligente ao enfrentar as circunstâncias menos que ideais que enfrentou. Foi neste ponto que a metodologia do projeto moldou seu resultado.

Inicialmente não esperávamos mais que documentar fotograficamente o fechamento da Penobscot. Um encontro casual no dia da festa de fechamento da fábrica foi em parte responsável pela ampliação deste objetivo inicial: o historiador oral Steve Cole e o fotógrafo Cedric Chatterley conheceram Linda, que lhes contou sua história e concordou em ser entrevistada. Steve e Cedric conduziram juntos as primeiras duas entrevistas, em torno das quais desenvolveram-se as demais. Depois, durante o ano que se seguiu ao fechamento da fábrica, Cedric continuou a documentar Linda – através de fotografias e entrevistas gravadas. Cedric e eu trabalhamos juntos na edição da narrativa de Linda e das fotografias que ele fizera, com o intuito de criar

[34] Ulrich, L. T. A Friendly Neighbor': Social Dimensions of Daily Work in Northern Colonial New England. *Feminist Studies*, v. 6, n. 2, verão de 1980, p. 403.

uma exposição itinerante, exposição esta que, em 1989-90, levamos a todos os cantos do estado, em um esforço para chamar atenção para o fechamento da Penobscot. Através de foros públicos em cada local, tentamos engajar os acadêmicos locais e os membros da platéia em discussões sobre o impacto do fechamento de fábricas em suas próprias comunidades. Inspirados por suas narrativas e, especialmente, pela história de Linda, Cedric e eu decidimos começar a trabalhar em um livro.

No início desse trabalho, Steve, Cedric e eu invariavelmente aplicávamos nossas próprias lentes culturais, nossos próprios preconceitos ao processo. Todo documentalista o faz. Porém, nosso objetivo ao criar o livro era tentar tornar estas perspectivas e preconceitos claros para o leitor, de modo que ele, ou ela, entendesse que não estávamos apenas "contando a história de Linda", mas, recontando sua história e, conseqüentemente, também recontando esta "narrativa da desindustrialização". A história que contamos mudou significativamente ao longo do tempo e, através do envolvimento da própria Linda, tomou nova forma: ficou menos romântica, menos nostálgica e mais complexa e ricamente disposta em camadas. O que começou como perspectivas de paradoxo em torno de sua experiência na Penobscot, assumiu uma natureza multifacetada e polifônica. Vimo-nos contando múltiplas histórias da experiência de Linda, e em diversos níveis (até por múltiplos autores). Nossa esperança é que a história que contamos permita um maior entendimento das nuanças do que representa o fechamento de uma fábrica para as comunidades, nos níveis individual e local.

Como procedemos ao fazer este livro? Que decisões tomamos e por quê? Na parte do livro que trata da metodologia eu abordo este processo em detalhe, de modo que, aqui, farei apenas um rápido esboço de nossas decisões editoriais e mostrarei como elas estão ligadas a nossas perspectivas e abordagens, como historiadores orais e fotógrafos. Para a exposição, havíamos inserido o mínimo de texto possível, de modo a manter a atenção dos observadores. Incluímos apenas a narrativa de Linda, sem as perguntas dos entrevistadores. Enfocamos suas passagens de mais impacto e, em sua maior parte, escolhemos um texto que fosse consistente ao longo de toda sua narrativa, colocando texto específico com imagens específicas. Para o livro, fizemos escolhas editoriais muito diferentes, em parte porque este seria de fato um livro – o leitor poderia literalmente gastar tempo com a narrativa e com as fotografias. E assim voltamos às transcrições originais e reeditamos todas as nove entrevistas. Desta vez optamos por incluir nossas perguntas como entrevistadores não apenas para apresentar o contexto dos comentários de Linda, para alertar os leitores para o fato de que o que estavam lendo era *uma entrevista*. Quisemos evitar apresentar a entrevista de Linda como

uma narrativa contínua, procurando, ao contrário, mostrar que era de fato *um diálogo*: Linda não estava apenas "contando sua história", mas respondendo a perguntas que freqüentemente eram bastante dirigidas – perguntas que moldaram a história que estava contando. Há um intercâmbio dinâmico acontecendo aí, e negá-lo, ou evitar suas implicações, dá a ilusão de que esta narrativa representa um estado mental fixo e estático. Não representa. Os comentários que Linda fez refletem seus pensamentos e opiniões à época, que podem ou não ter mudado em resposta às particularidades da situação. E, claro, há a questão do que ela não disse nas entrevistas, o que jamais emergiu na narrativa, ou o que poderia ter emergido se Steve, Cedric e eu propuséssemos perguntas diferentes. Assim, a decisão de incluir nossa própria presença no projeto veio a ser nossa primeira decisão editorial.

Optamos, também, por manter a narrativa em ordem aproximadamente cronológica. Inicialmente procuramos fazer apenas as fotografias acompanharem o processo de liquidação da fábrica, bem como a experiência de Linda em busca de emprego após o fechamento. Mais tarde, esta escolha refletiu nosso desejo de contar a história de Linda como a ouvíramos, mostrando as mutações ao longo do tempo, em sua perspectiva e em suas circunstâncias. Na verdade, este foi um dos aspectos mais desafiadores da editoração. "As pessoas falam em espirais, mas lêem em linhas", como Mike Frisch me lembrou e Paul Thompson anotou em *The Voice of the Past*.[35] Por isso tive que encontrar maneiras de eliminar as repetições desnecessárias para não perder o leitor; e, ao mesmo tempo, queria que permanecesse algo da espiral porque nos dava uma idéia das camadas da memória à medida que se abriam.

Nossa opção editorial mais importante surgiu de meu estudo da narrativa de Linda, quando comecei a escrever sobre a metodologia. Havíamos encontrado em suas entrevistas muito material contraditório, que não havíamos visto, ou por cima do qual havíamos passado quando fizéramos a editoração para a exposição. Para o livro, estas aparentes contradições tornaram-se a peça central do projeto. Em um momento, Linda faz comentários incisivos sobre como a Lewis poderia ter pago mais; no momento seguinte, ela insiste que haviam-na tratado bem. Contudo, ambos esses pontos de vista sobre a gerência influenciaram suas experiências lá. Se eliminássemos estes comentários aparentemente contraditórios – apenas porque não se encaixavam em nossa intenção de contar uma narrativa coerente –, teríamos representado erroneamente sua história ou, simplesmente, teríamos deixado de en-

[35] Thompson, P. *The Voice of the Past*. Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 243.

tender sua história. Os próprios comentários de Linda descrevem muito bem sua reação à experiência na Penobscot: ela estava "contente e não contente" com seu trabalho na fábrica. Em vez de pendermos para as "consistências" de sua narrativa, começamos a explorar estes tipos de aparentes "inconsistências", e foi aí, essencialmente, que descobrimos a chave para a história de Linda, e para a apresentarmos em toda sua riqueza. Aqui descobrimos não apenas as múltiplas perspectivas embutidas na narrativa de Linda, mas também a importância de apresentar esta narrativa através de múltiplas perspectivas, através de um grupo de co-autores e colaboradores.

Nosso processo na coleta, edição e apresentação desta história oral e deste material fotográfico resultou, inevitavelmente, em uma espécie de "recontagem" da história. Linda disse as palavras, mas Steve, Cedric e eu orientamos as perguntas. Linda trabalhou no "túnel do sangue", procurou depois emprego, participou de eventos comunitários, mas Cedric enfocou essas imagens fotográficas. E, finalmente, a narrativa de Linda – embora a mantivéssemos essencialmente intacta – não é apresentada *verbatim;* Cedric e eu a moldamos no momento em que incluímos certas coisas e excluímos outras. Como resultado, a história reflete não apenas as palavras, impressões e pensamentos de Linda, mas também as lentes através das quais Cedric, Steve e eu percebemos seu mundo. Embora nossa meta e intenção sejam contar a história de outra pessoa, nossa própria história jamais fica inteiramente fora do quadro. A edição de textos de história oral nos lembra que a objetividade não é apenas um mito, é uma ilusão.

Considere-se o estilo de entrevista de Steve, que incluiu perguntas dirigidas e muito incisivas, especialmente na primeira entrevista. Embora não seja uma prática recomendada entre os historiadores orais, este estilo foi eficaz no caso de Linda, gerando precisamente a informação que ele buscava. De maneira bastante semelhante, a percepção de Cedric da fábrica como "morte mecanizada" certamente conformou as imagens que fotografou. A maneira como Cedric e eu percebemos o destino da fábrica está refletida em como editamos o texto e o colocamos ao lado das fotos. Vejo agora as muitas maneiras pelas quais "intereditamos" texto e fotos – intencional e não intencionalmente – para contarmos uma história de contradições. Usando tais estratégias, Cedric e eu podemos ter realçado o tema do paradoxo neste livro. Conscientemente (e, estou certa, inconscientemente) enquadramos esta história com um olhar privilegiado, privilegiado no sentido de que, como a mai-

oria de nós quando está fazendo este tipo de trabalho, assumimos um nível de autoridade em tais escolhas – errada ou acertadamente.[36]

Foi ao escrever a introdução ao livro, contudo, que comecei a perceber que assumíramos algumas premissas fundamentais sobre a história de Linda Lord. Instados pelo colega folclorista Glenn Hinson, decidi levar nossa análise de volta a Linda, que nesta altura havia se tornado uma amiga e colega no projeto. Em nossa conversa gravada fiz duas perguntas centrais a Linda, com referência a seu trabalho na Penobscot. Queria entender melhor suas motivações ao aceitar aquele emprego, e também me indagava se havíamos interpretado erroneamente seu comentário "eu estava e não estava contente ", que se tornara o tema unificador do livro. Como folclorista, eu presumira que Linda havia aceito o emprego na Penobscot devido, primeiramente, às ligações de sua família com a indústria – uma premissa comum em nossa disciplina e um ponto de vista que eu e Cedric mantivéramos ao longo de todo o projeto. Linda insistiu em que, conquanto estivesse familiarizada com galinhas através do trabalho de sua família com as aves, fora sua necessidade econômica a razão fundamental de aceitar o emprego na Penobscot. Os comentários de Linda forçaram-me a abandonar minha visão mais romântica a respeito do *background* rural de sua família e me encorajaram a olhar mais de perto o papel da economia (ou classe) e do gênero em suas opções de trabalho. Ao mesmo tempo,

---

[36] Tal assunção de autoridade veio a ser criticada recentemente nos campos da antropologia, do folclore e da história. Os etnógrafos começaram a reconhecer, cada vez mais, que o trabalho de campo é uma interação comunicativa com o entrevistado, envolvendo não apenas lugar e tempo compartilhados, mas autoridade compartilhada. Ver Conquergood, D. Rethinking Ethnography: Towards a Critical Cultural Politics, *Communication Monographs* 58, 1991: p. 183. Ver também Frisch, M. *A Shared Authority*, xv-xxiv. Em anos recentes, o campo da antropologia experimentou uma "crise de representação", na qual os etnógrafos começaram a questionar profundamente seu papel no campo. Ver Marcus, G. E. e Fischer, M. M. J. *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986. Já lá se vão os dias em que um etnógrafo presumia que poderia estudar uma comunidade e então apresentar um texto escrito – um estudo científico "objetivo"– sobre a cultura do "Outro". Hoje, quem trabalha no campo não mais tenta ser observador objetivo; antes, luta para "entender a conduta humana à medida que ela se revela ao longo do tempo em relação com seus significados para os atores". Ver Rosaldo, R. *Culture and Truth: The Remaking of Social Analisys*. Boston: Beacon, 1989, p. 37. Existe hoje tanto uma predisposição para compartilhar o poder, quanto um entendimento de que isto é essencial para o esforço do trabalho de campo. Tendências recentes na antropologia reflexiva (em que o pesquisador de campo reconhece sua influência enquanto pesquisador de campo) e na etnografia recíproca (em que o pesquisador de campo encoraja a resposta e a participação do entrevistado) tentam modificar ainda mais este equilíbrio de forças, favorecendo o lado do indivíduo ou comunidade com quem se esteja trabalhando. O objetivo final, acredito, é uma etnografia colaborativa, em que o entrevistado se veja engajado em um diálogo com o pesquisador de campo, ambos dialogando com o texto.

minhas discussões e as de Linda sobre sua declaração "eu estava e não estava contente " esclareceram minhas dúvidas em torno de seus sentimentos aparentemente paradoxais a respeito do serviço. Sua reação reforçou minha avaliação de que "contente e não contente" não refletia uma espécie de "consciência dividida", mas um entendimento mais holístico de sua experiência de vida. Suas perspectivas aparentemente contraditórias eram de fato integradas.[37] À medida que Linda detalhava os fatores que influenciaram sua decisão de permanecer em sua comunidade, as múltiplas razões por trás de sua decisão tornaram-se mais evidentes. Seu testemunho nos faz lembrar que "gama de fatores" estava em jogo: economia, gênero, valores rurais, dinâmicas familiares, responsabilidades em casa, compromissos familiares, entre outros. Suas palavras ("eu estava e não estava contente") implicam paradoxo; mas sua história (o que ela efetivamente nos conta através de sua narrativa) implica polifonia e, simultaneamente, contém múltiplas tramas e perspectivas.[38]

Quanto mais trabalhávamos com a narrativa de Linda, mais entendíamos que suas experiências, na Penobscot e depois, não eram situações em preto e branco, de isto ou aquilo, não refletiam pensamento dicótomo, o tipo de pensamento que pode paralisar Linda ou qualquer um de nós; o tipo de paralisia que faz vastos e complexos desenvolvimentos econômicos e sociais – como o declínio industrial – parecerem insuperáveis. A capacidade de Linda de abraçar todos os aspectos de sua experiência, sua disponibilidade para reconhecer essas necessidades e desejos, preocupações e interesses conflitantes, pode bem ser um exemplo para todos nós. Ao apresentarmos todo o espectro da experiência de Linda na Penobscot – sua visão de seus empregadores, bem como sua raiva por seu comportamento injusto – tentamos, como autores e editores, mostrar todos os lados do diálogo. Pois é através do diálogo que as crises econômicas e políticas, tais como a desindustrialização, podem, talvez, começar a ser abordadas.

Ao final, as respostas honestas de Linda à nossa análise forçaram-me a reconsiderar as premissas que havíamos assumido a respeito de seu trabalho na Penobscot; porém, mais importante, influenciaram e alteraram o que agora vejo em sua história, e como apresentamos sua narrativa neste livro. As discussões em que estive engajada com Linda – e nosso engajamento continuado – forçam-me a estar sempre reavaliando nossa análise. A conti-

---

[37] Rouverol, A. J. Paradox and Poliphony. In: *'I Was Content and Not Content': The Closing of Penobscot Poultry and the Story of Linda Lord: An Ethnography in Process*, dissertação de mestrado, Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, 1995.

[38] Em Paradox and Poliphony, argumento que "o texto de Linda por si só é composto de tramas simultâneas que se entrelaçam para contar não uma história, mas uma quantidade de histórias" (67).

nuidade desse diálogo não apenas informa meu conhecimento, também desafia meu entendimento da história oral como oportunidade única para incorporar os participantes como colegas e co-autores em nossos trabalhos. Como indicou Michael Frisch em *A Shared Authority*, temos que começar a engajar as dimensões de poder de nossos empreendimentos (1990). Se de fato quisermos "compartilhar autoridade" teremos de nos tornar acessíveis, disponíveis e, até certo ponto, vulneráveis perante os indivíduos que estudamos. Se formos fazer história "de baixo para cima", como muitos pesquisadores culturais e sociais e historiadores orais procuram fazer, precisamos convidar nossos participantes a se engajarem conosco, não apesnas como colegas, mas como co-autores de nosso trabalho. Não precisaremos concordar com suas interpretações e idéias ao final, mas acredito que temos obrigação de apresentar suas interpretações junto com as nossas.[39] Fazer história, creio, significa dar espaço aos de fora da academia, cuja especialização reside ultimamente não apenas em sua experiência aprendida (ou escolarizada), mas em sua experiência vivida.[40]

Mas a colaboração entre Linda e eu fez mais que forçar-me a reconsiderar como os folcloristas e os historiadores – orais e sociais – deveriam abordar suas pesquisas. A colaboração, para mim, questionou a própria natureza e os métodos de nosso trabalho, o que nos leva de volta a esta questão de apresentar narrativas sobre desindustrialização. Será este empreendimento apenas para documentar e nada mais? Estaremos tentando "intervenções"? O que fazemos com os materiais que colhemos e – se a meta for intervenção – como ordenar efetivamente o que descobrimos para levá-lo aos debates de políticas públicas? No momento estas questões estão sendo debatidas acaloradamente, tanto na história oral, quanto no folclore. O recente livro desbravador de Hugo Slim e Paul Thompson, *Listening for a Change: Oral Testimony and Community Development*, levou os historiadores orais a se fazerem estas mesmas perguntas (1994). O

[39] Ver Lawless, E. J. *Holy Women, Wholly Women: Sharing Ministries of Wholeness Through Life Stories and Reciprocal Ethnography.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1993. Em seu estudo, Elaine Lawless engajou as mulheres-ministro que entrevistou em seu processo de análise. Ela não chama esta técnica de "etnografia colaborativa", mas de "etnografia recíproca": "Esta nova abordagem, que considero inerentemente feminista e humanista, leva a 'antropologia reflexiva' um passo além, ao colocar em primeiro plano o diálogo como um processo de entendimento e coleta de conhecimento. A abordagem é feminista porque insiste em uma negativa de construtos hierárquicos que colocam o acadêmico em algum ápice do conhecimento e do entendimento, e seus 'sujeitos' em alguma posição inferior, menos informada. Esta abordagem não procura privilegiar nenhuma voz, e se baseia em diálogos como a chave para o entendimento e o esclarecimento". (5).

[40] Para uma crítica do termo "experiência", ver Scott, J. W. In: Butler J.e Scott, J. W. (eds.) *Experience, Feminists Theorize the Political,* Nova York: Routledge, 1992, p. 22-40.

aumento do movimento de documentação participativa – em que folcloristas, historiadores orais e ativistas comunitários têm procurado envolver as comunidades em seus esforços de pesquisa – indica uma conscientização aumentada das perspectivas de mudança social através do trabalho documental de campo e um maior interesse nelas. A pesquisa da professora Lucie White, da Harvard Law School, busca abrir caminhos ainda mais profundos. Ao documentar as vidas das mulheres por conta da assistência social, ela procura produzir "contra-narrativas" às narrativas que hoje nos são contadas sobre por que as mulheres estão vivendo da assistência social.[41] Conquanto não possa presumir que nosso livro atrairá as atenções para os temas mais amplos da desindustrialização, ou dos atuais conflitos dentro da indústria avícola (os trabalhadores, tanto quanto os criadores da Carolina do Norte, por exemplo, estão tentando reformar seus respectivos campos dentro da indústria), posso ainda replicar que a conversa – e uma conversa que vá além de nós, como pesquisadores de campo – pode ter conseqüências imprevisíveis. A conversa casual de Linda com Steve e Cedric aquele dia, no Rollie's Café, levou a uma série de eventos que atraíram uma atenção bem mais ampla para sua história. Mais que isto, no dia em que a Penobscot Poultry fechou – e em que Linda chamou Steve e Cedric para sua mesa e começou a contar-lhes suas experiências na fábrica –, ela deu início ao que agora entendemos ser, entre outras coisas, um diálogo político, embutido na forma de história oral.[42]

Nosso objetivo com este livro é apresentar esse diálogo político a uma audiência mais ampla não apenas porque queremos que a história de Linda seja "ouvida", mas porque queremos que sua história provoque o leitor, levando-o a colocar, ele mesmo, perguntas críticas sobre a experiência de Linda e sobre o impacto do declínio industrial: Qual foi o custo, para Linda Lord e outros como ela, quando a Penobscot fechou suas portas? O que custa, a todos nós, quando nossas empresas fecham? E, quando este custo se torna alto demais? Nosso objetivo é iniciar o diálogo – tanto interna quanto externamente –, encorajando os leitores a refletir sobre como nossas empresas e comunidades podem reconhecer sua interdependência, de modo que

---

[41] L. White está trabalhando no momento em um alentado estudo baseado em entrevistas de história oral com mulheres envolvidas no Head Start. Para um exemplo de seu trabalho, ver seu artigo No Exit: Rethinking 'Welfare Dependency' from a Different Ground. *Georgetown Law Journal* v. 81, n. 5, junho de 1993: p. 1961-2002.

[42] No livro, eu argumento que o testemunho de Linda Lord é uma espécie de "transcrição oculta", uma crítica política embutida em boatos, fofocas, metáforas, eufemismos e histórias folclóricas. Ver Scott, J. C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990, p. 137. Scott retruca que, através de tais declarações, aqueles que não estão em posições formais de poder conseguem, algumas vezes, externar suas críticas, criando uma "transcrição pública" de seu descontentamento e revelando um diálogo político contínuo, ainda que amortecido.

possamos começar a elaborar políticas que sirvam tanto às empresas, quanto aos homens e mulheres que devotam suas vidas a essas companhias. A narrativa de Linda e as fotografias de Cedric – e o livro como um todo – não pretendem apenas desafiar, mas servir como uma espécie de incentivo à ação. Com este livro, não estamos apenas fazendo uma "narrativa da desindustrialização", mas instando uma resposta a esta narrativa. Minha esperança é que a história de Linda Lord venha provocar você, como provocou a mim. Que o (a) faça refletir sobre como "está e não está contente", que leve você a fazer o que ela fez no dia em que chamou Steve e Cedric para sua mesa: agir com base nesse entendimento.

COMENTÁRIOS SOBRE O PAINEL "IDENTIDADE DA CLASSE TRABALHADORA EM UMA ECONOMIA GLOBAL"

Ana Maria Mauad

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de ler e comentar trabalhos tão interessantes, além de extremamente pertinentes para o contexto global da produção historiográfica contemporânea. Muito mais do que dois exemplos de como podemos fazer trabalhos com história oral e imagens, o que assistimos aqui foi a exposição de uma nova maneira de contar a história – fascinante e envolvente.

Tomarei como ponto de partida o aspecto presente em ambos os títulos: palavras e imagens e textos e fotos. Acrescentaria verbal e visual. Formas distintas de registrar e ao mesmo tempo (re)apresentar a realidade histórica e vivida. Dois sistemas de signos que se entrecruzam na composição da textualidade de uma época.

Por muito tempo, a imagem se viu ancorada à palavra. Ora a imagem ilustrando a palavra, ora a palavra servindo de legenda, explicação e redução do olhar para as múltiplas possibilidades da imagem. A palavra aprisionava a imagem. Vivemos num mundo de imagens, mas normalmente nos expressamos por palavras. No princípio sempre foi o verbo. Ainda agora dependemos de tradução simultânea para nos entendermos. Portanto, por mais que se insista no jargão da civilização da imagem, vivemos num mundo traduzido cotidianamente por palavras, transformadas em gestos e expressões, mas sempre palavras.

No entanto, como historiadora da imagem e uma pesquisadora que se dedica a trabalhar com imagens que se processam através do tempo como mensagens, plenas de significado, devo me rebelar contra o imperialismo do

verbal, propondo não uma revolução radical, pois seria trocar um pelo outro, mas uma compreensão integral da comunicação humana que se realiza, justamente, na intertextualidade.

É, exatamente, esta a possibilidade que me foi apresentada em ambos os trabalhos. Possibilidade de uma narrativa compartilhada, palavras e imagens engendrando histórias de vida, associadas a problemáticas complexas, cuja análise do local desvenda o global, numa dialética onde global e local interagem na composição dos quadros de compreensão de problemáticas sociais próprias à contemporaneidade.

O tema da desindustrialização, tão caro à historiografia americana, em princípio nos soa árido – alguma coisa que tem a ver com questões econômicas, curvas de lucros etc. Mas, ao contrário, somos colocados face a face, com imagens e palavras que nos impõem uma nova aproximação ao tema. Daí a história das tendências e modelos, ou dos fatos e personagens relevantes, ser tomada de assalto pela experiência de Linda Lord ou de Doris McKinney, diante da transformação radical de suas vidas e da necessidade de continuar vivendo. A história, com H maiúsculo, ganha um recheio de humanidade, ganha voz e rosto; é identificada pelos que a vivenciaram e, ao mesmo tempo, narrada por aqueles que a estudam.

É interessante notar alguns aspectos comuns em ambos os trabalhos, que, acredito, Alicia poderá desenvolver um pouco mais, nos possibilitando uma visão mais completa de todo este processo de interação entre palavras e imagens, entre texto e fotos. Para finalizar pontuarei alguns, deixando a seu critério o caminho a seguir.

1. O elemento de contradição inerente em ambas as formas de expressão – verbal e visual – que perpassa toda a exposição. Como operá-la? Numa determinada parte do seu texto, Michael chama atenção para a contradição inerente ao trabalho com fotografias documentais. Ele diz: "como interpretar, responder e operar sobre tão belas imagens que expressam tão dura realidade? Ao mesmo tempo, como analisar a trajetória de nossos entrevistados à medida que nos envolvemos com eles, e aí interpretar como estar satisfeito e insatisfeito ao mesmo tempo?"

2. Em que medida Linda é um exemplo? Dito de outra maneira, qual o papel do sujeito histórico na construção de narrativas intertextuais, quais os limites e possibilidades da sua intervenção, na construção da história de seu grupo e de sua coletividade? Como corolário desta questão a "noção" cunhada por Michael de "multivalência" e os conceitos de polifonia ou dialogia, utilizados por Alicia, superam a redução de uma epistemologia da

objetividade rumo a uma da intersubjetividade. Fundamental para o trabalho com metodologias que coordenam o oral e o visual.

3. Finalmente. durante todo o tempo o trabalho de vocês, denuncia. A injustiça social é a base comum, a partir da qual, os trabalhos são construídos de baixo para cima e de dentro para fora. Qual a extensão desta intervenção? Vocês da mesma forma que Linda em relação ao seu trabalho estão: "content and not content"?

Os textos discutem diferentes possibilidades de uso da história oral: como instrumento de pesquisa, mecanismo de organização e mobilização social e agente de construção de identidades. Temas cruciais para o entendimento do século XX, como os efeitos da Segunda Guerra Mundial e da guerra fria e a chamada "desindustrialização" do final do século, são também tratados.

A partir da leitura do conjunto, o leitor poderá traçar um perfil da discussão algumas vezes polêmica que vem sendo travada nos últimos anos na área da história oral.

Marieta de Moraes Ferreira é diretora do CPDOC-FGV, professora do Departamento de História da UFRJ, membro do conselho editorial da revista ABHO e presidente da Associação Internacional de História Oral (IOHA).

Tania Maria Fernandes é pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz e diretora da regional sudeste da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

Verena Alberti é coordenadora do Programa de História Oral do CPDOC-FGV e representante da América Latina no conselho da IOHA e membro do comitê científico da ABHO.

Esta coletânea traz o panorama e as perspectivas da história oral no mundo traçados por especialistas de diferentes países durante o X Congresso Internacional de História Oral. As conferências e palestras ora publicadas permitem acompanhar o debate em torno de novas problemáticas e antigas questões, fundamentais para o desenvolvimento de estudos e projetos em história oral, em diferentes áreas do conhecimento.

ISBN 85-85676-84-1